

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E METODOLOGIA DAS
CIÊNCIAS**

IZABEL CRISTINA BARBELLI

**METAPSIKOLOGIA E CLÍNICA PSICANALÍTICA:
Um estudo sobre as relações entre os princípios clínicos e as construções
metapsicológicas**

**SÃO CARLOS
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E METODOLOGIA DAS
CIÊNCIAS**

IZABEL CRISTINA BARBELLI

**METAPSICOLOGIA E CLÍNICA PSICANALÍTICA:
Um estudo sobre as relações entre os princípios clínicos e as construções
metapsicológicas**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar para a obtenção do título de Doutora (Área de Concentração: Estrutura e Gênese do Conceito de Subjetividade – Linha de Pesquisa: A circunscrição conceitual da subjetividade na Psicologia, na Psicanálise e nas Ciências Cognitivas).

Orientador: *Prof.º Dr. Richard Theisen Simanke*

**SÃO CARLOS
2011**

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

B233mc

Barbelli, Izabel Cristina.

Metapsicologia e clínica psicanalítica: um estudo sobre as relações entre os princípios clínicos e as construções metapsicológicas / Izabel Cristina Barbelli. -- São Carlos : UFSCar, 2011.
101p.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2011.

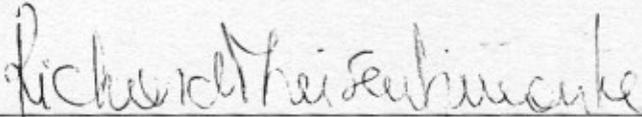
1. Metapsicologia. 2. Freud, Sigmund, 1856-1939. 3. Clínica. 4. Epistemologia. I. Título.

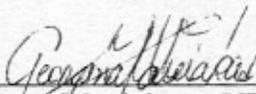
CDD: 133 (20^a)

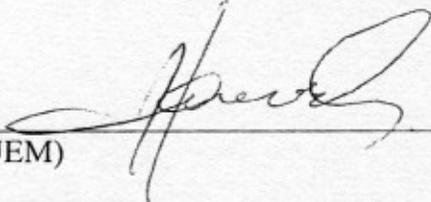
IZABEL CRISTINA BARBELLI
METAPSIKOLOGIA E CLÍNICA PSICANALÍTICA: um estudo sobre as relações entre os
princípios clínicos e as construções metapsicológicas
Tese apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do
título de Doutor em Filosofia.

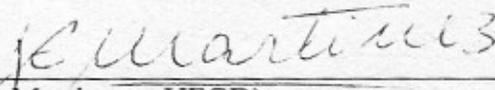
Aprovada em 30 de março de 2011

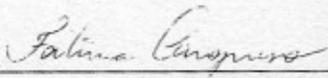
BANCA EXAMINADORA

Presidente 
(Dr. Richard Theisen Simanke - UFSCar)

1º Examinador 
(Drª. Georgina Faneço Maniakas - UFSCar)

2º Examinador 
(Dr. Hélio Hinda - UEM)

3º Examinador 
(Dr. José Roberto Martinez - UFGD)

4º Examinador 
(Drª. Fátima Siqueira Caropreso - UFJF)

AGRADECIMENTOS

Ao professor *Dr. Richard Theisen Simanke* pela orientação.

Às professoras: *Dra. Fátima Caropreso* e *Dra. Georgina Maniakas*, pela colaboração e por terem participado das bancas de qualificação e de defesa.

Aos professores: *Dr. Hélio Honda* e *Dr. José Roberto Barcos Martinez* pela participação na banca de defesa.

A *CAPES* pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa sobre as características epistemológicas da psicanálise freudiana exige uma análise voltada para os critérios por meio dos quais Freud estabeleceu os parâmetros experimentais constituintes dos processos de construção e de validação dos conceitos metapsicológicos, assim como uma análise sobre a natureza da racionalidade que fundamenta a estruturação do arcabouço conceitual da teoria metapsicológica, a partir da busca de leis endopsíquicas formuladas por articulação lógica dos resultados adquiridos na prática clínica. Portanto, o propósito desta pesquisa é analisar se tais critérios proporcionam, de fato, uma efetiva referência à realidade psíquica humana.

Palavras-chave: Freud; Metapsicologia; Clínica; Epistemologia.

ABSTRACT

Research on the Freudian psychoanalysis epistemological characteristics demands an analysis focused on the criteria that Freud established the constituent experimental parameters of the construction and validation processes of metapsychological concepts, as an analysis on the rationality nature that underlies the conceptual outline structure of metapsychological theory, from the search for endopsychic laws formulated by logical articulation of the results obtained in clinical practice. Therefore, the research objective is to examine whether or not these criteria may provide an effective reference to the human psychic reality, to this theory, indeed.

Keywords: Freud; Metapsychology; Clinic; Epistemology.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I: METAPSIKOLOGIA E PRINCÍPIOS CLÍNICOS.....	15
1.1 A metapsicologia freudiana.....	16
1.2 Uma interpretação realista da metapsicologia.....	18
1.3 Por uma psicanálise sem metapsicologia.....	23
CAPÍTULO II: VISÕES DA METAPSIKOLOGIA.....	34
2.1 A concepção hermenêutica da psicanálise freudiana.....	35
2.2 Metapsicologia: ficção heurística?.....	43
2.3 Críticas à não cientificidade psicanalítica.....	52
CAPÍTULO III: CLÍNICA E METAPSIKOLOGIA EM FREUD.....	64
3.1 A interpretação dos sonhos e a representação metapsicológica.....	65
3.2 O “Caso Dora” e as construções metapsicológicas.....	77
3.3 Dimensões da metapsicologia freudiana.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94

INTRODUÇÃO

Quais são a natureza e o valor epistêmico compreendidos nos conceitos e na metodologia que fundamentam o saber psicanalítico? A necessidade de se fazer essa pergunta se exprime na própria complexidade da estrutura da mente humana, sobre a qual encontramos diferentes alternativas de investigação. Dentre elas, está a psicanálise. Portanto, o esforço de compreender a natureza epistemológica desta última amplia um pouco a satisfação do interminável anseio humano pela busca de uma compreensão de si mesmo e do mundo. Nesse sentido, cabe como objeto filosófico da presente pesquisa investigar os desdobramentos reflexivos dessa indagação, mediante os quais procuraremos adentrar nos fundamentos epistemológicos da psicanálise a fim de tentar aclarar-lhes, um pouco, a complexa arquitetura.

Nossa indagação inicial remete à abordagem das metodologias segundo as quais os conceitos metapsicológicos se estruturaram, uma vez que estes últimos constituem o arcabouço teórico da psicanálise. Desse modo, é importante ressaltar que o eixo da construção da metapsicologia está em instaurar um complexo corpo de conceitos essenciais que possam servir de alicerce para o desenvolvimento e para a condução de uma prática científica que desvende mecanismos inconscientes do comportamento consciente (nesse sentido, a metapsicologia serve como um instrumento metodológico), e que também contenha elementos que permitam inferir a ontologia subjacente à psicanálise.

É justamente aqui que se encontram as dificuldades em se validar o estatuto epistemológico da psicanálise: o processo analítico de sua racionalidade não se estabelece segundo um corpo axiomático constituído por postulados matemáticos (e seu correspondente grupo de operações), isto é, o procedimento básico das ciências empíricas não pode ser plenamente verificado na singular dialética entre experiência e racionalidade existente na pesquisa psicanalítica.

Para fazermos uma investigação adequada sobre o valor epistemológico da psicanálise freudiana, é necessário considerar atentamente a propriedade subjetiva do objeto de estudo da mesma. A subjetividade intrínseca ao seu objeto de estudo favorece o questionamento da cientificidade e, conseqüentemente, da validade do conhecimento psicanalítico, uma vez que tanto a “observação” quanto a descrição dos fenômenos mentais

feitos com base na teoria psicanalítica estão, de acordo com a própria teoria, sujeitos a imprecisões decorrentes dos aspectos subjetivos daqueles que efetuam tais observações e descrições.

Apesar de a distinção entre sujeito e objeto ser um artifício conceitual, uma vez que no plano orgânico dos processos vitais ela se mostra pouco verossímil (e essa consideração é fundamental para a ciência contemporânea, como se pode ver no exemplo da mecânica quântica, em que a observação de um sistema físico influencia seu comportamento não se podendo separar claramente o observador do observado), temos que perceber que a dita distinção ajuda na compreensão sobre as características dos objetos das ciências da natureza e das ciências humanas. Quando se trata de objetos com propriedades “objetivas” (entre estes se inclui o organismo humano), então a metodologia das ciências empíricas se aplica com um êxito significativo. Ao abordar elementos e fenômenos naturais que, por meio de estratégias, podem ser quantificados de tal modo que sejam pequenas ou nulas as discordâncias entre dois ou mais observadores, nós não nos identificamos totalmente com aquilo que está sob análise, no sentido de que não somos o processo intrínseco segundo o qual fenômenos “externos” se transformam e se comportam. No entanto, quando o elemento a ser analisado deixa o campo da objetividade, as idiosincrasias humanas, bem como as peculiaridades específicas de cada cultura humana, tornam difícil o reconhecimento da validade epistêmica do conhecimento gerado.

As dissidências metodológicas entre Freud e Breuer retratam muito bem a acurada consciência que Freud possuía a respeito da necessidade de buscar as causas da patologia mental não em processos fisiológicos, mas em processos psicológicos, especialmente naqueles de natureza inconsciente. Ao privilegiar a busca das causas das doenças mentais em processos psicológicos em detrimento da base orgânica, Freud estabelece as bases metodológicas para a investigação dos processos subjacentes deflagradores de diferentes formas de sofrimento psicossomático.

Compreender a natureza peculiar desse processo investigativo é muito importante para se verificar até que ponto as pretensões de validade da teoria psicanalítica se mostram harmoniosamente ajustadas com o comportamento efetivo da mente humana. A interação entre teoria e experiência existente em tal processo baseia-se na convergência de dois processos epistêmicos, segundo os quais se dá a construção dos conceitos metapsicológicos, que, por sua vez, aperfeiçoam a própria realização de tais processos: 1) a neurofisiologia inspirou Freud a conceber a mente como se fosse um sistema hidráulico e, nesse sentido, deve-se entender que a psicanálise lida com o ponto de vista energético,

segundo o qual há relações de força atuando no interior de um sistema psíquico (quando, por exemplo, um mecanismo de defesa promove a dissociação entre afeto e representação), sendo que este processo energético implica uma análise caracterizada por uma explicação causal; 2) por outro lado, o comportamento da mente que se expressa na livre associação evidencia motivações que se distinguem em certa medida de puros processos causais, o que exige da parte do psicanalista a necessidade de empreender uma exegese cujo foco seja a decifração de um sentido oculto subjacente a um sentido manifesto no discurso do paciente; trata-se aqui, portanto, de um ponto de vista hermenêutico que implica uma análise interpretativa de uma semântica intencional presente em tal discurso. Deve-se ressaltar que entre tais processos epistêmicos a interação mostra-se necessária para a constituição da psicanálise freudiana.

É importante assinalar, ainda, que o conhecimento que Freud tinha de neurofisiologia permitiu a ele duas coisas: tanto a compreensão de que o comportamento mental age não só conforme uma teleologia imanente às leis físicas, mas também conforme uma estrutura semântica e intencional que lhe é intrinsecamente própria, bem como um sistema teórico acerca do funcionamento neuronal que possibilitou pôr este último em analogia com o comportamento mental já referido.

Nesse sentido, a investigação psicanalítica freudiana procura travar combate com a intrincada complexidade da mente (esta última considerada principalmente em sua manifestação patológica) valendo-se de uma concepção segundo a qual há um campo de forças que atuam em uma economia psíquica, cuja natureza influi profundamente na semântica implicada nos processos intencionais dos desejos, das emoções, das ações. Portanto, há duas dimensões epistemológicas sem as quais torna-se ininteligíveis os motivos e as causas das patologias psíquicas: a dimensão causal, que se constitui nos mecanismos pulsionais e energéticos subjacentes aos processos intencionais dos estados mentais, e a dimensão intencional, que por sua vez comporta estruturas ambíguas de significação para um mesmo objeto simbólico como, por exemplo, quando um paciente profere ao psicanalista um discurso acerca de seu sonho, ou acerca de um desejo que ele acredita possuir, sendo que tal sonho e tal desejo devem passar por um filtro interpretativo que lhes evidencie os respectivos sentidos ocultos e verdadeiros.

Uma reflexão sobre esse assunto é reivindicada pela espontânea necessidade de uma autocompreensão da psicanálise freudiana, que não pode corresponder à utilização exclusiva da metodologia psicanalítica enquanto metalinguagem para a análise dessa própria metodologia. O que tal reflexão explicita, em última instância, é a extensão da validade dos conceitos e da metodologia da psicanálise, na medida em que ela busca analisar a consistência

da articulação estrutural entre explicação clínica e compreensão metapsicológica, uma vez que é no interior da dinâmica da inter-relação entre estas últimas que está estruturada uma representação (ou representações) conceitual correspondente a condições ontológicas de processos psíquicos.

Acreditamos que, ao se empreender esta reflexão, acerca da base epistêmica dos conceitos metapsicológicos, ao mesmo tempo se está contribuindo para a compreensão da validade dos conceitos e postulados psicanalíticos, também se contribuirá com a própria eficiência do processo terapêutico realizado na clínica psicanalítica, pois, embora existam profissionais que realizam essa prática sem atentar a questões epistemológicas imanentes à mesma, compreende-se que a análise destas últimas resulta em uma autocompreensão crítica, por parte do analista, dos fundamentos e da natureza de sua própria prática terapêutica, fato este que muito pode contribuir para o aperfeiçoamento da técnica empregada nessa prática.

Outra consequência importante da referida reflexão está em que, sendo a psicanálise um dos meios para se compreender a natureza humana e o sentido da articulação desta com a vida, segue-se que avaliar a consistência epistêmica da psicanálise corresponde a contribuir com tal compreensão imprescindível e sempre atual.

Portanto, o ponto de partida do presente trabalho é averiguar em que medida podemos aceitar a hipótese de que a articulação dinâmica entre metapsicologia e princípios clínicos, pode caracterizar efetivamente o estatuto epistemológico da psicanálise. Esse fato nos ajudará a contribuir um pouco com o esclarecimento acerca da natureza e do valor dos conceitos e da metodologia próprios da epistemologia referida.

Nosso propósito é uma abordagem epistemológica a respeito da metapsicologia. Portanto, partimos da hipótese de que esta última é o elemento fundamental que caracteriza o estatuto da psicanálise. O objetivo aqui é defender a ideia de que não é possível separar a metapsicologia da psicanálise freudiana, fato que seria uma contradição, tanto para a teoria quanto para a prática psicanalítica.

Logo, o estatuto epistemológico da psicanálise pode ser caracterizado e fundamentado efetivamente por um tipo especial de explicação? Há uma explicação na metapsicologia, assim como ocorre na prática clínica? Que tipo de explicação é uma e outra? Como a compreensão metapsicológica se inter-relaciona com a compreensão clínica em psicanálise? Diante disso, para realizarmos este trabalho, faz-se necessário delimitar com clareza os principais problemas e dificuldades que se apresentam à nossa investigação, já que será a partir da busca de uma possível solução aos mesmos, que mostrar-se-ão evidentes os

objetivos mais específicos que devemos alcançar para posteriormente alcançar aquele objetivo central.

Para isso, pretendemos aferir a razoabilidade da hipótese de se fazer uma interpretação realista da metapsicologia. Logo, nossa abordagem terá como foco a compreensão da maneira como os conceitos metapsicológicos se articulam com a dimensão prática e teórica próprias à psicanálise.

No primeiro capítulo, faremos uma investigação acerca da epistemologia dos fenômenos metapsicológicos e sua relação com os princípios clínicos. O segundo capítulo será dedicado a uma discussão sobre os diferentes pontos de vista encontrados na literatura psicanalítica, a respeito da metapsicologia. E, por fim, no terceiro capítulo, trataremos alguns aspectos referentes à dimensão prática da psicanálise freudiana, a partir das representações metapsicológicas e de suas implicações para essa prática.

Para iniciarmos essa discussão, é preciso saber que o surgimento da psicanálise freudiana despertou muita especulação filosófica, especialmente, a respeito de sua estruturação teórica e metodológica, as quais se apresentavam de forma discrepante em relação às ciências naturais. Além do mais, o contexto histórico sob o qual a psicanálise estruturou-se, a saber, um período de grandes revoluções científicas, ou seja, o panorama científico do século XIX, no qual houve uma emergência de conhecimentos, especialmente, no que diz respeito às ciências humanas, que, por sua vez, se estabeleceram de forma conflituosa em relação às ciências tradicionais daquela época.

Tal fato fez com que muitos teóricos deixassem de reconhecer a psicanálise como uma ciência da natureza e, conseqüentemente, negassem a atribuição de qualquer cientificidade a ela. Porém, vale lembrar que para Freud a psicanálise surgiu enquanto uma ramificação da ciência natural. E como ele mesmo disse: “*A psicologia também é uma ciência natural. O que mais ela poderia ser?*” (2006/1940, p. 302).

A partir de então, inicia-se uma discussão a fim de definir a posição da psicanálise no âmbito do conhecimento: é uma ciência da natureza ou uma ciência humana? Nesse sentido, Assoun (1983, p. 15), faz a seguinte observação:

[...] no momento em que a psicanálise freudiana emerge para a cientificidade, deveria ver-se confrontada com a questão imediata de seu lugar num tabuleiro que este longo processo constituiria. A emergência ao saber devia responder à interpelação preliminar. Quando Freud intitula a psicanálise de “ciência da natureza”, percebemos que respondia a essa interpelação, na medida em que o “quem sou?” pelo qual um saber anunciava sua identidade estava, de fato, em condições de responder à questão forjada pela história, lá lembrada por nós: “És ciência da natureza ou do espírito?” (ASSOUN, 1983, p. 48)

Segundo Assoun (1978, p. 65) apesar de Freud ter feito uma analogia dos processos inconscientes com o modelo físico-químico, ele também propôs que a psicanálise tivesse uma epistemologia própria, a qual seria alcançada por intermédio dos conceitos fundamentais da epistemologia freudiana. Tais conceitos são necessários a toda ciência natural por possibilitarem a investigação dos fatos, próprios a determinada ciência. É por meio desses conceitos que, na psicanálise, se torna possível a articulação entre a dimensão especulativa e a dimensão empírica. Para esse autor, a psicanálise deve ser compreendida enquanto uma ciência da natureza:

Não há lugar para dicotomizarmos a démarche psicanalítica em uma parte explicativa (na linha das ciências da natureza) e em outra interpretativa (na linha de qualquer ciência humana). Isto significaria interiorizarmos a distinção. Não somente a psicanálise é ciência da natureza, como não se prolonga, pelo menos se levarmos a sério a tese freudiana, de uma dimensão hermenêutica. (ASSOUN, 1983, p. 48)

De acordo com Assoun, a epistemologia da psicanálise não está vinculada a uma hermenêutica, ou seja, a um viés interpretativo proveniente das ciências humanas, pois se atentarmos para a história da psicanálise será possível perceber que seu caráter epistêmico se aproxima muito mais de uma ciência natural, aliás, seus conceitos fundamentais foram estruturados a partir de uma prática clínica. Para esse autor, o estatuto epistemológico da psicanálise freudiana está fundamentado na singularidade dessa última, ou seja, por um tipo de racionalidade investigativa em que a explicação está diretamente implicada na interpretação, isto é, de forma alguma a primeira encontra-se apartada da segunda.

No entanto, é preciso considerar que, há autores como Paul Ricoeur, por exemplo, que sustentam uma posição bastante contrária à de Assoun em relação à epistemologia da psicanálise. Ricoeur não considera a psicanálise como uma ciência natural, portanto, a classifica no âmbito das ciências humanas. Ricoeur alega que não é possível conceber um modelo explicativo causal ao processo epistêmico da psicanálise, já que seu campo de investigação é o aparelho psíquico e, nesse caso, por se tratar de processos mentais, tem-se uma condição da qual não se pode extrair causas e sim motivos. Ele diz que “(...) não há ‘fatos’ em psicanálise, porque não se trata aí de observar, mas sim de interpretar” (1977, p. 298). O posicionamento de Ricoeur em relação à psicanálise está totalmente focado em um modelo interpretativo, de acordo com o qual não se admite uma explicação causal que implique leis gerais. Logo, essa leitura que ele faz se traduz na seguinte afirmação: “Não, a

psicanálise não é uma ciência de observação, porque é uma interpretação, mais comparável à história do que à psicologia.” (RICOEUR, 1977, p.286).

Essa discussão nos mostra que a interpretação na psicanálise freudiana vai além de uma simples técnica terapêutica, pois seu fundamento epistemológico está justamente no fato de que ela ultrapassa seus fins terapêuticos, para buscar uma compreensão acerca do funcionamento psíquico humano.

Desse modo, podemos notar que a constituição teórica e prática da psicanálise despertou o interesse de teóricos das mais diversas áreas do conhecimento, os quais se voltaram para o questionamento de sua estrutura epistemológica e se depararam com uma metodologia diferenciada das ciências tipicamente naturais; e esse fato gerou a problemática fundamental da psicanálise, ou seja, o questionamento de sua cientificidade. Tal questionamento tem repercussão até os dias atuais, pois enquanto alguns teóricos negam sua cientificidade, outros a restringem ao âmbito das ciências humanas. Enfim, esse caráter problemático da psicanálise gera obstáculos complexos a quem se submete a fazer uma análise conceitual sobre o assunto.

Esse quadro referencia diferentes posições teóricas acerca do estatuto epistemológico da psicanálise freudiana. Tais posições se voltam, fundamentalmente, ao questionamento dos princípios e das práticas referentes a esta última, os quais nos servirão de base para suscitar o debate que se constituirá ao longo do desenvolvimento da presente tese.

CAPÍTULO I
METAPSICOLOGIA E PRINCÍPIOS CLÍNICOS

1. METAPSIKOLOGIA E PRINCIPIOS CLÍNICOS

1.1 A metapsicologia freudiana

A metapsicologia pode ser compreendida como uma perspectiva de investigação da psicanálise freudiana, além de um arcabouço teórico que estrutura esta última. O conceito “metapsicologia” representa um conjunto de ideias abstratas, como, por exemplo: libido, aparelho psíquico, pulsão, entre outras, as quais, na investigação psicanalítica, têm por finalidade compor uma “superestrutura especulativa”.

A adoção de um método especulativo pela psicanálise freudiana, se fez necessária devido à insuficiência de suas explicações empíricas. Entretanto, tal método não deve ser entendido como um apriorismo filosófico, e, sim, como um aparelho conceitual radicado na referência constante à experiência. Para Freud (1974/1926, p. 305) “A psicanálise está firmemente alicerçada na observação dos fatos da vida mental e por essa mesma razão sua superestrutura teórica ainda está incompleta e sujeita a constante alteração”.

O desenvolvimento de uma teoria metapsicológica por Freud foi necessário para que ele pudesse explicar o psiquismo de uma forma diferenciada de uma psicologia baseada somente na percepção sensório-motora do organismo, já que a estrutura do inconsciente, capital objeto de estudo da psicanálise, não pode ser compreendida tão-somente por meio de processos neurofisiológicos e anatômicos. Aliás, tais processos limitam-se apenas a explicar a mente por meio de mecanismos cognitivos e perceptuais da consciência físico-química.

O intuito de Freud era, portanto, construir um conhecimento endopsíquico acerca do funcionamento mental, ou seja, algo que resulta em uma realidade não perceptível à consciência imediata, cuja fundamentação explicativa referia-se a uma psicologia do inconsciente. Porém vale lembrar aqui que Freud não pretendia elaborar sua nova teoria em função de um aparato conceitual metafísico e também não a reduziu ao âmbito das explicações neurofisiológicas. Vejamos o seguinte trecho:

(...) fiz uma tentativa de produzir uma ‘Metapsicologia’. Com isso eu queria dizer um método de abordagem de acordo com o qual todo processo mental é considerado em relação com três coordenadas, as quais eu descrevi como dinâmica, topográfica e econômica, respectivamente; e isso me pareceu representar a maior meta que a psicologia poderia alcançar. (FREUD, 1974/1925, p.74)

Foi somente por volta de 1915 que Freud apresentou a metapsicologia enquanto uma perspectiva metodológica, ou seja, que ele conseguiu apresentar a sua teoria de forma mais aprimorada, como é possível perceber nos artigos metapsicológicos. No texto *Pulsões e seus destinos* (1915), Freud propõe um modelo epistêmico para investigar a natureza e a função da metapsicologia:

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto a qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. (FREUD, 1996 /1915, p. 123)

Logo, pode-se dizer que os conceitos que fundamentam a psicanálise partem de uma abstração singular, o que lhe atribui sua própria especificidade, já que seu procedimento epistêmico racional exige a recorrência constante à experiência, para sua validade positiva e objetiva. Enfim, os conceitos fundamentais da psicanálise são constituídos de acordo com a construção objetiva do objeto, viabilizada pela avaliação do material empírico aos mesmos conceitos. Vejamos o diz Freud no seguinte trecho:

Já ouvi dizer várias vezes em tom de desprezo que é impossível aceitar seriamente uma ciência cujos conceitos mais gerais se ressentem de exatidão, como os da libido e da pulsão na psicanálise. Mas essa censura repousa numa concepção totalmente errônea dos fatos. Conceitos básicos claros e definições vivamente traçadas somente são possíveis nas ciências mentais até o ponto em que estas procuram ajustar uma região de fatos no arcabouço de um sistema lógico. Nas ciências naturais, das quais a psicologia é uma delas, tais conceitos gerais nítidos são supérfluos e na realidade impossíveis. (FREUD, 1974/1925 p. 73)

O termo metapsicologia, devido a sua complexidade, é um termo de difícil explicação e justificação epistemológica. Em consequência disso, Freud (1937, p. 241) comparou a metapsicologia com uma Feiticeira, ou seja, a bruxa metapsicologia: “Sem especulação e teorização metapsicológica – quase disse ‘fantasiar’ -, não daremos outro passo

à frente”. Talvez essa tenha sido a maneira que Freud encontrou para tentar justificar uma teoria que tende a ir além de uma representação empírica.

Devido a esse fato, Freud, em uma de suas correspondências enviadas a Fliess, a carta de 12 de dezembro de 1896, refere-se à metapsicologia como “Meu filho ideal, meu filho problema: a metapsicologia”. Assoun faz uma análise interessante desse trecho. Vejamos:

Esses termos traduzem um verdadeiro investimento afetivo de Freud em sua própria disciplina, que materializa algo de essencial. Filho, porque já considera essa disciplina como aquilo que lhe é o mais intimamente ligado, como o rebento que ele abriga amorosamente. Mas filho fictício, problemático e ideal; filho virtual de quem não se sabe se vai dar à luz, nem mesmo o que ele é; filho sobre o qual pesa a suspeita de monstrosidade, mas que também contém a promessa capital de realização da psicanálise como um além que condiciona a realização de sua verdadeira identidade. (ASSOUN, 1978, p. 68-69)

A construção da metapsicologia ocorre por intermédio de um processo explicativo que se refere à abordagem dos fatos psíquicos considerados, por meio de uma dependência que possuem em relação ao uso de ideias abstratas não determinadas pela experiência e, portanto, a princípio, desprovidas de qualquer conteúdo empírico. Isto é, tais ideias compõem um dos principais eixos que regem a investigação psicanalítica.

Desse modo, a compreensão do processo que resultou nos conceitos fundamentais metapsicológicos, requer a análise dos pressupostos epistemológicos expressos por Freud, os quais se referem a um processo de investigação científica, ou seja, a observação e descrição dos fatos empíricos e, quase que concomitantemente, ao aparecimento das idéias primitivas da futura fundamentação de uma ciência psicanalítica empregadas ao material empírico daqueles fatos.

Enfim, pode-se dizer que os conceitos fundamentais da psicanálise são provenientes de uma abstração racional peculiar que fornecem um suplemento psicológico, a saber, a metapsicologia, aperfeiçoador da *démarche* empírica e, ao mesmo tempo, proporcionam o advento da psicanálise, e viabiliza à mesma a formação de seu estatuto epistemológico.

1.2 Uma interpretação realista da metapsicologia

Grande parte das discussões e críticas acerca da teoria psicanalítica freudiana gira em torno da metapsicologia e de suas hipóteses biofísicalistas. O objetivo principal de tais críticas é questionar o valor explicativo da psicanálise. Há teóricos que não consideram o aspecto biológico da metapsicologia, pois priorizam apenas o aspecto psicológico, enquanto outros tentam substituí-la por sistemas hermenêuticos ou pela teoria sistêmica. Logo, nosso propósito no presente capítulo é questionar a epistemologia dos fenômenos metapsicológicos.

Atualmente há várias interpretações a respeito da relação entre a metapsicologia e os princípios clínicos, no entanto, a maioria delas está centrada na discussão acerca da possibilidade de uma inter-relação entre teoria e modelo, ou seja, no caso, entre psicanálise clínica e metapsicologia. A primeira corresponderia do primeiro ao sexto capítulos da obra freudiana “A interpretação dos sonhos”, enquanto que a segunda representaria o capítulo sete do referido texto, o qual comporta o fisicalismo de diversos conceitos metapsicológicos, como força, estrutura e energia (HOLT, 1989). A analogia que Freud fez entre esses conceitos e a teoria da eletricidade, por exemplo, possibilitou a compreensão intuitiva dos fenômenos metapsicológicos. No entanto, diversos autores têm contestado a concepção topográfica de Freud, que figura o aparelho psíquico em diagramas esquemáticos, os quais, a princípio, parecem satisfazer as definições de modelo empregadas pela ciência. Um questionamento frequente acerca desta concepção é se de fato ela pode ser considerada como um “modelo especial de ciência” e, ainda, se pode servir como ponte entre duas ciências com assuntos distintos, a saber, a metapsicologia e a psicanálise clínica¹.

Há teóricos que não entendem a metapsicologia enquanto uma metateoria, isto é, como uma teoria considerada por meio da análise, da investigação e da descrição da própria teoria, pois acreditam que ela contraria tudo o que representa esse conceito derivado da filosofia da ciência. Além disso, alegam que os conceitos metapsicológicos (libido, pulsão, princípio do prazer, catexia) possuem várias deficiências, com definições vagas e imprecisas e, muitas vezes, são empregados na literatura psicanalítica, de formas completamente diferentes. Esse fato, segundo Holt (1989), tem causado uma complicação desnecessária à psicanálise, que ocorre em função do excesso de níveis e camadas da teoria, o que dificulta sua compreensão.

¹ Apesar de diversos autores e críticos entenderem a psicanálise como uma teoria dicotômica, não nos parece possível falar em psicanálise clínica sem a metapsicologia. Pois, como disse Assoun (1996, p.24): “A psicanálise é um modo de tratamento das desordens neuróticas, fundado, justamente, no procedimento de investigação dos processos inconscientes. O que faz com que Freud jamais separe, por um momento, sequer, a pesquisa da ‘terapia’. Não há diferença entre pesquisar um ser neurótico e ‘tratá-lo’.”

Nesse contexto, pode-se dizer que a psicanálise, sob a perspectiva dos anti-metapsicologistas, é dividida em duas partes: uma empírica, ou seja, a psicologia dos fatos clínicos (psicologia do significado) e uma parte especulativa, a metapsicologia (um modelo causal de mente). A metapsicologia é a teoria geral e considerada como uma explicação para a clínica. No entanto, os anti-metapsicologistas (Robert. R.Holt, Merton Gill, entre outros) a veem como uma “pseudo-explicação”, como diz Mackay (1983). Para esses críticos a teoria clínica é considerada como a psicanálise verdadeira, não restando espaço, portanto, para a teoria metapsicológica.

O ponto central dessa discussão é o argumento o qual diz que a metapsicologia e os princípios clínicos pertencem a “universos diferentes do discurso”, sendo a primeira uma explicação que situa a psicanálise no contexto das ciências naturais (como uma teoria causal da mente), e, a segunda, uma investigação que busca compreender os significados, os sentidos e as origens do comportamento.

A tabela abaixo retrata os principais contrastes apresentados entre a metapsicologia e os princípios clínicos, segundo Mackay (1989, p.186):

Metapsicologia	Princípios clínicos
Biologia	Psicologia
O modelo do Projeto	O Projeto é rejeitado
Freud médico	Freud psicólogo
Teoria especulativa	Dados
“Explicação”	Descrição
Modelo de ciência natural	Modelo de ciência humana
Mecanismo	Propósito
Explicação causal	Intencional
“Como”	Por quê?

De fato, a partir dessa tabela podemos notar que há vários pontos de divergência nos quais os críticos se apoiam para dizer que a metapsicologia é logicamente incompatível com os princípios clínicos. Eles a identificam com o modelo do Projeto², no qual é possível encontrar seus princípios fundamentais e, por isso, dizem que ela é uma versão ultrapassada de conceitos da fisiologia e da biologia evolucionária. É por meio desse argumento biológico que pretendem mostrar que “a metapsicologia é uma neurologia

² Projeto de uma psicologia científica, Editora Imago, tradução de Osmyr Faria Gabbi Jr, 1995. Esse texto compunha-se originalmente na forma de um manuscrito redigido por Freud em 1895 e no qual se tentava apresentar um modelo de mente em termos de quantidades de neurônios.

disfarçada e não um sistema explicativo autêntico para dados psicológicos” (MACKAY, 1989, p.188). Isto é, para os anti-metapsicologistas, não há possibilidade de correlação entre as proposições metapsicológicas que empregam conceitos que derivam da ciência natural - força, energia, estrutura - e as proposições psicológicas, que são construídas a partir dos conceitos de intenção e de significado. Além disso, consideram que a metapsicologia é uma teoria neurológica reescrita em uma linguagem psicológica, e essa transcrição que envolve conceitos provenientes das ciências naturais (biologia, física, química) para as proposições clínicas é vista como um tipo de reducionismo. Outro ponto é que, as explicações teóricas resultantes desse processo são completamente diferentes da metodologia empregada nas explicações clínicas, as quais não se aproximam do modelo mecanicista das ciências naturais.

Assim, podemos dizer, de acordo com Mackay, que a maior parte dos erros e das contradições que os anti-metapsicologistas apontam na teoria psicanalítica freudiana está, de certa forma, relacionada à sua gênese neurológica. Eles alegam, ainda, que a metapsicologia é uma “biologia perversa” e que até mesmo o modelo fisiológico que Freud utilizou está ultrapassado. No entanto, tal modelo dependia de uma especificidade neurológica, porque o intuito de Freud era tentar estabelecer em termos neurológicos gerais os mecanismos que proporcionaram as funções psicológicas, pelas quais ele estava interessado.

(...) não é o meu propósito defender a neurologia de Freud ou seus conceitos sobre o funcionamento das partes do cérebro. Outros têm feito isso, ou, então, têm usado o modelo de Freud para comparar com os modernos conceitos de processamento de informação. Eu concordo que a linguagem e as idéias que Freud usou estão ultrapassadas. Entretanto, o modelo que ele construiu dependia de uma especificidade neurológica. Freud estava interessado no Projeto como estão hoje os neuropsicólogos. (MACKAY, 1989, p.190)

O argumento utilizado pelos anti-metapsicologistas que questiona o tipo ou a qualidade da biologia ou da neurologia que Freud empregou na construção de sua teoria da mente, não justifica um ataque ou uma defesa em relação à metapsicologia, pois tal argumento não é capaz de excluir as proposições neurológicas da psicanálise, em razão de estas últimas serem possíveis explicações para fenômenos psicológicos, como diz Mackay (1983).

Para esse autor, muitos dos princípios psicanalíticos existiam pré-psicanaliticamente e Freud os sintetizou dentro do modelo de mente:

O princípio mais geral é o que diz que o homem (incluindo mente) é parte da natureza. Ele está sujeito às leis naturais. Assim, a mente é explicada. No entanto

essa noção, geral como ela é, não tem conseqüências para a abordagem clínica de Freud. Ela é errônea não simplesmente em termos racionalistas, retratando o homem como uma criatura de razão. Na verdade, a descoberta freudiana sobre o inconsciente não está de acordo com a versão puramente racionalista de mente, pois esta última implica uma certa lógica e auto-coerência na ação que é precisamente o contrário da descrição do inconsciente freudiano. Este racionalismo faz das razões inconscientes uma anomalia, um enigma. Ao contrário, para Freud, a mente é compreendida em termos naturais e biológicos. Ela é causalmente explicável. Para esta perspectiva o indivíduo é primariamente inconsciente, e se há algum enigma, é esse: Qual é a função da consciência? Assim o fisicalismo geral de Freud não se volta direta e especificamente para as hipóteses clínicas, ele estabelece o cenário para a abordagem clínica e para a ênfase sobre a motivação inconsciente. (MACKAY, 1989, p.198)

Ainda que Freud tenha feito algum tipo de analogia entre um evento psicológico e um evento biológico, o primeiro não se reduz ao segundo como argumentam os críticos da metapsicologia. Suas hipóteses nesse sentido eram de caráter especulativo. Nem as explicações metapsicológicas se reduzem à biologia. Como bem observa Mackay (1989, p.95), “esta é a maior falha dos anti-metapsicologistas ao justificar suas objeções em relação à metapsicologia ‘biológica’ de Freud. Geralmente, eles apóiam suas visões sobre doutrinas filosóficas não justificadas”.

Freud usou seu conhecimento dos processos neurais para modelar sua teoria metapsicológica. Esta é a porta de entrada da biologia dentro da psicanálise. Sua metapsicologia e seu modelo mental sustentam uma clara semelhança com as atuais idéias sobre processos neurais. Isto, entretanto, não torna suas hipóteses biológicas. Posteriormente a demanda da teoria econômica pode ser modelada diretamente sobre um sistema hidráulico e isto não a tornou uma teoria física. Os críticos da metapsicologia não fazem a distinção necessária entre a teoria construída e sobre como ela foi construída. (MACKAY, 1989, p.195)

A explicação causal que Freud atribui à metapsicologia é um tipo de explicação que não cabe às explicações clínicas, de acordo com os críticos. Para eles, esta é mais uma tentativa de Freud para aproximar a metapsicologia das ciências naturais, ou seja, é mais uma consequência de sua inclinação positivista, a qual procura explicar “como um fenômeno psicológico ocorre” e não a “causa” do fenômeno.

O fisicalismo de Freud, sua teoria das forças, sua perspectiva darwiniana, e os vários outros princípios que antecedem seu trabalho clínico não conduzem diretamente para as suas hipóteses clínicas. Nem são tais princípios gerais, logicamente necessários para estas hipóteses. Contudo, eles revelam os princípios clínicos particulares que Freud usou e seus próprios princípios metapsicológicos são afetados por seu trabalho clínico. (MACKAY, 1989, p.199)

De acordo com Mackay (1989), Freud percebeu que a sexualidade infantil e a motivação inconsciente estavam intrinsecamente ligadas. Então, ele passou a analisar todos os aspectos da personalidade normal e anormal, nesses termos. Esse aspecto de seu trabalho é o mais conhecido, o mais controverso e o mais atacado. Trata-se, portanto, mais uma vez, da complexa metapsicologia, sobre a qual a psicanálise freudiana se constitui.

Como vimos, um dos pontos fundamentais sobre as críticas direcionadas à psicanálise freudiana concentra-se na relação entre a metapsicologia e a teoria clínica. A princípio, pode-se dizer que não há um consenso de que estas últimas possam formar um corpo único, mas, ao contrário do que pensam os anti-metapsicologistas, também não há fundamento dissociá-las por completo ou atribuir a elas graus de importância diferentes.

1.3 Por uma psicanálise sem metapsicologia

Para teóricos como Holt (1989), por exemplo, a teoria clínica psicanalítica precisa passar por grandes mudanças e o primeiro passo para isso é consolidar de forma distinta a clínica da metapsicologia, libertando-as de seus erros lógicos e falácias. Sua proposta é reformular a teoria clínica para que ela se torne testável, tornando a relação entre sua linguagem teórica e observacional, clara e sem formulações ambíguas.

Segundo Holt (1989) grande parte da confusão sobre o que é a metapsicologia, está no fato de ela apresentar algumas propriedades de uma linguagem, algumas de uma teoria e algumas de um modelo e não se encaixar totalmente em nenhuma delas. Por essa razão, os conceitos metapsicológicos não são definidos de uma forma precisa e as abstrações de tais conceitos são tratadas como se fossem estruturas, o que gera muitas contradições na metapsicologia:

Freud, ao desenvolver suas proposições cometeu muitos erros lógicos e falácias de raciocínio, pois usou extensivamente metáforas e figura de linguagem em pontos de dificuldade teórica, uma prática que tende em ocultar ou desviar a atenção do fato de que os problemas fundamentais da teoria não foram solucionados. (HOLT, 1989, p. 325)

Em vista disso, pode-se dizer que a maior parte das críticas direcionadas à teoria psicanalítica diz respeito, especialmente, à metapsicologia. Tais críticas visam

identificar e apontar os problemas fundamentais da teoria, além de serem utilizadas para justificar o estado atual da psicanálise como um tipo de pseudociência. Vejamos alguns exemplos, de acordo com Holt (1989, p. 325):

1) A maior parte da metapsicologia é uma versão de termos ultrapassados da fisiologia, da anatomia e da antiga biologia evolucionária; o projeto, por exemplo, é resultante disso;

2) Energia psíquica, força e estruturas são apontadas como um estado metafísico, separado da realidade material, como instrumento de medida;

3) A metapsicologia é um sistema fechado, não tem nenhum valor heurístico ou explicativo;

4) Falta à metapsicologia uma parada consistente sobre conceitos filosóficos básicos - por exemplo - o problema mente-corpo, ou o problema da liberdade e do determinismo, ou a natureza da realidade.

Apesar disso, para muitos teóricos, como Holt, a metapsicologia encontra-se em fase terminal - ao considerar os avanços da teoria clínica e o progressivo afastamento de teorias que não se adaptem ao modelo sistêmico de se fazer ciência - e sem nenhuma expectativa de recuperação. Portanto a situação da psicanálise é bastante confusa e desestruturadora. Por essa razão, sua intenção é criar uma nova teoria, em vez de adotar a metapsicologia como uma teoria já estabelecida. Para tanto, ele pretende reexaminar os conceitos fundamentais da psicanálise e, a partir disso, estabelecer novos parâmetros epistemológicos para esta última.

Holt (1989) propõe a criação de um modelo que seja fiel a eventos puramente psicológicos (como desejos, sonhos, fantasias, sintomas), que pertença ao âmbito da clínica e que possibilite fazer previsões, as quais possam ser constantemente verificadas. Ele diz que tal modelo poderá correlacionar eventos psicológicos e eventos mensuráveis do organismo humano (notadamente o cérebro), ou seja, um modelo de teoria neurofisiológica. Tal modelo seria fundamentado na teoria dos sistemas, que considera o homem como um sistema psicobiológico, uma unidade natural, que se origina a partir de um outro grande sistema:

A contribuição final da teoria dos sistemas é que ela proporciona uma análise racional e compreensiva para a cooperação e inter-relação de todas as ciências. Com este conhecimento nós poderemos parar de nos preocupar que a química se apodere eternamente da psiquiatria ou que o crescimento da neuropsicologia possa ameaçar a psicologia ou a psicanálise. (HOLT, 1989, p. 321)

O interesse de Holt na teoria dos sistemas está no fato de essa última apresentar pontos em comum com as teorias psicanalítica e neurocientífica. Ele acredita que esse poderá ser o ponto de partida para construção do seu suposto modelo:

(...) o modelo não poderá ser outra neurofisiologia ou psicanálise; ele poderá servir como uma função valiosa para ambas as disciplinas concedendo-lhes uma linguagem em comum e um conjunto de proposições em comum (...) uma língua franca, através da qual elas poderão se empenhar mutuamente estimulando o diálogo e a troca de idéias. Isto não significa, entretanto, que a psicanálise irá abandonar sua própria teoria e começar a falar sobre circuitos de *feedback* em vez de Complexo de Édipo. (HOLT, 1989, p.320-321)

Ao discutir a distinção entre teoria e modelo, Holt (1989) questiona que tipo de relação pode haver entre a metapsicologia e o resto da psicanálise. Nesse ponto já podemos notar que ele pressupõe uma separação entre a clínica e a metapsicologia, ou seja, a clássica discussão de “domínios separados” que se postula em relação à teoria psicanalítica. Para tanto, ele se apoia na filosofia da ciência, com os argumentos de que “toda ciência tem que ter um domínio, uma linguagem e, por fim, uma teoria freqüentemente também tem modelos.” (HOLT, 1989, p. 316).

A proposta de Holt, em relação à teoria dos sistemas, parece ser uma tentativa de fuga dos problemas epistemológicos gerados a partir da metapsicologia para a teoria psicanalítica. Essa fuga, a princípio, pode ser vista como uma condição de fragilidade de tal proposta, a qual poderá enfrentar sérias dificuldades até que consiga, de fato, alguma viabilidade de aplicação, tanto na teoria quanto na prática psicanalíticas, caso se leve em conta o seguinte argumento:

(...) a psicanálise não poderá constituir um sistema, porque seus conceitos de base, enquanto instrumentos heurísticos encontram-se em constante evolução, pois só servem para informar uma investigação dos fatos. Mas não é menos verdade que a natureza psicanalítica deve confrontar-se com a exigência de “uma superestrutura especulativa”, sem dever incorrer na acusação de sistema especulativo emanando de uma cientificidade mal compreendida. (ASSOUN, 1978, p. 66)

Holt (1989) e George Klein há alguns anos tentaram reformular a teoria psicanalítica acreditando que, desse modo, poderiam testá-la em seus laboratórios e em suas pesquisas empíricas. No entanto, não conseguiram encontrar nenhuma proposição freudiana que pudesse ser testada:

O azar da psicanálise é que Freud nunca desenvolveu nenhum meio de produzir e testar predições, acreditando erradamente que sua teoria teria valor científico,

tecendo especulações teóricas que não poderiam ser falsificadas por nenhum tipo de dados. (HOLT, 1989, p. 318)

Assim, Holt conclui que a psicanálise apresenta inúmeras dificuldades para ser testada, já que, somente o psicanalista clínico é quem tem oportunidade incomparável, de formular, intuir e observar regularidades para construir hipóteses. No entanto, ele aponta sérias dificuldades para a investigação da teoria, como por exemplo, a situação de tratamento, ou seja, o *setting* analítico como o único lugar possível para testar e avaliar hipóteses.

Contudo, é preciso enfatizar que, se por um lado, há teóricos que trabalham com a possibilidade de substituírem a metapsicologia, por outro, há os que defendem sua permanência no campo psicanalítico. Estes últimos acreditam que a metapsicologia tem uma importância fundamental para o trabalho clínico, isto é, para a práxis psicanalítica e, portanto, não pretendem abandoná-la ou substituí-la.

Em suma, o fato de Freud tentar explicar sua teoria causal da mente pelo viés de uma ciência natural tornou-se o ponto de partida para as construções críticas acerca da teoria psicanalítica, assim como para a postulação do argumento de que há um “abismo ontológico” entre a metapsicologia e os princípios clínicos.

(...) a repartição da obra freudiana em duas dimensões qualitativamente distintas quanto a seus métodos, objetivos e quanto às funções que desempenham na conformação da psicanálise: a clínica e a metapsicologia. Essa divisão é recorrente nas interpretações filosóficas da psicanálise, tanto na tradição antropológica e humanista que vai de Politzer (1928) a Dalbiez (1936) e Ricoeur (1965), quanto na linha positivista e cientificista, ilustrada exemplarmente por Grünbaum (1984) e MacMilan (1991). Ela, em geral, resultou numa desqualificação da metapsicologia em proveito da clínica. (SIMANKE, 2008, p. 06)

De qualquer forma, para os anti-metapsicologistas não há possibilidade de correlação entre proposições psicológicas, que são construídas a partir dos conceitos de intenção e de significado, com as proposições metapsicológicas que empregam conceitos que derivam da ciência natural. Portanto, para eles as proposições neurológicas não servem como explicações para fenômenos psicológicos, já que a metodologia empregada nas explicações clínicas difere completamente das explicações metapsicológicas, as quais se aproximam do modelo mecanicista das ciências naturais.

Outro ponto que deve ser notado é a relevância da relação entre a metapsicologia e princípios clínicos, a qual caracteriza e fundamenta o estatuto da psicanálise, pois a necessidade que Freud teve de construir uma metapsicologia revela a forma como ele

pensava a construção de conhecimento, assim como a natureza da mente. No entanto, os anti-metapsicologistas insistem em dizer que a psicanálise, no mínimo, está fora da realidade. Eles rejeitam o modelo reificado de mente, isto é, um modelo que trata conceitos abstratos como se fossem reais e objetivos (MACKAY, 1989, p. 220).

A ideia de que os princípios clínicos são de fato independentes da metapsicologia se encerra sobre dois pontos de vista, a saber: o primeiro é que muitos dos princípios clínicos são condicionados por princípios metapsicológicos, pois inserem as explicações de um caso individual em hipótese metapsicológicas. O segundo é que Freud depende de seu modelo metapsicológico de mente quando formula suas explicações sobre os estudos de casos. (MACKAY, 1989, p. 205).

Logo, pode-se dizer que a metapsicologia (suposição) completa a teoria clínica (descrição), isto é, ainda que esses teóricos digam que a psicanálise freudiana seja constituída por entidades teóricas de naturezas diferentes - empírica e especulativa -, vale lembrar que tais entidades são complementares para a existência dessa psicanálise.

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias – que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência – são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. Devem de início, possuir necessariamente certo grau de indefinição; não pode haver dúvida quanto à qualquer delimitação nítida de seu conteúdo. Enquanto permanecem nessa condição, chegamos a uma compreensão acerca de seu significado por meio de repetidas referências ao material de observação do qual parecem ter provindo, mas ao qual, de fato, foram impostas. (FREUD, 1996/1915, p. 123)

Diante desse contexto, vale lembrar que apesar de Freud ter feito uma analogia dos processos inconscientes com o modelo físico-químico, ele também propôs que a psicanálise tivesse uma epistemologia própria, a qual seria alcançada por meio dos conceitos fundamentais da epistemologia freudiana. Tais conceitos são necessários a toda ciência natural por possibilitarem a investigação dos fatos próprios a determinada ciência. É por intermédio desses conceitos que, na psicanálise, se torna possível a articulação entre a dimensão especulativa e a dimensão empírica. (ASSOUN, 1978, p. 65). Vejamos o seguinte trecho:

Como toda e qualquer teoria, ela [a psicanálise] não poderia ser senão construída, para tentar dar conta de uma experiência. No primeiro plano, a experiência da cura: situação, método, objeto. É a teoria do recalque, da gênese do inconsciente, de suas manifestações, de sua natureza. A teoria psicanalítica, tal como descrita no nível II [metapsicológico] pode reivindicar ser refutável e falsificável. O fato de que ela não use métodos físico-matemáticos não impede que ela tenha que submeter-se à prova do raciocínio e da confrontação com a experiência. (LAPLANCHE, 1995, p. 83)

Contudo, a concepção de Freud de que a psicanálise é uma ciência da natureza, não deveria ser questionada em função de seu caráter especulativo, a saber, a metapsicologia, o qual não se restringe ao domínio da filosofia:

(...) a filosofia dispõe de dois elementos que a põe em condições de ultrapassar os limites do empirismo da medicina dominante e de compreender a revolução analítica: o manejo de um instrumental conceitual abstrato, que torna possível uma ultrapassagem da imediatez empírica e a abertura de imensas perspectivas dos campos dos objetos tradicionais – a primeira aquisição tornando possível a segunda. É essa estiagem da conceitualização que deveria aproximar a psicanálise da filosofia. (...) A metodologia das ciências naturais justifica a evocação da dimensão especulativa. Mas de forma alguma se deve concluir daí que a filosofia serve para corrigir ou para completar o modelo epistêmico da ciência da natureza, o que implicaria em eliminá-lo. (ASSOUN, 1978, p.65)

A essência da explicação freudiana é mostrada pela maneira com que Freud relaciona seus diferentes níveis de explicação. Para ele as explicações clínicas devem ser incorporadas às explicações teóricas, para que as duas consistam em uma única explicação; ainda que ambas pertençam a níveis diferentes de explicação. Isto é, as explicações metapsicológicas fundamentam as explicações clínicas. Assim sendo, pode-se dizer que onde termina a explicação clínica começa a explicação metapsicológica:

Metapsicologia, aquela dimensão da Psicanálise que, segundo Freud, teria por função elaborar ferramentas teóricas (conceitos, princípios, modelos) que serviriam de base de sustentação para hipóteses de menor grau de teoricidade, isto é, para aquelas hipóteses cuja relação com o material fenomênico seria bem mais próxima. Caberia às construções metapsicológicas a missão última de conferir um máximo grau de inteligibilidade a esse material fenomênico. (MILIDONI, 1994, p. 152)

Para tanto, Freud formulou três perspectivas para definir a metapsicologia, a saber, a tópica, a dinâmica e a econômica:

(...) fiz uma tentativa para produzir uma ‘Metapsicologia’. Com isso eu queria dizer um método de abordagem de acordo com o qual todo processo mental é considerado em relação com três coordenadas, as quais eu descrevi como dinâmica, topográfica e econômica, respectivamente; e isso me pareceu representar a maior meta que a psicologia poderia alcançar. (FREUD, 1974/1925, p. 74)

A explicação do aparelho psíquico, segundo uma metapsicologia está intrinsecamente ligada à explicação dos processos psíquicos sob as relações tópica, dinâmica e econômica. Nesse sentido, sabemos que o funcionamento psíquico fundamenta-se em uma relação dinâmica, entre o consciente-pré-consciente e o inconsciente e que os conflitos e as composições de forças de origem pulsional, que geram pressões no organismo originam tal funcionamento, e assim temos o aspecto dinâmico da psique. E o aspecto econômico dessa última confere-lhe a explicação segundo a qual a natureza dos processos psicológicos reside na circulação e na repartição de uma energia pulsional quantificável. Conseqüentemente, a influência exercida pelas pulsões proporciona a funcionalidade dos três sistemas que constituem o aparelho psíquico: o inconsciente, o pré-consciente e o consciente. Cada um destes refere-se, metaforicamente, a tipos de processos psíquicos, isto é, a uma concepção tópica da psique:

A noção de tópica remete-nos a uma outra noção, a de metapsicologia, da qual ela é uma parte essencial. “Parte” é até dizer muito pouco, se considerarmos que indissolivelmente cada um dos “pontos de vista” (tópico, dinâmico e econômico) da metapsicologia remete a outros dois, só se sustenta através dos outros dois. (LAPLANCHE, 1987, p. 238)

A psicanálise possui um método de investigação diferenciado da filosofia do empirismo lógico, especialmente, no que se refere aos procedimentos de teste e verificação. Devido a esse fato, os empiristas dizem que a psicanálise não pode ser considerada como uma ciência de observação, porque na prática clínica os comportamentos (um sintoma, a reação do paciente diante de uma interpretação, um ato falho) são observados e identificados pelo analista de maneira subjetiva, e isso ocorre antes que a interpretação seja elaborada.

A psicanálise procura explicar grande parte do comportamento humano em termos de “desejos inconscientes” e, para isso, não abre mão da explicação causal. Em suas explicações acerca do mental, ela procura correlacionar o racional ao irracional tanto na teoria quanto na prática e, portanto, não trata apenas do irracional como muitos autores dizem. O que ocorre de fato é que, normalmente, atribui-se uma motivação inconsciente aos comportamentos que são considerados, a princípio, “irracionais”.

A interpretação psicanalítica vai além do perceptível, portanto, é nesse ponto que entra a dimensão intencional, um dos aspectos que afasta a psicanálise de um modelo de ciência de observação. Na prática clínica, o analista, num primeiro momento, procura apreender o que o paciente revela por meio de atos verbais e, a partir disso, infere o que o paciente disse num nível mais profundo, ou seja, no inconsciente. Dessa forma, a todo comportamento, é

atribuído um sentido oculto. Assim, pode-se dizer que os sintomas já têm uma dimensão intencional, sem a qual a interpretação não se sustenta.

Este tipo de observação, entretanto, não é aceito pelos empiristas, pois eles não aceitam nenhum tipo de explicação intencional. A filosofia da ciência empirista rejeita explicações de caráter subjetivo, por isso recorre sempre aos dados. Nesse sentido, de acordo com a lógica do empirismo, as observações psicanalíticas deveriam ser explicadas segundo um conjunto de entidades teóricas, para, enfim, se adequarem a uma metodologia empírica.

Ora, de acordo com a filosofia empirista da ciência, uma determinada entidade teórica é reconhecida à medida que fornece resultados perceptíveis e passíveis de verificação. Entretanto, este é um modelo empírico reducionista, que tem sentido para os paradigmas de uma ciência como a Física, por exemplo, mas não para a Psicanálise.

Quais são os fatos brutos da sessão e como podem estar relacionados com o tipo usual de relato clínico? Podemos de certo modo decifrar a narrativa clínica e decompô-la em seus ingredientes brutos, dando-nos uma verdadeira exposição do encontro clínico e colocando uma verdadeira exposição do encontro clínico e colocando nossa historieta habitual em base sólida? Pode-se estabelecer algum tipo de alicerce que de algum modo seria mais genuíno que nossas exposições parcialmente literárias? (SPENCE, 1992, p. 101).

É devido a esse tipo de questionamento que a validação epistêmica da psicanálise é dificultada, pois como afirma Minhot (2006, p. 67): “Muitos filósofos consideram a explicação não como um modo de ser de uma determinada ciência, mas como o modo de ser da ciência autêntica”.

O sentido de um determinado comportamento humano somente é compreendido quando atribuímos a ele um significado. Os desejos, as emoções são objetos intencionais, isto é, são compreendidos por meio de imagens e significados a eles atribuídos. Uma pulsão, por exemplo, só pode ser compreendida por intermédio de seus representantes. Como diz Freud (1996/1915, p.182), “uma pulsão nunca pode tornar-se objeto da consciência, só a idéia que a representa pode”. A pulsão tem, evidentemente, princípios fisiológicos que determinam sua intensidade, mas sua ação psíquica não pode ser compreendida, apenas, por meio de seu(s) objetivo(s), ou seja, da satisfação visada:

(...) a metapsicologia é essa racionalidade que comporta uma transgressão secreta em relação às formas recenseadas de racionalidade. Mas ela é também, e fundamentalmente, recusa de abandonar o inconsciente a irracionalidade: trata-se de lhe fazer justiça, construindo-o como trans-objetividade (metapsicológica), bem designada pelo termo “pulsão”. (Trieb). (ASSOUN, 1996, p. 30)

Do mesmo modo, funcionam os processos de deslocamento e condensação, os mecanismos de projeção e introjeção, ou seja, funcionam num nível intencional. Freud explica as distorções dos sentidos por meio das forças que emergem do conflito. Portanto, não é possível entender o comportamento humano somente por intermédio do sentido intencional, já que ele sofre também uma ação causal, que desvia o desejo de seu objetivo primeiro para um fim secundário.

Pelo desejo é que podemos definir o verdadeiro objeto da psicanálise, isto é, o sentido. Porém não é um sentido estático, um sentido que está dormindo nas redes de um texto ou de um acontecimento. Pelo contrário, é uma força que realiza algo: um mundo, um sujeito, um história. É uma interpretação e uma causa (MINHOT, 2006, p. 85).

Um comportamento humano tem um sentido que é orientado para um fim, no entanto, não é possível identificá-lo somente pelo seu sentido. De acordo com Minhot (2006) para sabermos como um sentido opera, quais são seus objetivos, é preciso uma hermenêutica explicativa, pois essa é a linguagem da psicanálise:

(...) em momentos chave, Freud sente a necessidade de formular uma espécie de plataforma epistemológica ao mesmo tempo extraordinariamente explícita e excessivamente concisa. Por outro lado, teoriza essa prática numa “disciplina” específica sui generis, para a qual produz um neologismo: o de metapsicologia. Finalmente, não poderia fazer outra coisa, ao forjar os dispositivos originais de seu saber, senão construí-lo referindo-o e tratando-o através dos modelos epistêmicos situados e datados que inscrevem o saber freudiano, em seu modo de produção, no universo epistêmico de seu tempo. Por conseguinte, a epistemologia freudiana não constitui uma ficção. (ASSOUN, 1983, p. 11)

Há teóricos que provocam uma cisão nessa epistemologia ao dizer que o método psicanalítico tem requisitos para pertencer a um plano científico, enquanto que a doutrina freudiana não, por não ser passível de verificação. É como se toda a fragilidade da psicanálise estivesse contida em sua própria episteme, ou seja, em seus princípios e em sua linguagem.

O ponto de vista energético, por exemplo, é considerado como um dos maiores erros que a psicanálise freudiana apresenta e isso se revela por meio dos contrastes apresentados entre a problemática energética e a teoria do sentido. Por um lado, temos a representação do aparelho psíquico por meio do materialismo da energia e, por outro, a interpretação do sentido, ou seja, uma análise intencional:

É verdade que há no cerne do freudismo uma problemática energética e uma teoria do sentido. Freud, porém, nunca se apresentou como sintetizador da energia e do sentido. Talvez seu caso seja mais grave, do ponto de vista de seus detratores

fenomenólogos, do que eles possam pensar: jamais separou o destino de sua problemática energética e de sua teoria do sentido. Freud não é alguém que passeia de uma a outra, tentando mantê-las juntas e obtendo maior ou menor êxito: ele nunca dissociou uma da outra! (ASSOUN, 1983, p. 31).

Nesse contexto, pode-se dizer que, apesar das constantes críticas que a hipótese biológica de Freud recebe tanto de filósofos como de psicanalistas, ainda não surgiu outra com a mesma capacidade explicativa capaz de substituí-la.

Segundo Assoun (1996, p. 30), “o inconsciente deve ser concebido radicalmente como objeto metapsicológico, como *Grundbegriff*. Essa posição o faz sair ao mesmo tempo da posição psicológica e da concepção filosófica tradicionais”. A princípio, podemos considerar a metapsicologia como o principal objeto de estudo da epistemologia da psicanálise, pois ela constitui o eixo fundamental para o entendimento dessa epistemologia.

A metapsicologia, enquanto uma perspectiva metodológica, pode ser entendida como uma técnica epistêmica, além de uma exigência especulativa para a construção do conhecimento psicanalítico. Ela é requisito básico para pensarmos a epistemologia própria da psicanálise, como diz Assoun (1978). O conhecimento endopsíquico, isto é, o conhecimento dos fenômenos psíquicos e do que se passa no inconsciente, como vimos, está intrinsecamente ligado às noções tópica, dinâmica e econômica, as quais constituem a metapsicologia.

Os conceitos metapsicológicos têm uma orientação específica no que se refere ao ponto de vista dinâmico, tal como acontece em outros ramos das ciências naturais. A esse ponto de vista Freud acrescentou o tópico e o econômico, aos quais também correspondem, respectivamente, outros conceitos e modelos especulativos, cuja finalidade é sempre a mesma, completar as teorias empíricas, tornando possível melhor agrupar e ordenar fatos. (FULGÊNCIO, 2003, p. 146)

As críticas direcionadas à metapsicologia, como vimos até aqui, sustentam o argumento de que ela produz modelos conceituais que estão distantes da realidade empírica. O objetivo principal de tais críticas é pôr em xeque o valor heurístico ou explicativo da psicanálise. Entretanto, é preciso advertir que a psicanálise não se reduz à metapsicologia, mas sem esta última não há como conceber uma epistemologia da primeira. Vejamos o que diz Milidoni, no seguinte trecho:

As hipóteses metapsicológicas não dizem respeito à natureza do psíquico, nem lhe traçam as coordenadas transcendentais, embora possam repousar sobre pressupostos filosóficos e constituam, às vezes, bons pontos de partida para se extrair, das mesmas, conseqüências que sejam, sim, filosóficas. Nada impede, portanto, focalizar com olhar filosófico algo não-filosófico, neste caso, as construções metapsicológicas. (MILIDONI, 1994, p. 152)

Ora, a abstração filosófica, por suas tentativas de se emancipar dos fatos, acaba caindo no perigo da “má abstração”, sempre voltada para a experiência, enquanto que, a abstração psicanalítica - do conceito metapsicológico -, constitui a “boa abstração”, por sempre ser passível de revisão. É em consequência desses fatos que Freud recusa a analogia que é feita entre a especulação psicanalítica e a especulação filosófica, como diz Assoun (1978).

A essência da explicação freudiana é mostrada pela maneira com que Freud relaciona seus diferentes níveis de explicação. Para ele as explicações clínicas devem ser incorporadas às explicações teóricas, para que as duas consistam em uma única explicação. Portanto, se considerarmos que as explicações metapsicológicas fundamentam as explicações clínicas, poderemos dizer também que onde termina a explicação clínica começa a explicação metapsicológica.

CAPÍTULO II
VISÕES DA METAPSIKOLOGIA

2. VISÕES DA METAPSIKOLOGIA

2.1 A concepção hermenêutica da psicanálise freudiana

A dificuldade de compreensão teórica da psicanálise revela a problemática metafórica dos conceitos metapsicológicos. Tais conceitos, ao serem empregados como metáforas, situam-se entre o físico e o mental, a fim de configurar fenômenos psicológicos. Desde então, questiona-se qual é a natureza ontológica desses conceitos.

A psicanálise freudiana, em razão da metapsicologia, de seu arcabouço teórico, passa por diversas tentativas de reformulação. Dentre elas, se destacam a abordagem cientificista, que critica o caráter especulativo da metapsicologia e a abordagem hermenêutica que, por sua vez, a interpreta como um equívoco cientificista. A concepção hermenêutica da psicanálise surge como uma proposta de reinterpretação da teoria psicanalítica. Essa concepção fundamenta-se na ideia de que as explicações psicanalíticas são incompatíveis com o modelo de explicação causal proveniente das ciências naturais.

O movimento hermenêutico se fortaleceu enquanto método, teoria e prática da arte da interpretação. Paul Ricoeur (1977) discute a psicanálise a partir dessa concepção. Ele foi o primeiro autor que a interpretou como uma disciplina hermenêutica. A hermenêutica está estruturada na exegese bíblica e, portanto, possui uma metodologia distinta das demais ciências.

Laplanche (1995) critica a concepção hermenêutica que Ricoeur atribui à psicanálise, já que para isso ele ignora o método do próprio Freud. Para ele, muitas afirmações em Freud vão ao sentido oposto de uma hermenêutica. E, além disso, o método da associação livre não comporta um sentido sintético, isto é:

Freud não cessou de acumular as declarações opostas a toda e qualquer síntese: por um lado não existiria nenhuma síntese no “id”, onde reina uma coexistência sem coerência; por outro, o analista deve contentar-se em analisar, sem propor qualquer “psicossíntese” ao paciente. (LAPLANCHE, 1995, p. 72)

De acordo com Laplanche (1995, p.78), o método psicanalítico deve ser entendido como um método estritamente individual, que favorece as conexões individuais, elemento por elemento e as associações em detrimento de toda e qualquer autoconstrução e

autoteorização. Trata-se de um método analítico, portanto. Isto é, “associativo-dissociativo, desligante, ou seja, desconstrutivo”.

Ricoeur não considera a psicanálise como uma ciência natural. Em razão disso, acredita que ela está isenta da necessidade de ter que fazer previsões e, portanto, a vê como uma condição hermenêutica que se efetiva por meio de uma análise da semântica do desejo.

Segundo Minhot (2006): “Ricoeur só considera como epistemologia da ciência natural a que oferece uma representação nomológica, uma descrição universal que racionaliza a atividade científica em seus variados contextos através de uma única idéia de racionalidade”. Para ele, justamente, por ser o aparelho psíquico o campo de investigação da psicanálise, não é possível conceber um modelo explicativo causal no processo epistêmico da mesma, uma vez que, em se tratando de processos mentais, tem-se uma condição da qual não é possível extrair causas, mas sim motivos.

De acordo com os adeptos da concepção hermenêutica, cabe à psicanálise decifrar os significados do comportamento humano e, não, investigar suas causas. Por esse motivo, acreditam que ela não se enquadra no modelo de ciência natural e, portanto, ignoram as críticas direcionadas à metodologia psicanalítica.

Por outro lado, há filósofos da ciência que entendem que a validação de leis preditivas resultantes da prática clínica é necessária para que o trabalho do analista possa ser justificado.

No entanto, é possível haver uma semelhança entre explicação psicanalítica e explicação causal, típica das ciências da natureza, embora ambas jamais se confundam, pois o que se quer apreender na primeira refere-se ao que está subjacente, mais especificamente enquanto motivo e não enquanto causa, dos conteúdos manifestos conscientemente.

Para Ricoeur (1997), a obra freudiana é entendida como um discurso misto e ambíguo, que, por um lado, apresenta conflitos de forças justificando uma energética e, por outro, relações de sentido justificando uma hermenêutica. Entretanto, essa ambiguidade parece ser o que caracteriza e fundamenta a psicanálise, já que temos, na mesma, a peculiar situação epistemológica, segundo a qual a essência energética da psique (na qual se processam aqueles conflitos de forças) é desvelada pelo processo decifrador e interpretativo da hermenêutica; pode-se dizer que “a energética passa por uma hermenêutica e que a hermenêutica descobre a energética”. (RICOEUR, 1977, p. 67)

Paul Ricoeur, ao contrário dos anti-metapsicologistas, parece ter compreendido a relevância do papel da metapsicologia para a obra freudiana e, por isso, não conseguiu excluí-la da teoria, pois se viu diante de um difícil problema, especialmente no que se refere à

explicação do funcionamento energético da mente. Em razão disso, procurou, ao menos, interpretá-la no contexto do registro do sentido, já que para ele a psicanálise é antes de tudo uma hermenêutica.

Mas, para tanto, seria necessário resolver os impasses existentes entre a metapsicologia e os princípios clínicos. Logo, Ricoeur rejeita a explicação de Freud acerca do funcionamento psíquico, por um viés metapsicológico, isto é, uma explicação causal, para explicar tal funcionamento. Desse modo, o discurso da psicanálise para a concepção hermenêutica passa a ser entendido como um discurso que se refere ao registro do sentido e que pertence a uma ciência interpretativa. Monzani (1989), entretanto, diz que, nesse caso, não se trata de uma separação, mas de níveis diferentes de explicação que Freud sempre mantém:

O trabalho da interpretação chega a certas teses que são colocadas no nível da linguagem do sentido, mas que, segundo ele, Freud, devem ser colocadas e encaixadas na linguagem teórica que formula os problemas em termos de processos psíquicos. É essa a linguagem da Metapsicologia (...); é ela que deve dar conta dos efeitos de sentido; existiria, assim, uma subordinação recíproca entre interpretação e explicação, cada uma a seu nível: a interpretação produz teses que a explicação fundamenta”. (MONZANI, 1989, p.114)

O contraste que há entre energética e hermenêutica, na psicanálise freudiana, não se resolve por eliminação de uma ou de outra dessas vertentes epistemológicas. Segundo Ricoeur, “o freudismo não existe senão pela recusa dessa alternativa”, do contrário, isso implicaria um retalhamento da teoria, pois a possibilidade de expressão da psicanálise reside numa dialética entre força e sentido. Ele refere-se ao Projeto³ como o estado energético da teoria, o qual não comportaria uma hermenêutica; a contrapartida ou antítese se dá com o surgimento da hermenêutica no contexto das investigações da “A interpretação dos sonhos (1900)” e, por fim, a síntese, isto é, a interação entre força e sentido seria finalmente encontrada nos escritos metapsicológicos (1915).

Essa é a proposição que Ricoeur (1977) pretende justificar na primeira parte de seu livro, “Da interpretação ensaio sobre Freud”, pois, para ele, quando Freud propôs um conhecimento da mente que a compreendesse como um sistema mecânico de forças (que fique bem claro: um sistema distinto do sistema nervoso e que guarda com o mesmo uma forte reciprocidade de influências), assim pôde fazer, na medida em que prescindiu da consciência

³ Projeto de uma psicologia, Editora Imago, tradução de Osmyr F. Gabbi Jr, 1995. Esse texto compunha-se originalmente na forma de um manuscrito redigido por Freud em 1895 e no qual tentava-se apresentar um modelo de mente em termos de quantidades e neurônios.

intencional da fenomenologia. Entretanto, tal proceder parece tender a uma explicação naturalista da mente e negligenciar o estudo da constituição simbólica típica desta última.

A interpretação, (...) não está tematizada no texto do Projeto... Mas há uma enorme diferença entre o fato de não estar tematizada e estar ausente. A interpretação está presente no texto e, em vários pontos, explicitamente. Na verdade, esta interligação é constante no texto, conforme se pode apreender das várias afirmações de Freud que abrem a parte II do Projeto... [Parte essa, por sinal, intitulada Psicopatologia] (MONZANI, 1989, p. 103)

Logo, dado que a hermenêutica lida com significações e não com relações de força, conclui-se que a psicanálise, ao tratar da mente com um vocabulário tópico-econômico que discorre sobre tais relações, não é uma hermenêutica. Tal argumento é justamente aquilo que o autor refuta, afirmando que a representação não é antinômica relativamente às noções de pulsão, de objetivo de pulsão e de afeto, possibilitada pelo fato de se haver estruturado, ao longo do desenvolvimento do pensamento freudiano, uma interpenetração entre explicação tópica-econômica e interpretação de significações (esta última desenvolvida em análises clínicas), uma interpenetração que possibilitaria uma interpretação do sentido pelo sentido.

Holt (1989) chama esse tipo de análise de “o velho truque de mistificação por metáforas”, e critica a ideologia de Ricoeur quanto a querer manter a hermenêutica como uma disciplina autônoma. Devido a esse fato, diversos autores recusam-se a aceitar a interpretação que Ricoeur faz da psicanálise.

Para Holt, a posição de Ricoeur não se sustenta nos paradigmas da filosofia da ciência, já que ela só é possível no contexto de uma análise exegética. É nesse sentido, que a validade de uma “postulação hermenêutica da psicanálise” é questionada, pois se trata de um método pré-científico que não corresponde às demandas epistemológicas da psicanálise.

Muitos psicanalistas, contudo, aderiram à doutrina hermenêutica para explicar a epistemologia psicanalítica. Para a concepção hermenêutica, a psicanálise explica o comportamento do paciente com base em seu estado atual e, portanto, ignora as relações causais entre os eventos que determinam tal comportamento. Além disso, os adeptos dessa concepção alegam que a metapsicologia é incompatível com a clínica psicanalítica por não ser passível de teste e por apresentar uma visão mecanicista do homem (STRENGER, 1994).

Por outro lado, Strenger diz que a concepção hermenêutica da psicanálise pode ser considerada como uma tentativa de invalidar as críticas metodológicas feitas contra a psicanálise. Ele acredita que essa concepção ajuda defender a integridade metodológica da teoria clínica e do método de pesquisa da psicanálise.

O interesse filosófico na psicanálise é levado por duas formas básicas. Uma é a verificação da psicanálise através do ponto de vista da filosofia da ciência que tem criticado as credenciais epistêmicas da psicanálise. A outra é pelo fato da psicanálise ser a maior teoria psicológica do século vinte. O interesse concentra-se na estrutura básica da explicação psicológica, como um modelo de ciência humana, além de a psicanálise ser considerada um paradigma para tal campo de pesquisa. (STRENGER, 1994, p. 35)

Para Strenger (1994, p. 36) as explicações psicológicas de Freud sobre o comportamento humano eram, na realidade, descrições do comportamento enquanto ação motivada, pois ele não lidava com todas as causas. Assim, uma ação e uma razão não eram consideradas como dois eventos distintos, ou seja, elas eram descrições logicamente conectadas de um evento intencional e dirigido. Desse modo, para ele, o que Freud fez foi incluir eventos como lapsos de língua, sintomas neuróticos e sonhos no rol de comportamentos descritos como ação intencional.

Strenger (1994) questiona se a psicanálise é uma teoria geral ou se é somente uma psicologia clínica, e se a noção de energia mental é útil, ou ela só traz complicações desnecessárias à psicanálise. Ele questiona, ainda, se tal noção é necessária para que a psicanálise possa concluir sua validação por meio de evidências neurofisiológicas.

Segundo esse autor, a concepção hermenêutica da psicanálise é resultante da complexidade metodológica envolvida na pesquisa psicanalítica. O intuito dos adeptos dessa concepção é conseguir validar os resultados dos dados clínicos para justificar a teoria psicanalítica enquanto uma disciplina hermenêutica. Esse isentaria a psicanálise das exigências e demandas do método científico, além de colocá-la em um ramo separado da ciência natural. E isso é entendido por alguns teóricos como uma “defesa epistêmica”.

Para Charles Taylor (1975) é possível encontrar na psicanálise, ao mesmo tempo, uma explicação causal e outra interpretativa. Esses dois aspectos encontram-se indissolúvelmente ligados e qualquer tentativa de dissociá-los poderia desnaturar a teoria. Para ele, tanto a leitura energética como a leitura hermenêutica podem ser aplicadas, não somente na teoria freudiana, mas também sob qualquer ciência humana que pretenda explicar o comportamento efetivo dos homens:

O comportamento compreende-se, por conseguinte, de acordo com seu sentido intencional. Mas também sofre a ação causal. É também o campo de forças que deformam as imagens intencionais, que deslocam o desejo de seu verdadeiro objetivo para um fim secundário (...) que restringem certos conteúdos e proibem-lhes acessos à consciência. É por isso que [na psicanálise] uma simples leitura pelo sentido não é nunca suficiente. Porque o nosso comportamento, os nossos

propósitos, os nossos pensamentos contêm sempre uma boa parte do insensato, o contraditório, ou mesmo o incompreensível. O fato é que o texto sensato de nossa vida é constantemente cruzar não-senso e contra-senso. Sofremos forças que brotam de nós mesmos e que não compreendemos, nem dominamos (TAYLOR, 1975, p. 130-131)

Em suma, apesar de Ricoeur ter adotado a concepção hermenêutica como um modelo explicativo da psicanálise freudiana, é preciso atentar para o fato de que essa idéia enfrenta uma grande oposição, já que o próprio Freud sempre recusou subordinar a psicanálise a qualquer coisa que se pareça com uma racionalidade hermenêutica, devido a sua fidelidade obstinada ao ideal “explicativo”, como diz Assoun (1996, p. 32). Da mesma forma, Minhot afirma:

Ricoeur enfatiza que interpretar é ir de um conteúdo manifesto a um conteúdo latente. Isto significa, segundo ele, que a interpretação é uma relação entre sentidos e não entre forças, afastando-se do modelo explicativo ao admitir somente uma ontologia hermenêutica. (MINHOT, 2006, p.71-72)

Para Freud, todas as ciências da mente humana podem ser abordadas como ciência da natureza. Logo, ele entende a psicanálise como uma ciência natural. No entanto, Ricoeur, por meio da concepção hermenêutica, reinventa um Freud espiritualista, além de um novo modelo explicativo para a psicanálise.

A demarcação ontológica na qual se insere a psicanálise não é solidária com uma demarcação entre procedimentos explicativos e compreensivos. Encontra-se assim, uma ciência na qual a polaridade não se cumpre. (MINHOT, 2006, p. 88).

Laplanche (1995) ressalta a importância que deve ser dada ao método, já que, a princípio, a psicanálise se caracteriza por “um procedimento para a investigação de processos anímicos, que são quase inacessíveis de outro modo”. Ele diz que, ao tratar a psicanálise como uma hermenêutica, Ricoeur não leva em conta o método freudiano:

(...) parece evidente, sobretudo com os desenvolvimentos recentes da hermenêutica, que não há interpretação sem código ou sem chave de tradução. A hermenêutica define-se como uma acolhida, uma transposição ou uma leitura – de um texto – de um destino – de um Daisen – uma leitura que se fundamenta, evidentemente, sobre uma pré-compreensão ou protocorreção prévia. A psicanálise, por sua parte, seria assimilável a uma leitura, o que supõe que ela proporia de saída um ou vários códigos. (LAPLANCHE, 1995, p. 72).

Em consequência disso, o autor critica essa aparente evidência, já que “muitas afirmações em Freud vão no sentido oposto ao de sua inclusão numa hermenêutica”. Para

Laplanche (1995, p.74), “O método analítico não é, de forma alguma, uma tradução, uma compreensão, ou uma leitura. O método é destradição, na pista de elementos ditos inconscientes”. Desse modo, a psicanálise recusa todo e qualquer sentido sintético:

A recusa da síntese, antes de ser uma regra quase moral em Freud (recusa da sugestão, recusa da imposição de seus próprios ideais, fossem eles psicanalíticos), é uma abstenção metodológica. A máxima profunda aí é que lá onde se segue a via da síntese, faz-se calar o inconsciente (LAPLANCHE, 1995, p. 78).

O ponto de vista energético, por exemplo, é considerado como um dos maiores erros que a psicanálise freudiana apresenta. Isso se revela por meio dos contrastes apresentados entre a problemática energética e a teoria do sentido. Por um lado, temos a representação do aparelho psíquico por meio do materialismo da energia e, por outro, a interpretação do sentido, ou seja, uma análise intencional.

É verdade que há no cerne do freudismo uma problemática energética e uma teoria do sentido. Freud, porém, nunca se apresentou como sintetizador da energia e do sentido (...). Freud não é alguém que passeia de uma à outra, tentando mantê-las juntas e obtendo maior ou menor êxito: ele nunca dissociou uma da outra. (ASSOUN, 1983, p. 30-31)

De acordo com Assoun (1983), Freud não vai de uma abordagem naturalista a uma hermenêutica, pois para ele naturalismo e hermenêutica compõem uma linguagem única na psicanálise. Logo, essa é a realidade epistemológica da teoria freudiana. Entretanto, esse viés não é aceito por Paul Ricoeur, por exemplo, que entende essa abordagem, simplesmente, como algo paradoxal. Para ele, a problemática central da epistemologia freudiana converge ao seguinte questionamento:

Todo o problema da epistemologia freudiana parece concentrar-se numa única questão: como é possível que a explicação econômica passe por uma interpretação que versa sobre significações e, em sentido oposto, que a interpretação seja um momento da explicação econômica? (...) Talvez seja na própria posição do desejo que residem ao mesmo tempo a possibilidade de se passar da força à linguagem, mas também a impossibilidade de se retomar a força na linguagem. (RICOEUR, 1977, p. 68).

O que Ricoeur faz é separar o Freud do Projeto (1895) do Freud da Interpretação dos Sonhos (1900), ou seja, o primeiro é tido como um “energetista” e, o segundo, como um “hermeneuta”. Dessa forma, ele atribui à epistemologia freudiana um viés paradoxal, no qual explicações de caráter metapsicológico e hermenêutico atuam dentro de uma mesma epistemologia.

Portanto, o propósito de Ricoeur, como diz Assoun (1983), é estabelecer uma “epistemologia do freudismo” e não uma “epistemologia freudiana”:

A epistemologia freudiana, caracterizando o húmus nativo no qual germinou Freud, é, de fato, clivada: uma parte cai, como desejo morto, no desembaraço dos conceitos mecanicistas do século XIX; a outra, por sua vez, dissolve-se no tabuleiro das interpretações. O freudismo se desliga decididamente de Freud. A Freud, sua identidade, com uma recessividade histórica; ao freudismo; seu futuro na teoria universal do Sentido. (ASSOUN, 1983, p. 35)

De fato, pode-se dizer que o tipo de explicação que a psicanálise fornece acerca dos fenômenos psíquicos é uma “explicação compreensiva”. No entanto, a problemática aqui é a contradição apresentada, na mesma teoria, pela coexistência de duas vertentes opostas, a saber, a energética e a hermenêutica.

A questão, nesse contexto, é bem mais complicada do que simplesmente escolher uma das duas leituras explicativas acerca da episteme freudiana, as quais, a princípio, se confundem, mas, de fato, se fundem na obra freudiana. Vejamos o trecho abaixo:

De qualquer maneira, essa triagem fez escola. É preciso, de agora em diante, escolher entre o Freud hermeneuta e o Freud energetista, entre a psicanálise entendida como uma hermenêutica, uma teoria do sentido, sua produção, manifestação e deciframento, e a Psicanálise como um discurso, mecanicista, herdeiro da maquinaria conceitual positivista do fim do século, mergulhado num energetismo que reduz o sujeito humano a um puro jogo de forças cegas. De fato, as duas linhas de interpretação do pensamento freudiano se firmaram (MONZANI, 1989, p. 73)

A concepção de Freud de que a psicanálise é uma ciência da natureza, não deveria ser questionada em função de seu caráter especulativo, a saber, a metapsicologia, a qual não se reduz ao domínio da filosofia, no entanto:

(...) a filosofia dispõe de dois elementos que a põe em condições de ultrapassar os limites do empirismo da medicina dominante e de compreender a revolução analítica: o manejo de um instrumental conceitual abstrato, que torna possível uma ultrapassagem da imediatez empírica e a abertura de imensas perspectivas dos campos dos objetos tradicionais – a primeira aquisição tornando possível a segunda. É essa estiagem da conceitualização que deveria aproximar a psicanálise da filosofia. (...) A metodologia das ciências naturais justifica a evocação da dimensão especulativa. Mas de forma alguma se deve concluir daí que a filosofia serve para corrigir ou para completar o modelo epistêmico da ciência da natureza, o que implicaria em eliminá-lo. (ASSOUN, 1978, p. 65)

O conhecimento psicanalítico é um conhecimento especializado, pois seu método é fundamentado na investigação dos processos inconscientes. Tal fato fez com que

Freud não separasse, nem por um momento, a teoria da prática, ou seja, na psicanálise, a prática clínica é totalmente amparada por um saber.

A especificidade da psicanálise está, justamente, na determinação de Freud em reconstruir os fenômenos psíquicos em uma expressão real. Eis aí o principal argumento para imprimir sua teoria e sua prática no âmbito científico, apesar de suas peculiaridades.

Na psicanálise, as produções ditas inconscientes, como os lapsos, os sintomas e os sonhos, não devem ser compreendidos pelo viés hermenêutico, ou seja, como um texto a ser decifrado, mas, sim, como expressões de conflito. Contudo, devemos questionar a hermenêutica como um possível modelo interpretativo, já que o entendimento dessas produções não se resume apenas à decifração de códigos.

O trabalho da interpretação é tomado, pois, entre dois níveis, a título de mediação. É isso que faz com que Freud não subscreva um modelo “hermenêutico”. A construção metapsicológica permanece essencialmente explicativa. Se, todavia, um momento interpretativo se faz necessário, é no entre-dois do material clínico e do conceito metapsicológico. (ASSOUN, 1983, p. 47)

Logo, a lógica da interpretação psicanalítica, de acordo com Freud, deve ser entendida em sua singularidade, ou seja, como uma explicação do sentido e jamais como uma exegese do sentido. “Não há lugar para dicotomizarmos a *démarche* psicanalítica em uma parte explicativa (na linha das ciências da natureza) e outra interpretativa (na linha de qualquer ciência humana) (ASSOUN, 1983, p. 48)”.

Enfim, na obra freudiana, explicação e interpretação não devem ser entendidas como fenômenos dissociados, mas complementares, já que a primeira é proveniente da segunda. Nesse sentido, como afirma Assoun (1983, p. 50): “o ato interpretativo nunca se liberta totalmente do ato explicativo pelo qual se remonta do efeito à causa”.

Assim, pode-se dizer que, apesar da indiscutível relevância do papel da interpretação para a obra freudiana, ela não altera, de forma alguma, o caráter de ciência da natureza que Freud atribuiu à psicanálise, o qual se fundamenta numa lógica explicativa.

2.2 Metapsicologia: ficção heurística?

A psicanálise freudiana tem sofrido constantes questionamentos em relação à sua prática e também quanto ao seu papel no contexto científico. Há uma forte resistência por

parte de teóricos e psicanalistas para a aceitarem como uma ciência da natureza, isto é, para compreendê-la a partir do viés naturalista sob o qual foi, a princípio, fundamentada.

Trata-se, nesse caso, de um movimento de recusa por não conceberem a especificidade epistemológica que a psicanálise comporta. Logo, ela deve ser questionada no âmbito de uma epistemologia geral, assim como qualquer outra área do conhecimento.

Para Fulgêncio (2008), a psicanálise surge como uma ciência empírica, mas, tal empiria está voltada, unicamente, para a solução de problemas relativos à prática. A leitura que esse autor faz da psicanálise fundamenta-se em modelos epistemológicos já estabelecidos. Entretanto, tais modelos não são ideais quando se pretende analisar um campo epistêmico tão peculiar como a psicanálise.

As interpretações anti-realistas que têm sido feitas acerca da psicanálise se pautam, especialmente, na análise crítica do método especulativo de Freud, o qual, segundo essa visão, se fundamenta em “ficções heurísticas” utilizadas na construção dos conceitos metapsicológicos. Porém, esses conceitos, além de apresentarem um caráter provisório, só podem ser empregados em função da práxis clínica, portanto, sugere-se que sejam substituídos por outros conceitos que apresentem maior consistência teórica. No entanto, é preciso atentar para o fato de que:

A clínica psicanalítica – entendendo-se por isso tanto a prática interpretativa da psicanálise quanto ao conjunto dos fenômenos do qual esta se ocupa – constitui-se como um campo de problemas empíricos, cuja resolução requer a elaboração de certos constructos teóricos, mediante o tipo de método especulativo que define a metapsicologia. Esses constructos desempenhariam, portanto, uma função exclusivamente instrumental com relação a esses problemas, sendo que, nessa função e apenas nela, residiria a sua justificação. (SIMANKE, 2008, p. 6)

Apesar disso, de acordo com a perspectiva antirrealista, a metodologia empregada pela psicanálise para a elaboração de sua teoria não passa de pura especulação e, conseqüentemente, esse tipo de interpretação - assim como outras de caráter hermenêutico ou cientificista – tem contribuído de maneira significativa com a evidente cisão epistemológica que se instaurou na psicanálise freudiana, a saber, a separação entre a metapsicologia e a clínica:

A conformação da psicanálise: a clínica e a metapsicologia resultaram numa desqualificação da metapsicologia em proveito da clínica, quer em nome da maior originalidade do método psicanalítico e de seus resultados, que teria permitido desvendar toda uma dimensão significativa da ação humana até então ignorada, quer devido à maior suscetibilidade das explicações clínicas fornecidas pela psicanálise a uma avaliação nos termos dos critérios utilizados para a validação dos enunciados científicos. (SIMANKE, 2008, p. 5)

Apesar de Simanke atestar o caráter provisório atribuído à metapsicologia, ele sugere que uma leitura realista acerca da mesma poderia aproximá-la de modelos explicativos mais adequados à realidade empírica da psicanálise.

De fato, a psicanálise é como uma área do conhecimento muito peculiar, o que nos faz pensar na epistemologia da clínica psicanalítica como um saber singular, o qual requer, para sua compreensão, uma junção do conhecimento com o objeto a ser conhecido. Logo, pode-se dizer que essa epistemologia constitui-se de acordo com o seu objeto.

A relação entre metapsicologia e princípios clínicos consiste, portanto, numa construção do saber clínico acerca dos processos inconscientes. Dessa forma, o trabalho de pesquisa em prática psicanalítica deve ter esse enfoque, ou seja, um saber que é produzido a partir do sujeito do sintoma e de suas singularidades.

Onde situar o gênero do “conhecimento” implicado pela pesquisa clínica? A referência à experiência parece, por si só, desqualificar o primeiro modelo: seríamos tentados a falar, aqui, em “empirismo radical” para designar esse papel constituinte da referência ao empirismo, essa fonte de onde o clínico retira sua única autoridade legítima em última instância. Freud, por sua vez, insiste no papel determinante da referência ao “material”, ao qual se deve voltar incessantemente para julgar a credibilidade da menor asserção analítica. Mas o material em questão requer uma formalização específica (uma “in-formação”): aí se situa a intervenção da teoria que Freud batiza de “metapsicologia”. (ASSOUN, 1983, p. 47)

Os conceitos metapsicológicos possibilitaram a Freud o desenvolvimento de ideias abstratas, as quais tinham por função explicar as hipóteses psicanalíticas. O uso de recursos metapsicológicos completava as lacunas teóricas que surgiam durante a observação dos fatos clínicos.

Contrariando esse tipo de interpretação, Fulgêncio (2008) recusa a abordagem naturalista que Freud atribui à psicanálise e, portanto, propõe “uma psicanálise reformulada por princípios fundamentais que colocam o homem na sua especificidade existencial, como algo diferente de um objeto ou de um aparelho” (p. 441). Mas, entretanto, é válido considerarmos aqui a análise de Simanke a esse respeito:

Todos os principais conceitos metapsicológicos – a teoria das pulsões, sobretudo, longamente analisada em suas diversas formulações (Fulgêncio 2008, p.277-349) - fazem-se objeto do mesmo tipo de análise e interpretação. Daí o duplo caráter, provisório e descartável, atribuído à metapsicologia: uma vez que só se justificaria por um critério de utilidade na resolução de outra ordem de problemas – aqueles colocados pela investigação clínica da psicanálise –, ela não engendraria nenhuma problemática própria que pudesse lhe conferir autonomia. Seu caráter instrumental justificaria, por um lado, a sua interpretação ficcional e, por outro, tornaria essas ferramentas metapsicológicas, consideradas em si mesmas, contingentes e não-

essenciais para a construção do conhecimento psicanalítico. Elas poderiam, assim, ser livremente substituídas por outras, na exata medida em que os novos modelos e metáforas se revelassem mais eficientes para cumprir sua função ou que novos problemas surgissem da investigação clínica a requerer outros meios de instrumentação teórica. No limite, a metapsicologia como um todo poderia ser considerada contingente e não-essencial, nesse sentido. (SIMANKE, 2008, p. 7-8)

De fato, normalmente, os teóricos que fazem uma interpretação antirrealista da metapsicologia alteram a natureza e a função dos conceitos metapsicológicos (pulsão, libido, aparelho psíquico) de forma a propor uma nova conceituação para tais conceitos. O objetivo é resignificá-los no contexto psicanalítico de maneira geral.

Para ilustrar esse viés interpretativo, nos apoiaremos na esteira winnicottiana. Fulgêncio (2006), por exemplo, em seu texto “Winnicott e uma psicanálise sem metapsicologia”, discute e contrapõe, com a psicanálise freudiana, esse tipo de teorização. Sua proposta é pensar uma psicanálise sem a metapsicologia. Trata-se, portanto, de uma reinterpretação da metapsicologia freudiana, ou seja, uma substituição dos conceitos metapsicológicos elaborados por Freud, por outros novos conceitos. Dessa forma, atribui-se uma nova interpretação ao arcabouço teórico da psicanálise. Porém, a pretensa substituição não é apenas conceitual, pois não interfere apenas na estrutura teórica da psicanálise, mas também na forma de compreensão da sua epistemologia. Vejamos o seguinte exemplo:

Ao substituir o conceito freudiano de aparelho psíquico, pelo de reintegração ou de identidade pessoal, nota-se que Winnicott realizou uma mudança no estatuto ontológico do objeto de estudo da psicanálise. Essa constatação reitera a interpretação segundo a qual a obra de Winnicott é uma revolução na psicanálise, estabelecendo assim, um novo quadro com base no qual os problemas são formulados e as soluções desenvolvidas. (FULGÊNCIO, 2006, p. 415)

Assim, os conceitos metapsicológicos como pulsão, aparelho psíquico e libido, por exemplo, ganham uma nova tendência explicativa e, portanto, a metapsicologia, enquanto constructo teórico fundamentado sob os pontos de vista, tópico (aparelho psíquico), dinâmico (pulsões) e econômico (*quantum de afeto*), recebe uma nova interpretação. Essa ideia é justificada em razão dos conceitos metapsicológicos não fornecerem uma explicação adequada para os fatos, já que o tipo de explicação que propiciam é compreendida apenas como uma “especulação”.

Ao distinguir a teoria clínica da metapsicológica não estou afirmando que os fatos clínicos são apreendidos independentemente de teorias, visto que toda pesquisa científica depende de uma orientação para solucionar (dentre a multiplicidade de fenômenos que se apresentam) os elementos a serem observados e para estabelecer

típos de relação a serem procuradas na relação e ordenação desses fenômenos. Isso não significa que as teorias que orientam a pesquisa empírica sejam, necessariamente, especulativas, ainda que as especulações metapsicológicas tenham um lugar central para Freud. (FULGÊNCIO, 2006, p. 404).

A perspectiva antirrealista da psicanálise visa encontrar meios para justificá-la no contexto científico e, portanto, promove uma nova elaboração dos conceitos metapsicológicos redescrivendo-os e os adequando aos fatos clínicos. Enfim, é desse modo que a corrente winicottiana da psicanálise trabalha, ou seja, procura transformar a metapsicologia em algo que se aproxime de uma base empírica, à luz de uma teoria acerca da “Natureza humana”, passível de falsificação e de verificação.

Para Fulgêncio (2006, p. 408), Winnicott abandona, literalmente, o conceito de pulsão (Trieb), substituindo-o por conceitos como: “instinto, desejo, necessidade de ser e tendência inata à integração”. Assim, na perspectiva winicottiana, pode-se dizer que:

(...) as vivências de excitação corporal são elaboradas imaginativamente, ou seja, as experiências corporais recebem um sentido e esse sentido não é o representante das excitações nem a rerepresentação do corpo, mas a qualidade que caracterizará a própria vivência ou excitação. Não se trata, para Winnicott, de um jogo de forças entre as representações ou afetos, mas de uma existência psicossomática que é vivida e significada nas relações inter-humanas, seja do ponto de vista do si-mesmo, seja do ponto de vista das relações do indivíduo com o ambiente. (FULGÊNCIO, 2006, p. 409-410)

Nesse contexto, o conceito de pulsão deixa de ser entendido com um conceito especulativo e, portanto, passa para a categoria de conceitos empíricos:

Parece, pois, justificável, conceitual e textualmente, afirmar que Winnicott abandonou os conceitos de pulsão (Trieb), aparelho psíquico e libido, que estão na base dos três pontos de vista que caracterizam a metapsicologia freudiana, propondo um tipo de teoria que tem uma ontologia e um conjunto de conceitos de natureza epistemológica diferentes daquela utilizada pela psicanálise freudiana ou tradicional. Não se trata, para Winnicott, de substituir a metapsicologia, a bruxa freudiana, por uma outra, mas de propor uma teoria psicanalítica sem esse tipo de especulação ou de feitiçaria (FULGÊNCIO, 2006, p. 417).

Diante do exposto, vale ressaltar que os conceitos metapsicológicos são constituídos a partir de uma abstração singular proveniente de um método especulativo, porém fundamentado em princípios clínicos, isto é, a elaboração de tais conceitos exige uma constante recorrência à experiência. Portanto, “Não se encontrará na metapsicologia tendência a agravar de alguma forma um “convencionalismo” – metodologicamente necessário – por

um “ficcionalismo” contra o qual se deve, em consequência, reafirmar uma exigência de realismo” (ASSOUN, 1996, p. 66-67).

Para Freud, todo processo investigativo científico requer a observação e a descrição dos fatos e, conseqüentemente, há o surgimento de conceitos primitivos, os quais fundamentarão o material empírico daqueles fatos.

Ainda que a psicanálise não se encaixe no modelo de explicação científica proveniente do empirismo lógico, de acordo com Laplanche (1995, p.83), a metapsicologia é o único nível teórico da psicanálise que pode reivindicar ser refutável ou falsificável. O fato de que ela não use modelos físico-matemáticos não impede que ela tenha que se submeter a prova do raciocínio e da confrontação com a experiência.

A corrente antirrealista da metapsicologia, em um movimento de recusa, procura reescrever a psicanálise no saber já instituído. Dessa forma, diversos conceitos elaborados por Freud sofreram um reducionismo, isto é, foram, forçosamente, adequados a conceitos reconhecidos cientificamente.

(...) a teorização metapsicológica também não é uma hermenêutica, ela não fornece sentido aos fenômenos psíquicos: os conceitos metapsicológicos – as forças, as energias ou as instâncias de um aparelho – não dão sentido algum para as experiências vividas na situação clínica. A hipótese metapsicológica, por exemplo, de que o trauma corresponde a um quantum de energia não descarregada não fornece ao paciente nem ao analista, nenhum sentido experiencial. (FULGÊNCIO, 2003, p. 157)

O conceito de pulsão, por exemplo, talvez tenha sido o mais atingido pelo reducionismo. Esse conceito foi desprovido de qualquer valor explicativo proveniente de bases metapsicológicas. Atribuiu-se, portanto, ao referido conceito, um viés totalmente, fundamentado em pressupostos biológicos. O que houve, de fato, foi uma aproximação infeliz, que se deu por meio da analogia feita entre a ideia de pulsão (Trieb) e a ideia de instinto.

Há autores que justificam essa analogia como um “erro” de tradução cometido por James Strachey. Mas o fato é que, na verdade, em função desse erro interpretativo ou não, acoplar o conceito de pulsão ao de instinto, numa perspectiva biológica, ou seja, dentro de um paradigma científico, facilitaria a inserção e o reconhecimento da psicanálise pela comunidade científica. Talvez esse seja o intuito final de determinados teóricos que levantam a bandeira em favor de uma psicanálise sem metapsicologia. Contudo, vale lembrar que:

O conceito de pulsão, como qualquer outro conceito, implica uma justificação e uma derivação crítica a partir da própria teoria. Não se trata de recusar a afirmação de que o conceito de pulsão estabelece um limite para a teoria psicanalítica, mas sim de recusar que este limite seja estabelecido desde o início e de forma arbitrária. Enquanto conceito limite, pulsão delinea o horizonte do discurso psicanalítico, mas com a condição deste limite ser produzido pela própria teoria. (GARCIA-ROZA, 1990, p.11)

Entretanto, como se sabe, a pulsão nada mais é do que um conceito limite entre o somático e o psíquico, portanto não deve ser reduzido a uma vertente biológica. É um conceito metapsicológico que Freud apresentou pela primeira vez no texto *Três ensaios* (1905), pois antes disso, é possível encontrar apenas alguns vestígios de sua construção expressos por meio de conceitos como estímulos endógenos, excitações e ideias afetivas, que já se faziam presentes na obra freudiana, segundo Strachey (1996/1915).

De acordo com Strachey (1996/1915), a pulsão não se torna fato na consciência, pois apenas a ideia que a representa pode se estratificar enquanto objeto da consciência. Assim, o que será conhecido acerca da pulsão é somente algo que a representa, ou seja, o que emerge no psíquico.

(...) a pulsão aparece no domínio do psíquico como uma energia que pressiona no sentido da descarga através do objeto apropriado (que pode ser o próprio corpo do sujeito, eventualmente). É por isso que, no inconsciente, essa energia aparece em estado livre, não ligado, pressionando freneticamente no sentido de sua finalidade. Se o inconsciente se caracteriza por um estado livre e selvagem de energia, com uma quase total mobilidade, é porque está inscrito na natureza da pulsão. (MONZANI, 1989, p.185)

Há teóricos que provocam uma cisão nessa epistemologia ao dizer que o método psicanalítico tem requisitos para pertencer a um plano científico, enquanto que a doutrina freudiana não, por não ser passível de verificação. Contudo, o que afirmam, de fato, é que toda a problemática psicanalítica deriva de sua própria episteme:

Muitos fazem uma leitura realista da teoria freudiana do aparelho psíquico e lhe atribuem a pretensão à verdade objetiva. Não há dúvida de que Freud estava comprometido com a busca de uma verdade desse tipo. Existem, entretanto, fortes evidências de que ele não concebia as suas sucessivas versões do aparelho psíquico como verdades explicativas e sim como constructos ou convenções heurísticas. A teoria freudiana tem, de fato, o status de uma metáfora, construída de acordo com princípio de determinismo universal, que serve para conectar e ordenar de maneira frutífera os dados clínicos. (LOPARIC, 2005, p. 244)

Logo, uma interpretação realista da metapsicologia é constantemente questionada por alguns teóricos. Para Loparic, por exemplo, a teoria psicanalítica apresenta vários problemas estruturais. Para ele os pontos de vista tópico, dinâmico e econômico, que

fundamentam a metapsicologia, foram elaborados por Freud com a finalidade de produzir convenções heurísticas. “Esses pontos de vista não são teses, nem servem para gerar teses. Têm como finalidade facilitar a pesquisa do material clínico e a sua esquematização”. (LOPARIC, 2005, p. 245). Em razão disso, ele questiona a unidade do método psicanalítico; vejamos o seguinte trecho:

Como é possível dizer que a rememoração dos fatos do passado, baseada em associação livre e em interpretação na transferência esteja seguindo regras racionais? Por outro lado, como é possível garantir que a pesquisa psicanalítica, feita no estilo hipotético-dedutivo, se mostre relevante para a narração e compreensão das histórias individuais e, além disso, tenha um sentido clínico? (LOPARIC, 2005, p. 248)

O desejo de que a psicanálise seja reconhecida cientificamente faz com que os antirrealistas eliminem todo o qualquer caráter especulativo que sua estrutura teórica comporta, ou seja, seu arcabouço metapsicológico. Porém, tal atitude nos parece, a princípio, precipitada, pois, para tanto, seria necessário voltar-se à crítica da metapsicologia freudiana sem negar sua evidente importância para o campo científico específico da psicanálise, livrando-se, assim, de um pressuposto preconceito empírico:

Essa abordagem [antirrealista] tem a nítida virtude de não fechar os olhos, como tantas outras, ao escancarado naturalismo freudiano, ainda que o avalie negativamente. O ficcionismo da metapsicologia surge, aqui, sob uma nova luz: assumindo-se, como Fulgêncio parece fazer que o ser humano, a subjetividade e a mente não são, nem podem ser considerados objetos naturais, qualquer discurso que assim os apresente só pode ser minimamente levado a sério dentro de uma perspectiva do “como se”. Ao tentar fundar uma ciência do sujeito pautado pelos cânones do naturalismo científico, Freud ter-se-ia condenado, naquilo em que a psicanálise permanece devedora dessa epistemologia (ou seja, a metapsicologia), a restringir-se à construção de modelos teóricos sempre inadequados (a não ser instrumentalmente, como foi definido acima) e, por isso, sempre indefinidamente substituíveis por outros; numa palavra, sempre irremediavelmente provisórios. (SIMANKE, 2008, p.9)

Um trabalho voltado para a elucidação epistemológica acerca da psicanálise freudiana requer uma análise cuidadosa e crítica do revisionismo biopsicossociológico, que se incumbiu de uma exploração ideológica por parte de algumas disciplinas científicas, as quais se voltaram ao revisionismo da psicanálise, questionando seus fundamentos teóricos e sua prática. Portanto, nesse sentido, para se fazer uma leitura epistemológica de Freud, de acordo com Althusser, é necessário:

1º Não só recusar como sendo uma mistificação grosseira a camada ideológica da sua exploração reacionária;

2º Mas também evitar cair nos equívocos, mais sutis, e mantidos pelo prestígio de algumas disciplinas mais ou menos científicas, do revisionismo psicanalítico.

3º E finalmente dedicarmo-nos a um trabalho sério de crítica histórico-teórica para identificar e definir, dentro dos conceitos que Freud teve de empregar, a verdadeira noção epistemológica que existe entre estes conceitos e o conteúdo que eles pensaram. (ALTHUSSER, 1964, p. 230-231)

A especificidade da epistemologia freudiana se justifica pelo rol de conceitos como pulsão, desejo, a ideia de transferência na prática analítica e até mesmo a interpretação como um modo de explicação. Tal fato contribui para que o estatuto epistemológico desses conceitos, assim como a natureza da explicação psicanalítica, sejam postos em xeque.

A psicanálise não é, como as filosofias, um sistema que parta de alguns conceitos básicos nitidamente definidos, procurando apreender todo o universo com o auxílio deles, e, uma vez completo, não possui mais lugar para novas descobertas ou uma melhor compreensão. Pelo contrário, ela se atém aos fatos de seu campo de estudo, procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias. Não há incongruências (não mais que no caso da física ou da química) se a seus conceitos mais gerais falta clareza e seus postulados são provisórios; ela deixa a definição mais precisa deles aos resultados do trabalho futuro. (FREUD, 1996/1922, p. 270)

Assoun questiona qual é o estatuto preciso da psicanálise enquanto ciência da natureza, se ele não se encontra no caráter natural do objeto, ou seja, na esfera psíquica, mas no modo de tratamento epistêmico do objeto, portanto:

Reconhecer a expressão [epistemologia], já não seria prejulgar aquilo que está em questão, a saber, a possibilidade de submeter o saber analítico a uma investigação capaz de detectar suas condições de possibilidade, seus princípios, seus métodos e suas fontes? Não seria produzir de imediato, uma intelectualização do projeto freudiano que talvez deva situar-se em outro lugar que não o do saber – aquele pelo qual algo resiste, talvez com razão, a vincular o nome de Freud a uma démarche que, por natureza, centra-se no saber – a ponto de até mesmo dessubstantivar o nome próprio de Freud a fim de fazê-lo qualificar um tipo de posição epistêmica? (ASSOUN, 1983, p. 09)

Logo, a compreensão que se tem da psicanálise, tanto por meio do discurso científico, quanto pelo discurso filosófico é de uma metalinguagem. No entanto, o que vemos na transmissão do conhecimento psicanalítico, é um discurso pautado de forma epistêmica, situado no âmbito das ciências da natureza: eis o paradoxo da epistemologia em questão.

2.3 Críticas à não cientificidade psicanalítica

O antagonismo entre a Psicanálise e o Conhecimento Científico percorre longa data, devido a argumentos e indagações que surgem por parte de alguns teóricos em relação à cientificidade psicanalítica, tais como: ausência de um método experimental; dificuldade de tratamento estatístico dos dados observados; subjetividade dos conceitos psicanalíticos; diversidade de teorias que explicam o mesmo fenômeno; a concepção filosófica sustentada pela psicanálise, em que a realidade mental é algo que difere da matéria, não é considerada científica; além de a observação clínica ser uma construção do próprio observador, no caso, o analista, o que de certa forma coloca em dúvida a objetividade dos fatos observados.

Na tentativa de compreender tal antagonismo, levantaremos nesta sessão, apenas algumas entre as inúmeras questões que, eventualmente, podem surgir em relação a esse tema. Dentro dessa perspectiva, faremos alguns comentários em torno de fatores que, em princípio, possam ter influência sobre a posição da Psicanálise enquanto ciência, como por exemplo, os critérios lógicos e empíricos que uma teoria precisa satisfazer para ser ou não considerada científica. É importante enfatizar que os critérios lógicos se encontram sob o domínio da filosofia, enquanto que os empíricos, sob o das ciências empíricas, as quais são responsáveis por reunir, avaliar e interpretar as provas de forma rigorosa.

Nosso ponto de partida é uma análise do texto de Wesley C. Salmon (1976), Teoria psicanalítica e provas⁴, no qual o autor discute questões referentes à possibilidade de confirmação das teorias e hipóteses psicanalíticas.

Wesley Salmon (1976), em seu texto Teoria psicanalítica e provas⁵, discute e formula os princípios filosóficos gerais que se aplicam às ciências empíricas, na tentativa de aplicá-los à teoria psicanalítica. A problemática investigada pelo autor diz respeito às relações lógicas entre as provas observáveis e as hipóteses ou teorias⁶.

⁴ Este texto de Wesley C. Salmon, foi publicado, primeiramente, em *Psychoanalysis, Scientific Method and Philosophy*. Ed. Sidney Hook: N.Y. Univ. Press, New York, 1959.

⁵ Este texto de Wesley C. Salmon, foi publicado, primeiramente, em *Psychoanalysis, Scientific Method and Philosophy*. Ed. Sidney Hook: N.Y. Univ. Press, New York, 1959.

⁶ De acordo com Salmon (1976, p.63), o termo “Hipóteses” é usado referindo-se a afirmações sobre casos individuais; presumivelmente tais afirmações resultem da aplicação da teoria a esses casos. As hipóteses não são diretamente verificáveis pela observação; elas são confirmáveis indiretamente tomando por base as provas observáveis. “Teoria” designa as generalizações que supostamente são válidas para todos os casos e que constituem a substância da disciplina científica. “Lógico” é usado num sentido suficientemente amplo para conter tanto as considerações indutivas e dedutivas quanto as semânticas.

Como se sabe, há critérios lógicos e empíricos que uma teoria precisa satisfazer para ser ou não considerada científica. Segundo Salmon, a incapacidade de satisfazer esses critérios lógicos seria uma objeção insuperável contra qualquer teoria científica.

Salmon (1976) diz que o problema da indução é um problema da filosofia da ciência, mas não é um problema em qualquer uma das ciências empíricas. Por isso, nenhuma ciência empírica precisa incluir um princípio *a priori* especial para assegurar a justificação do método indutivo.

O problema da indução não é uma constituinte da teoria psicanalítica, como o é, para as ciências empíricas em geral, pois, de acordo com Salmon (1976, p. 63), “ela usa métodos indutivos sem envolver-se no problema da justificação destes métodos”.

Salmon (1976) procura mostrar que as interpretações filosóficas do determinismo, sob o qual a teoria psicanalítica esteve apoiada até então, são inadequadas a essa teoria. Assim, sugere uma reformulação do princípio psicanalítico, que irá fundamentar-se no problema das provas da teoria psicanalítica.

Na teoria psicanalítica o princípio do determinismo é a posteriori. Na obra freudiana ele é sustentado por várias provas empíricas obtidas, por exemplo, da investigação de lapsos ao falar ou escrever, dos sonhos, e dos sintomas neuróticos, estas provas podem ou não ser consideradas conclusivas, no entanto esta é a espécie de provas em que o princípio se baseia. (SALMON, 1976, p. 64)

De acordo com Salmon (1976, p.63 e 64), o princípio do determinismo filosófico não é apropriado à teoria psicanalítica. Ele apresenta duas razões para justificar seu argumento:

Primeira, não precisamos considerar postulado básico de uma ciência empírica que cada acontecimento no âmbito do assunto de interesse desta ciência seja sujeito a determinação e explicação causal”. Segunda, a teoria psicanalítica não se satisfaz meramente com a afirmação de que certos acontecimentos, tais como lapsos ao falar, têm alguma causa qualquer. Para a psicanálise é importante que estas causas sejam psíquicas. Se tais acontecimentos fossem completamente determinados por causas fisiológicas, isto não bastaria à teoria psicanalítica.

Uma outra objeção em relação ao princípio do determinismo filosófico enfatizada pelo autor é que esse princípio relaciona-se com frequência a questões éticas conflitantes. Tais questões não têm relevância para a teoria psicanalítica, pois, segundo ele, “não é possível aceitar ou rejeitar um princípio fundamental de uma teoria empírica, a partir de conseqüências éticas desejáveis ou indesejáveis” (SALMON, 1976, p. 64).

O trecho abaixo retrata bem essas questões:

Difícilmente haveria motivos de queixa se as teorias psicanalíticas pudessem ser apresentadas como afirmações bem confirmadas de relações de probabilidade as quais nos capacitariam explicar qualquer acontecimento como sendo consequência de certos antecedentes com um alto grau de probabilidade. Em tal caso, teríamos todo o direito de negar que acontecimentos como lapsos, sonhos e sintomas neuróticos são fortuitos e sem significado, e é isto que o princípio psicanalítico do determinismo está interessado em negar. (SALMON, 1976, p. 65).

Ao adotar esse argumento, Salmon diz que “em muitos casos, quando aplicamos o princípio do determinismo psíquico apenas os determinantes são psíquicos, enquanto que o acontecimento que é determinado de modo probabilista é um acontecimento do comportamento⁷”. Assim, o autor caracteriza o princípio psicanalítico como “um postulado empírico sujeito à confirmação ou rejeição através de provas empíricas”. Ele assegura a existência de relações definidas entre os acontecimentos, mas a relação pode ser a do determinismo ou a das probabilidades; é ela que especifica que as causas envolvidas são de uma espécie bastante específica.

Podemos observar no trecho abaixo, que Salmon propõe uma formulação do princípio do determinismo psíquico, que difere completamente da doutrina filosófica do determinismo:

Todo item do comportamento humano constitui prova indutiva indireta referente aos mecanismos inferidos pelos quais o organismo exerce mediação entre estímulo e resposta. Particularmente, o comportamento que não pode ser explicado apenas com base em mecanismos constitucionais constitui uma prova indutiva indireta para a existência de mecanismos psíquicos conscientes ou inconscientes, para os quais outras provas indutivas indiretas também são disponíveis teoricamente. Em suma, nenhum item do comportamento é indutivamente irrelevante como prova referente aos mecanismos pelos quais o organismo age na mediação entre o estímulo e a resposta (SALMON, 1976, p. 68).

O autor apresenta essa postulação como uma afirmação passível de verificações empíricas, na qual ocorrem certas relações probabilísticas objetivas que são bastante significativas para a teoria psicanalítica.

No entanto, é importante enfatizar que as críticas em relação a essa postulação são direcionadas, especialmente, a seus termos de relevância empírica, já que nesse caso, a relação entre os acontecimentos observáveis e os não observáveis se estabelece de forma que “qualquer prova sustenta qualquer hipótese sobre os não observáveis” (SALMON, 1976, p. 69).

⁷ De acordo com Salmon (1976, p. 66), um comportamento como o tique nervoso, por exemplo, não é considerado voluntário. No entanto, é possível que ele tenha determinantes psíquicos.

No trecho abaixo, Salmon exemplifica bem essa visão:

Um sujeito X é observado por um psicanalista. Baseado na sua observação de X e baseado na teoria psicanalítica, o psicanalista faz a hipótese de que X tem um certo sentimento inconsciente. Por exemplo, de seu conhecimento da infância de X ele pode fazer a hipótese de que X tem um conflito edipiano não resolvido. Baseado nesta hipótese ele pode derivar a conclusão de que X tem uma hostilidade inconsciente contra o pai. Esta última afirmação é outra hipótese, porque a hostilidade inconsciente não pode ser observada diretamente. Quando se tenta confirmar esta hipótese podem surgir dificuldades. Suponhamos que X observa o pai com muita afeição e solicitude. Em vez de eliminar a hipótese de que X tem hostilidade inconsciente contra o pai, o psicanalista pode dizer que X também tem medo inconsciente da hostilidade e demonstra um comportamento do extremo oposto, defendendo-se assim, contra seus próprios sentimentos de hostilidade. (SALMON, 1976, p. 69)

Nesse caso, segundo Salmon, é possível que os críticos digam que “o psicanalista está tornando sua hipótese sobre os não observáveis imune a qualquer prova negativa obtida pela observação; por isso a hipótese é vazia. Se um comportamento de afeição não é prova contra a hostilidade, diria o crítico, então nada poderá ser”. Mas o autor apresenta a seguinte objeção à possível crítica:

Se fosse verdade que a hipótese é compatível com qualquer prova concebível então ela seria empiricamente vazia e, portanto, inútil do ponto de vista da ciência empírica. Para não ser tautológica uma hipótese precisa ter a possibilidade de ser infundada por princípio. Se é impossível descrever consistentemente condições observáveis que, se ocorressem, tornariam uma hipótese psicanalítica falsa ou improvável, então não poderíamos dizer que esta hipótese é empírica (SALMON, 1976, p. 69).

A teoria psicanalítica é apresentada por Salmon (1976) como a teoria dos mecanismos não observáveis, os quais agem como mediadores entre estímulos e respostas no organismo humano.

A concepção de Salmon sobre o determinismo psíquico sugere uma nova forma de pensar a psicanálise. Para isso, ele busca subsídios na lógica, tentando provar que a teoria psicanalítica pode ter um reconhecimento empírico.

Assim, ele procura mostrar uma série de provas de extrema relevância para a inferência de tais mecanismos, na tentativa de provar que é possível apresentar tipos de provas negativas e positivas referentes à teoria psicanalítica. Por meio delas, sugere que uma análise integral dessa teoria, sob o contexto de provas, poderá colaborar para que ela seja considerada empiricamente significativa.

Entretanto, há teóricos que questionam o caráter científico da psicanálise sob a ótica da Filosofia da Ciência, e acreditam que ela acabará sendo extinta em função de sua própria não cientificidade. Por tal razão, afirmam que a psicanálise não é digna de reconhecimento por parte da comunidade científica.

No livro *Conjecturas y refutaciones*, Popper (1967), por exemplo, aborda questões referentes à filosofia da ciência, como por exemplo: “Quando deve ser considerada científica uma teoria?”, e “Há um critério para determinar o caráter científico de uma teoria?”. Sua intenção era fazer uma distinção entre a ciência e a pseudociência, partindo do pressuposto de que a ciência algumas vezes é passível de erros, e que, em outras, a pseudociência apresenta verdade.

A resposta comum - de que a ciência se distingue da pseudociência pelo método empírico e indutivo, que pressupõe observação e experimentação - apresentada para esse problema, não era suficiente para calar sua pergunta.

Entre as teorias que mais despertavam o interesse de Popper nessa época, estavam a teoria da história de Marx, a psicanálise de Freud e a psicologia do indivíduo de Adler. No entanto, para o nosso propósito, nos centraremos apenas nas duas últimas.

Popper (1967) se dizia indignado em relação a essas teorias e, portanto, passou a duvidar da cientificidade de cada uma delas, passando a se perguntar o que teria de errado com tais teorias. E por que diferiam tanto da teoria newtoniana e da teoria da relatividade.

Segundo Popper, os analistas freudianos alegavam que suas teorias eram constantemente verificadas por meio de suas “observações clínicas”. Quanto à psicologia do indivíduo de Adler, o próprio Popper relata uma experiência pessoal acerca dessa teoria, a qual parece ter sido a principal causa de sua decepção e também de sua contrariedade em relação a essa prática clínica e, conseqüentemente, à psicanálise. No trecho seguinte, Popper relata um dos episódios responsáveis por essa contrariedade:

Uma vez, em 1919 o informei sobre um caso que não me parecia particularmente adleriano, mas ele não apresentou dificuldade alguma em analisá-lo em termos de sua teoria dos sentimentos de inferioridade. No entanto, nem sequer havia visto o menino. Experimentei uma sensação um pouco chocante e lhe perguntei como podia estar tão seguro. “Por minha experiência de mil casos”, respondeu; quanto a isso, não pude evitar contestá-lo: “E com este novo caso, suponho, sua experiência se baseia em mil e um casos.”⁸ (POPPER, 1967, p. 45)

⁸ Todas as citações de Popper contidas no presente trabalho são traduções nossas feitas a partir da edição em espanhol, de 1965, da obra *Conjecturas y Refutaciones*.

A partir dessa experiência, Popper conclui que, provavelmente, as observações anteriores feitas por Adler teriam sido feitas pelo mesmo método que esta, ou seja, “haviam sido interpretadas à luz de experiências prévias”. Assim, ele pergunta: “O que é que eles [Adler e Freud] confirmam?” e, então, supõe que qualquer caso clínico pode ser interpretado tanto pela teoria de Adler, como pela teoria de Freud, e dessa maneira fundamenta sua refutação a ambas as teorias:

Não posso imaginar nenhuma conduta humana que não possa ser interpretada em função de qualquer uma das duas teorias. Era precisamente por este motivo – que sempre se adequavam aos fatos, que sempre eram confirmadas – que aos olhos de seus admiradores constituía o argumento mais forte em favor dessas teorias. Comecei a suspeitar que essa força aparente era, na realidade, sua debilidade (POPPER, 1967, p. 46).

A crítica de Popper à psicanálise, quanto a ela não ser passível de verificação ou de falsificação, foi um fator desencadeante de críticas posteriores, feitas pelos positivistas, à metodologia psicanalítica. Entretanto, nos parece que Popper acaba por cometer um erro oposto ao de Adler ao elaborar sua conclusão de que qualquer caso poderia ser analisado daquela forma, uma vez que o faz com base em apenas uma experiência.

Mais tarde, Popper (1967) afirma que para uma teoria ser considerada científica, precisa atender aos critérios de refutabilidade ou de testabilidade. Assim, de acordo com esse filósofo, a teoria psicanalítica, devido a sua irrefutabilidade - já que não há conduta humana concebível que pudesse refutá-la -, não pode receber um *status* científico.

Logo, para ele, a psicanálise é uma teoria irrefutável, devido ao fato de oferecer condições para a previsão. E, portanto, faz a seguinte afirmação: “(...) recuso-me a aceitar a concepção de que, em ciência, existam enunciados que devamos resignadamente aceitar como verdadeiros, simplesmente pela circunstância de não parecer possível, devido a razões lógicas, submetê-los a teste” (POPPER, 1975, p.50).

Para Popper, o método indutivo não é capaz de fornecer soluções satisfatórias para o problema da demarcação em ciência, ou seja, elaborar critérios que permitam estabelecer classificações segundo as quais se tem a distinção entre ciências empíricas, de um lado, e a Matemática, a Lógica e os “sistemas metafísicos”, de outro. Portanto, para analisar o caráter epistemológico das teorias que se pretendem científicas, Popper se apoia no falsificacionismo. Para ele, o problema da demarcação deve ser abordado de acordo com o critério falsificacionista, o qual se fundamenta na inserção dos enunciados básicos de uma dada teoria em duas classes distintas, a saber: a dos falseadores potenciais, isto é, daqueles

que rejeitam a validade da mesma, e a dos corroboradores ou comprovadores do seu sistema conceitual.

Assim, para que uma teoria seja considerada ciência, ela deve resistir aos seus próprios enunciados básicos falseadores. Entretanto, por outro lado, para que uma teoria seja falseada é necessário que o conjunto de tais enunciados, não apenas coexistam com os enunciados corroboradores, mas que também sejam suscetíveis de reprodução, a fim de dismantelar a teoria. No entanto, essa contradição é justamente o fator que fundamenta os processos de demarcação popperiana das ciências.

Logo, pode-se dizer que a psicanálise não possui condições de satisfazer as exigências do método popperiano, uma vez que seus enunciados teóricos não são passíveis de refutação, tendo em vista que a mesma pode dar qualquer resposta a problemas que se apresentam, sem que seja possível refutar sua coadunação com os fatos. Portanto, qualquer resolução proposta por esse tipo de teoria sempre valerá como uma pseudoexplicação.

Nesse contexto, é preciso enfatizar que as regras metodológicas da atividade científica são axiomas que compõem uma determinada teoria epistemológica e uma metodologia, ou seja, são um conjunto interligado de enunciados que prescrevem quais são as leis teórico-práticas que devem reger as diversas etapas da aplicação prática do método científico. Em outras palavras, essa estrutura axiomática determina quais são as ações investigativas necessárias à atividade científica, tendo em vista a finalidade de aquisição de um conhecimento o mais exato e verdadeiro possível, o mais “próximo” possível de uma suposta verdade acerca de um determinado domínio de objetos empírico ou formal.

Popper, em seu livro “A lógica da pesquisa científica (1972, p. 56)”, diz que: “As regras metodológicas do método científico devem ser elaboradas de tal maneira que não protejam qualquer enunciado da ciência de falsificação”. Nesse caso, entendemos que o critério popperiano de demarcação – a falsificabilidade – tem dois aspectos igualmente importantes: o lógico e o metodológico. Para que uma teoria seja submetida a teste, não basta, portanto, que dela sejam deduzidos enunciados básicos. São necessárias regras que estipulem quais enunciados universais podem ser submetidos a testes (quais representariam uma teoria empírica, falsificável, portanto); ou quais enunciados singulares podem figurar como enunciados básicos.

Da mesma forma como sugere que o método de prova seja o dedutivo, Popper proporrá a adoção de regras metodológicas que viabilizem o procedimento de teste de uma teoria. Tais regras devem resultar de uma convenção, de um acordo entre os cientistas e todas elas têm de ser elaboradas de modo a não camuflar uma eventual falsificação da teoria. A

regra mais importante é a que estipula que todas as demais regras do método científico sejam adotadas de modo a não proteger as teorias da falsificação. A metodologia proposta por Popper é normativa. A “decisão” popperiana para o estabelecimento dessas regras liga-se ao critério popperiano de demarcação. Propõem-se regras tais que se assegurem a testabilidade dos enunciados científicos, além de sua falsificabilidade.

As regras metodológicas são, portanto, necessárias para estipular como os cientistas devem agir no teste de uma teoria. A elaboração de tais regras, de acordo com Popper, não deve proteger os enunciados da ciência de falsificação, ou seja, uma ciência, enquanto teoria que pretende ser válida deve ter sua classe de falseadores potenciais, ou, deve ser suscetível de provas, as quais devem ser buscadas na verificação de se de fato a corroboração das teorias científicas depende do critério falsificacionista. A referida proteção poderia impossibilitar a existência de enunciados falseadores da ciência de falsificação, o que implicaria que essa ciência não poderia ser corroborada ou validada. Todo enunciado desta ciência deve possuir seu(s) falseador(es). Aliás, se houvesse essa proteção, as próprias regras metodológicas correriam o risco de serem uma teoria tautológica, ou de não possuírem validade objetiva em função de não possuírem nenhuma classe de falseadores potenciais. Em todo caso, pode-se dizer que as regras metodológicas não se reduzem à ciência de falsificação, e vice-versa.

Nesta esteira crítica, da teoria psicanalítica, não podemos deixar de falar em Adolf Grünbaum (1984), que em seu livro *“The foundations of psychoanalysis”* desenvolve uma abordagem crítica muito consistente sobre a epistemologia da psicanálise freudiana. Ele faz um exame perspicaz e detalhado acerca da cientificidade desta última. Para tanto, se fundamenta, a princípio, na análise popperiana a respeito da teoria psicanalítica, a qual diz que os enunciados da psicanálise não são passíveis de falsificação e, por isso, refuta qualquer possibilidade de reconhecimento científico a essa teoria.

Porém, Grünbaum ataca e invalida os argumentos utilizados por Popper em sua refutação à teoria psicanalítica. Para Grünbaum, a psicanálise pode ser falsificada por meio de suas hipóteses clínicas, já que não atendem aos critérios de verificação e de previsão do empirismo. Para ele os próprios testes que se fundamentam na experiência clínica contribuem para a refutação teoria psicanalítica.

Grünbaum (1984) diz que Freud cometeu um erro ao classificar a teoria psicanalítica enquanto uma ciência natural, seguindo os critérios atribuídos à física, por exemplo. Ele diz que a metodologia da psicanálise se fundamenta em questões provenientes da prática clínica. Assim, a interpretação dos fatos psicanalíticos se dá por intermédio de uma

análise acerca da narrativa histórica do paciente, a qual envolve alguns fatores fundamentais, como as condições em que os eventos ocorreram, o tempo, e relação desses eventos com outros eventos do passado. Portanto, Grünbaum afirma que a metodologia empregada pela psicanálise é, de fato, a mesma utilizada pelas ciências humanas.

O texto de Freud “Construções em análise” (1937) tornou-se uma rica fonte de matéria-prima para Grünbaum (1984) fundamentar uma boa parte de suas críticas em relação às explicações psicanalíticas, especialmente no que diz respeito à teoria da repressão. Nesse texto, Freud diz que o trabalho de construção antecede o trabalho de interpretação, ou seja, num primeiro momento, o analista constrói o caminho que poderá levar o paciente a recuperar o material reprimido e, num segundo momento, tal construção tende a contribuir com o retorno do conteúdo reprimido e a conseqüente reapresentação desse conteúdo na consciência:

O analista completa um fragmento da construção e comunica ao sujeito da análise de maneira que possa agir sobre ele; constrói então um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue de modo alternado, até o fim (FREUD, 1996/1937, p. 279).

Nesse sentido, Freud também diz que:

(...) só o curso ulterior da análise nos capacita a decidir se nossas construções são corretas ou inúteis. Não pretendemos que uma construção individual seja algo mais do que uma conjectura que aguarda exame, confirmação ou rejeição. Não reivindicamos autoridade para ela, não exigimos uma concordância direta do paciente, não discutimos com ele, caso a princípio a negue (FREUD 1996/1937, p. 283).

Grünbaum questiona o método da “associação livre”, já que esse método é impregnado de sugestões provenientes das interpretações do analista, ou seja, sempre haverá uma relação de fatores antecedentes para justificar uma causa.

A crítica de Grünbaum à concepção hermenêutica da psicanálise, especialmente às formulações de Paul Ricoeur, direcionam-se ao fato de esse autor ter limitado a epistemologia psicanalítica a uma análise da linguagem falada, ou seja, do diálogo entre analista e analisando.

Segundo Grünbaum, a linguagem não pode ser entendida como o objeto de estudo da psicanálise, já que, no decorrer de um processo analítico, também são observados e considerados diversos fatores que não são verbais:

Ricoeur insiste que a psicanálise não satisfaz os *standards* da ciência de observação e os fatos com os quais ela trabalha não são verificáveis por múltiplos observadores

independentes (...) não há fatos nem qualquer observação de “fatos” em psicanálise, mas a interpretação de uma narrativa histórica. (GRUNBAUM, 1984, p. 44-55)

A análise que Grünbaum faz acerca da teoria psicanalítica também acaba atingindo as teorias que emergiram do neorrevisão freudiano, ou seja, as teorias pós-freudianas. Ainda que tais teorias não sejam o foco da análise desse autor, vejamos como ele se posiciona em relação a elas:

(...) as teorias neo-revisionistas pós-freudianas são, na realidade, psicanalíticas, elas envolvem alguma versão etiológica da teoria da repressão. Mais ainda, elas se baseiam epistemicamente na livre associação para investigar os fatores patogênicos propostos na clínica e outros fatores inconscientes do comportamento, e a suspensão das repressões como um meio realizar a terapia (...) minha crítica epistêmica das hipóteses originais de Freud aplica-se com a mesma força às bases etiológicas, desenvolvimentistas e terapêuticas destes sucessores (GRÜNBAUM, 1984, p. 246-247).

No viés de contestação em relação à não cientificidade da psicanálise, encontramos também, a famosa crítica de Politzer (1976), a qual se pauta, enfaticamente, sobre a necessidade de eliminar a metapsicologia do contexto psicanalítico e, portanto, substituí-la por um outro sistema de doutrinas que sustente, de fato, o modelo de investigação científica utilizado pela psicanálise.

É importante enfatizar que tal crítica ganhou vários adeptos, os quais deram continuidade a esse tipo de interpretação a respeito da psicanálise, isto é, aderiram a um discurso de conformação pejorativa sobre a metapsicologia. Tal discurso fundamentou-se na inadequação desta última aos métodos já estabelecidos de investigação científica:

A “Crítica aos fundamentos da psicologia”, será, portanto, obra de catarse ou de purificação, limpeza de terreno indispensável ao livre desenvolvimento da verdade psicanalítica, que encontra na teoria ou na metapsicologia seu principal obstáculo. (PRADO JR., 2005, p. 43)⁹

Esse movimento de recusa da metapsicologia contribuiu, ainda, para a cisão da epistemologia freudiana em duas vertentes: de um lado, a metapsicologia e, de outro, os princípios clínicos, sob os quais a corrente neopositivista, de teóricos e psicanalistas, se apoiou a fim de obter recursos epistêmicos que fundamentem as explicações psicanalíticas. Vejamos o que se segue:

⁹ Esse texto, de Bento Prado Jr. foi, originalmente, publicado no livro *Filosofia da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1990, v1, p. 9 - 28.

Uma teoria da qual podemos retirar o caráter mentalístico, sem prejudicar sua capacidade de explicação, não é essencialmente, mentalística. Seria possível, por exemplo, construir uma versão mentalística da mecânica newtoniana, descrevendo a tração entre os corpos e a teimosia com que eles se movem em linha reta se não sofrerem a ação de qualquer força exterior (com todos esses estados psíquicos sendo inconscientes, é claro). Mas o conteúdo explanatório de uma tal teoria poderia ser dado em termos mais claros, mais formais, quantitativos e não mentalísticos. (NAGEL, 1976, p. 36)

Politzer (1976) distinguiu a psicologia em abstrata – sobre a qual se concentra a maior parte de suas críticas - já que as abstrações desviavam a psicologia do seu verdadeiro objeto de estudo, a saber, o indivíduo concreto e seus atos - e concreta, ou seja, a que poderia se tornar, de fato, científica. Para ele, a psicologia, ainda em fase de estruturação naquela época, deveria definir seu objeto e seu método para, enfim, fundamentar uma epistemologia que a justificasse enquanto um paradigma científico.

Quanto à teoria psicanalítica, ainda que, por um lado, inspirasse algum crédito no sentido de contribuir para o desenvolvimento da psicologia concreta – focada no indivíduo – por outro, comportava a metapsicologia, ou seja, uma ferramenta epistêmica que Freud utilizou para preencher as lacunas teóricas derivadas da experiência clínica, como a ideia de aparelho psíquico, pulsão, quantum de afeto, entre outras.

Segundo Politzer (1976), a possibilidade de reconhecimento da psicanálise poderia ser obtida por meio da prática clínica, mas não da teoria, à qual ele não atribui nenhuma credibilidade. É a partir da clínica que Politzer concede algum crédito à psicanálise, já que os princípios clínicos são fundamentados na experiência vivida pelo indivíduo e também na narrativa dessa experiência enquanto objeto de análise.

Assim, a interpretação que se tem dessa vivência do indivíduo poderia ser a “pedra de toque” da epistemologia em questão, caso Freud não tivesse caído no erro de querer fundamentá-la em uma perspectiva cientificista, criando, para tanto, explicações abstratas pautadas numa abordagem realista do funcionamento mental. Tal abordagem comporta a ideia de um aparelho psíquico regido por forças inconscientes (materialismo freudiano). Portanto, o sujeito da psicologia concreta, isto é, o sujeito ativo, desapareceria, já que teria seus atos controlados de acordo com as referidas forças inconscientes.

A teoria psicanalítica terá de mudar muito antes de poder ser vista como parte da descrição física da realidade, e talvez ela, e outras teorias mentalísticas, nunca alcancem o tipo de objetividade necessário para essa finalidade; talvez, por fim, as explicações físicas dos fenômenos em exame não serão alcançadas pela exatidão e pelo aperfeiçoamento progressivos no seu entendimento mentalístico, surgindo em

uma forma cuja relação com as teorias mentalísticas não pode ser distinguida por nós. Como em 1896, ainda é cedo demais para saber isto agora (NAGEL, 1976, p. 37).

Por fim, é a esse pretense realismo, sob o qual Freud tentou fundamentar tanto a epistemologia quanto a ontologia da psicanálise, que Politzer, assim como outros teóricos, direcionam suas principais críticas.

CAPÍTULO III
CLÍNICA E METAPSIKOLOGIA EM FREUD

3. CLÍNICA E METAPSICOLOGIA EM FREUD

Nesta parte do trabalho, serão apresentados e discutidos o capítulo VII do livro “*A interpretação dos sonhos*”, de Freud (1900), e o “*Caso Dora*”, que foi relatado por ele em seu texto “*Fragmentos da Análise de um Caso de Histeria*” (1905). Esses textos foram escolhidos por representarem as primeiras especulações de Freud acerca dos conceitos metapsicológicos relevantes ao tema desta pesquisa.

3.1 A interpretação dos sonhos e a representação metapsicológica

A obra freudiana, “*A Interpretação dos Sonhos (1900)*” representa, em vários aspectos, a principal fonte de subsídios para o entendimento das descobertas de Freud acerca do funcionamento mental. Para muitos autores, o capítulo VII: “*A Psicologia dos Processos Oníricos*” significa o marco definitivo do rompimento de Freud com o viés neurológico encontrado no ‘Projeto’ de 1895. Entretanto, essa ideia de ”rompimento” deve ser vista com cuidado, pois, como disse Paul Ricoeur (1977, p. 83): “O difícil capítulo VII de *A interpretação dos Sonhos* é, incontestavelmente, o herdeiro do ‘Projeto’ de 1895. Não tendo sido o ‘Projeto’ publicado pelo próprio Freud, podemos dizer que é em *A Interpretação dos Sonhos* que ele se salva”. Vejamos o Freud diz no seguinte trecho:

Desprezarei por completo o fato de que o aparelho anímico em que estamos aqui interessados é-nos também conhecido sob a forma de uma preparação anatômica, e evitarei cuidadosamente a tentação de determinar essa localização psíquica como se fosse anatômica. Permanecerei no campo psicológico, e proponho simplesmente seguir a sugestão de visualizarmos o instrumento que executa nossas funções anímicas como semelhantes a um microscópio composto, um aparelho fotográfico ou algo desse tipo. Com base nisso a localização psíquica corresponderá a um ponto no interior do aparelho em que se produz um dos estágios preliminares da imagem. (FREUD, 1900/2006, p. 67)

Nesse trecho, Freud expõe sua decisão de priorizar os processos mentais subjacentes aos processos oníricos, em detrimento das suas bases neuroanatômicas. Tal decisão teve profundo impacto sobre a investigação científica do psiquismo humano, embora não possa ser considerado o rompimento de Freud com a neurologia, como afirmam alguns autores. Quem nos lembra desse importante detalhe é Caropreso (2010, p. 40-141):

“De fato, a partir do capítulo 7 de *A interpretação dos sonhos*, Freud deixa de formular sua teoria metapsicológica em termos predominantemente neurológicos – o que não significa que os conceitos neurológicos do Projeto... tenham desaparecido completamente da teoria. (...) Ao contrário, ele parece nunca ter abandonado a hipótese de que sua teoria sobre o aparelho psíquico fosse uma teoria sobre processos cerebrais e parece também nunca ter perdido a esperança de que um dia seus conceitos metapsicológicos pudessem ser substituídos por conceitos neurofisiológicos; ou seja, de que sua metapsicologia viesse a se tornar de fato uma neuropsicológica”.

Diante disso, ela também faz a seguinte observação:

(...) em *A interpretação dos sonhos*, Freud abandona aquilo que, desde o texto de 1891, havia se tornado dispensável, a saber, a tentativa de estabelecer a localização anatômica do aparelho. Isso não significa, no entanto, que a existência de tal base esteja sendo negada, mas apenas que Freud não se compromete em especificá-la. (CAROPRESO, 2010, p. 141)

Nesse contexto, é válido também atentarmos para a seguinte observação de Ricoeur acerca das mudanças que ocorreram entre os referidos textos de Freud:

(...) duas mudanças pelo menos, intervieram. A primeira é demasiado importante para que tivesse escapado: o aparelho psíquico de *A Interpretação dos Sonhos* funciona sem referência anatômica, é um *aparelho psíquico*. Doravante, o sonho impõe uma temática que podemos chamar de herbatiana: há um “pensamento” do sonho. O que o sonho realiza, melhor ainda, aquilo que é satisfação (*Erfüllung*), é um desejo (ou antes, um “desejo”, *Wunsch*), isto é, uma “idéia”, um “pensamento”. É por isso que *A interpretação de Sonhos* fala de idéias investidas e não mais de neurônios investidos. Essa primeira mudança acarreta uma segunda, menos visível, mas talvez mais relevante para uma reflexão epistemológica sobre os “modelos”: o esquema do aparelho psíquico oscila entre uma *representação real*, como fazia a máquina do “Projeto”, e uma representação *figurada*, como serão os esquemas ulteriores da tópica. (RICOEUR, 1977, p. 83).

Segundo Ricoeur (1977), as mudanças que aconteceram na teoria freudiana do “Projeto” a “*A Interpretação dos Sonhos*” atingiram também duas vertentes dessa episteme, a saber, a explicação e a interpretação. Para ele, a relação entre tais vertentes não era explícita no ‘Projeto’, pois:

(...) a interpretação dos sintomas, tomada de empréstimo das neuroses de transferência, guiava a construção do sistema sem ser ela própria tematizada no interior do sistema. É por isso que a explicação parecia independente do trabalho concreto do analista e do trabalho do próprio doente sobre sua neurose. O mesmo não ocorre com *A Interpretação de Sonhos*: a explicação sistemática é transferida para o fim de um trabalho efetivo cujas regras mesmas são elaboradas; e ela é expressamente destinada a transcrever graficamente o que se passa no “trabalho do sonho” que em si mesmo só é acessível no e pelo trabalho de interpretação. (RICOEUR, 1977, p. 83)

Esse mesmo autor afirma que o sonho é porta de entrada para o fenômeno da regressão, o qual engloba aspectos cronológicos, tópicos e dinâmicos e abrange os conceitos de força e de sentido.

Na sessão B do capítulo VII de *A interpretação dos sonhos* (1900), Freud, ao falar sobre a regressão enquanto um processo constituinte dos sonhos, diz que: “se descrevermos como “progressiva” a direção tomada pelos processos psíquicos que brotam do inconsciente durante a vida de vigília, poderemos dizer que os sonhos têm um “caráter regressivo (p. 52)”. Tal caráter é sustentado pelos pensamentos oníricos, os quais representam a matéria-prima da regressão.

(...) o sonhar é, em seu conjunto um exemplo de regressão à condição mais primitiva do sonhador, uma revivescência de sua infância, das moções pulsionais que a dominaram e dos métodos de expressão de que ele dispunha nessa época. Por trás dessa infância do indivíduo é-nos prometida uma imagem da infância filogenética – uma imagem do desenvolvimento da raça humana, do qual o desenvolvimento do indivíduo é, de fato, uma recapitulação abreviada, influenciada pelas circunstâncias fortuitas da vida. (FREUD, 1900/2006, p. 578)

O conceito de regressão é uma constante na obra freudiana. No contexto de *A interpretação dos sonhos* (1900), esse conceito é usado para expressar de que forma os pensamentos oníricos são representados por meio de imagens sensoriais. Segundo Laplanche e Pontalis (1996, p. 441), a explicação desse fato requer uma concepção tópica do aparelho psíquico representado por uma sucessão de sistemas. Tais sistemas, no estado de vigília, são orientados pelas excitações de forma progressiva, isto é, da percepção para a motilidade; no entanto, no estado de sono, os pensamentos que não conseguem acesso à motilidade, sofrem uma regressão para o sistema de percepção. Para Freud (2006/1900, p. 573), “podemos falar em ‘regressão’ quando, num sonho, uma representação é transformada na imagem sensorial de que originalmente derivou”.

Freud (2006/1900, p. 578) apresenta três tipos de regressões¹⁰, isto é: “(a) Regressão tópica: no sentido do quadro esquemático do aparelho psíquico; (b) Regressão temporal: no sentido que trata de um retorno a estruturas psíquicas mais antigas; (c) Regressão formal: onde os métodos primitivos de expressão e representação tomam o lugar

¹⁰ Segundo Laplanche e Pontalis (1996, p. 442): “Essas distinções não correspondem só a uma preocupação de classificar. Existe com efeito em certas estruturas normais ou patológicas uma discrepância entre os diversos tipos de regressões; Freud nota, por exemplo, que ...’na histeria existe na verdade uma regressão da libido aos objetos incestuosos primários, e isto de modo absolutamente regular, enquanto que não existe regressão a uma fase anterior da organização sexual.’ ”

dos métodos habituais.” No entanto, ele diz que, de fato, os três tipos representam apenas uma e, geralmente, ocorrem simultaneamente.

O material psíquico dos pensamentos dos sonhos engloba, normalmente, lembranças de experiências provenientes da infância. De modo geral, o pensamento dos sonhos determinam o conteúdo do sonho. Segundo Freud (1900), tais experiências são percebidas como situações que envolvem um tema visual. E, portanto, sempre que isso acontece, tal parte dos pensamentos dos sonhos determinará a forma assumida pelo conteúdo do sonho, a qual constitui um núcleo de cristalização que atrai o conteúdo dos pensamentos dos sonhos para si própria e, conseqüentemente, afeta sua distribuição. Logo, a situação do sonho pode ser entendida como uma repetição modificada e complicada por interpolações, de uma experiência impressiva desse tipo. Vejamos o que diz Freud na seguinte passagem:

Os sonhos são atos psíquicos tão importantes quanto quaisquer outros; sua força propulsora é, na totalidade dos casos, um desejo que busca realizar-se; o fato de não serem reconhecíveis como desejos, bem como suas múltiplas peculiaridades e absurdos, devem-se à influência da censura psíquica a que foram submetidos durante o processo de sua formação; à parte a necessidade de fugir a essa censura, outros fatores que contribuíram para a sua formação foram a exigência de condensação de seu material psíquico, a consideração de sua representabilidade em imagens sensoriais e – embora não invariavelmente – a demanda de que a estrutura do sonho possua uma fachada racional e inteligível. (FREUD, 2006/1900, p. 564)

Nesse ponto é importante considerarmos também que, de acordo com Freud (2006/1900, p. 574), há regressões que acontecem em estados patológicos de vigília, as quais se dão em função de uma corrente sensorial que flui de maneira ininterrupta em direção progressiva. Ele explica, ainda, que as alucinações provenientes de casos de histeria e de paranóia e até mesmos as visões que ocorrem em sujeitos mentalmente normais são de fato regressões, ou seja, pensamentos que se transformam em imagens, porém, os pensamentos que passam por esse tipo de transformação são os que se conectam intimamente com lembranças que em algum momento foram reprimidas ou que se mantêm inconscientes.

Freud explicita, no começo do segundo capítulo de “A interpretação dos sonhos”, o objetivo que pretende alcançar nessa obra; qual seja, o de demonstrar que os sonhos são passíveis de ser interpretados com base nos desejos e pulsões envolvidos na produção do enredo onírico. Ele conceitua o que seja “interpretar” um sonho da seguinte maneira: (...) “interpretar” um sonho implica atribuir a ele um “sentido” – isto é, substituí-lo por algo que se ajuste à cadeia de nossos atos mentais como um elo dotado de validade e importância iguais ao restante” (FREUD, 1996 /1900, p. 131).

A hipótese formulada por Freud de que uma interpretação científica dos sonhos seria possível é confirmada quando ele resolve trilhar o caminho apontado por Breuer, o qual sugere que a solução para o entendimento de uma determinada estrutura neurótica coincide com sua decomposição. Na busca desse entendimento, Freud passa a utilizar no tratamento analítico a técnica da associação livre, por meio da qual ele pôde perceber que o relato dos sonhos do paciente emergia de forma espontânea no contexto discursivo de suas ideias patogênicas reprimidas. Logo, ele conclui que uma analogia entre sonho e sintoma se torna viável, no âmbito do processo analítico, já que ambos se revelam enquanto expressões deformadas de um conteúdo psíquico. Vejamos o seguinte trecho:

Meus pacientes assumiam o compromisso de me comunicar todas as idéias ou pensamentos que lhes ocorressem em relação a um assunto específico; entre outras coisas, narravam-me seus sonhos, e assim me ensinaram que o sonho pode ser inserido na cadeia psíquica a ser retrospectivamente rastreada na memória a partir de uma idéia patológica. (Freud, 1996 /1900, p. 135)

Em vista disso, pode-se dizer que as grandes contribuições teóricas acrescentadas por Freud à psicanálise na obra “A interpretação dos sonhos” foram: a) apresentar o inconsciente como um subsistema do aparelho psíquico; b) codificar e descrever metódica e minuciosamente o modo particular e característico de funcionamento do inconsciente (Monzani, 1989, p. 139). A partir desses dois pontos pôde-se, pela primeira vez, conhecer as principais propriedades do inconsciente, o objeto de excelência da teoria psicanalítica. Nesse sentido, é válido nos reportarmos também à seguinte postulação feita por Mezan (1982, p. 77):

O que a Interpretação dos Sonhos traz de novo é o estudo minucioso dos mecanismos de deformação, chamados de “trabalho do sonho”, e uma teoria abrangente do aparelho psíquico, capaz de dar conta da possibilidade deste trabalho. A importância desta investigação para a modelação da teoria das neuroses, num registro propriamente psicológico, e para a elucidação do problema da repressão, cuja atividade é fácil de perceber por trás da deformação onírica, não precisa ser ressaltada.

A importância de se analisar os sonhos enquanto um modelo de processo interpretativo dos mecanismos psicológicos envolvidos tanto na formação do enredo e conteúdos oníricos, como nos mecanismos de recalçamento destes, reside no fato de que o sonho se substancializa em relações simbólicas no contexto da vida diária das pessoas e serve de parâmetro de ação ou de sensações na vida durante o período de vigília. Segundo Freud, isso se dá porque a opinião leiga também admite que nos sonhos existem significados ocultos

e que, para desvendar esses significados, é preciso substituir o conteúdo do sonho por um outro conteúdo correspondente a este por meio do método *simbólico*. Como exemplo, Freud recorre à famosa passagem bíblica na qual, em um sonho intenso, sete vacas gordas são vistas sendo devoradas por outras sete vacas magras, significa que após sete anos de fartura virão sete anos de miséria. No entanto, Freud considera não científico o método simbólico e, em função disso, este possui aplicação restrita quando se pretende compreender o significado de um sonho, uma vez que este simplesmente se propõe a relacionar, de forma fixa e imutável, um significado aparente com outro. Tal relação é interpretada como verdadeira no sonho desconsiderando a complexidade que compõe um sonho, qual seja, o fato de um mesmo significado manifesto poder ter, em diferentes pessoas, diferentes sentidos latentes que se correspondem. Tais significados latentes são dependentes das especificidades dos contextos sociais, biológicos e psicológicos de cada indivíduo.

Um outro método também utilizado pela opinião leiga no trabalho de interpretação dos sonhos é o da *decifração*. Tal método consiste em traduzir um signo por outro com base em um “código fixo” no qual cada elemento componente de um sonho corresponde a um significado específico e imutável. Como o próprio Freud exemplifica, “sonhar com *carta* significa *transtorno*”; “sonhar com *funeral* significa *noivado*”. Nesse caso, ele diz que o que irá fundamentar esse método é a confiança depositada no “código”. Diante disso, conclui Freud (1996/1900, p.134) que ambos os métodos acima citados não devem ser aplicados quando se pretende fazer uma análise científica a respeito do assunto em questão, pois, para interpretar um sonho de maneira válida e rigorosa, é preciso que haja um trabalho de análise de modo a inseri-lo na história clínica subjacente à estrutura neurótica de cada paciente.

Monzani (1989, p. 60) diz que a novidade apresentada por Freud em *A Interpretação dos sonhos*, seu principal texto a respeito do tema da interpretação, foi “operar uma distinção entre o conteúdo manifesto e o conteúdo latente e mostrar que o cerne deste último é o inconsciente”. De acordo com este autor, *A Interpretação dos sonhos* pode ser considerada como “o momento de gênese do discurso psicanalítico”, por apresentar uma nova epistemologia fundamentada na análise dos efeitos de processos inconscientes (sonhos, sintomas neuróticos, atos falhos) sobre o consciente do indivíduo..

É nesse texto [*A interpretação dos sonhos*] que, sem dúvida, o leitor assiste a uma exposição regrada e metódica de como opera a interpretação no campo da Psicanálise – descrição minuciosa de seu modo de funcionamento, codificação

precisa das técnicas que estão aí envolvidas e, sobretudo, desvelamento de sua eficácia em colocar a claro um sentido oculto que é veiculado através dos sonhos. (MONZANI, 1989, p. 104)

É por meio do processo de interpretação que, segundo Monzani (1989), se revelam os mecanismos psíquicos presentes no trabalho de elaboração dos sonhos, como por exemplo, o deslocamento e a condensação. Em relação ao primeiro mecanismo, podemos dizer que, de acordo com Freud (1996/1900, p. 333), “(...) é uma força psíquica que, por um lado, despoja os elementos com alto valor psíquico de sua intensidade, e, por outro, por meio de sobredeterminação¹¹ cria, a partir de elementos de baixo valor psíquico, novos valores, que depois penetram no conteúdo do sonho”. Para Mezan (1982, p. 81) “o deslocamento é o mecanismo mais importante para a formação do sonho, dado que é mediante as transferências de intensidade psíquica operadas por ele que os pensamentos latentes podem aceder à consciência, convenientemente disfarçados para aludir a censura”. Pode-se dizer que o processo de deslocamento tem a função de encobrir os pensamentos oníricos presentes no sonho.

Quanto ao segundo mecanismo citado, a condensação, ele pode ser notado ao se fazer uma análise comparativa entre o conteúdo do sonho e os pensamentos oníricos, já que, “os sonhos são curtos, insuficientes e lacônicos em comparação com a gama e a riqueza dos pensamentos oníricos. Vemos, portanto, que no relato do sonho se efetuou um trabalho de condensação”. (FREUD, 1996/1900, p. 305). Em vista disso, pode-se afirmar que a condensação faz com que os conteúdos latentes de um sonho sejam expressos em um único conteúdo manifesto; ou, como aponta Wollheim (1974, p. 72), o mecanismo de condensação impede a existência de qualquer correspondência nítida e imediata de um a um, entre os elementos do conteúdo manifesto e os do conteúdo latente. Wollheim (1974) afirma ainda que tanto a condensação quanto o deslocamento podem ser considerados como sinalizadores da ocorrência de processos inconscientes e evidenciam o contato ou invasão deste sobre a consciência do indivíduo. De acordo com Freud:

(...) o trabalho do sonho se serve do *deslocamento das intensidades psíquicas* a ponto de chegar a uma transmutação de todos os valores psíquicos. Os pensamentos têm de ser reproduzidos exclusiva ou predominantemente, no material dos traços

¹¹ “A importância da sobredeterminação aparece imediatamente na técnica da interpretação, para dirimir a dúvida quanto à pertinência de todas as associações produzidas pelo indivíduo aos pensamentos latentes”. (MEZAN, 1982)

mnêmicos visuais e acústicos, e essa necessidade impõe ao trabalho do sonho uma *consideração à representabilidade*, que ela atende efetuando novos deslocamentos. É provável que se tenham de produzir intensidades maiores do que as disponíveis nos pensamentos oníricos durante a noite, e para essa finalidade serve a *ampla condensação* efetuada com os componentes dos pensamentos oníricos. (FREUD, 2006/1900, p.538-539)

Entendemos, assim, que o sonho sonhado jamais poderá ser reproduzido de maneira fidedigna. Entretanto, por meio de procedimentos sistemáticos necessários para o trabalho de interpretação dos sonhos, é possível chegar aos pensamentos suscitados pelo sonho e que não foram revelados durante o relato deste. Em resumo, pode-se dizer que: “(...) de fato, nunca é possível ter certeza de que um sonho foi completamente interpretado. Mesmo que a solução pareça satisfatória e sem lacunas, resta sempre a possibilidade de que o sonho tenha ainda outro sentido. Rigorosamente falando, portanto, é impossível determinar o volume da condensação” (FREUD, 2006/1900, p.305).

Para Freud (2006/1900, p.538), os pensamentos manifestos relacionados a um sonho são, em um primeiro momento, totalmente racionais e situam-se entre processos de pensamentos que não se tornaram completamente conscientes. No entanto, a partir de alterações sofridas por tais processos se originam os pensamentos ditos conscientes. Freud afirma que ao adormecermos surgem as representações “involuntárias”, a saber, ideias que se apresentam à consciência em função do afrouxamento das defesas psíquicas normalmente atuantes durante o período de vigília, as quais influenciaram o curso de nossas representações durante os momentos em que o indivíduo encontra-se desperto. Estas ideias emergem conforme ocorre o adormecimento e são transformadas em imagens visuais e acústicas acessíveis à consciência do sonhador, isto é, o sonho propriamente. No entanto, em uma situação de análise, na qual seja empregada a técnica da associação livre, esse processo sofre algumas alterações se comparado ao estado de adormecimento:

No estado utilizado para a análise dos sonhos e das idéias patológicas, o paciente, de forma intencional e deliberada, abandona essa atividade [relaxamento das funções mentais, (juízo crítico, por exemplo)] e emprega a energia psíquica assim poupada (ou parte dela) para acompanhar com atenção os pensamentos involuntários que então emergem e que – e nisso a situação difere da situação do adormecimento – retêm o caráter de representações. Dessa forma, as representações “involuntárias” são transformadas em “voluntárias.” (FREUD, 2006/1900, p. 137)

Para se chegar a uma possível interpretação de um sonho, é preciso, num primeiro momento, que seja feita a passagem do conteúdo manifesto¹² para o conteúdo latente¹³ deste. Dessa forma, é possível encontrar o significado do sonho, isto é, conferir-lhe um sentido próprio e específico para cada indivíduo, sem incorrer nas falácias comuns aos métodos simbólico e de decifração empregados pelo senso comum para atribuir algum significado ao conteúdo de um sonho. Segundo Laplanche e Pontalis (1996), Freud considera que a diferença fundamental entre conteúdo manifesto e conteúdo latente é que o primeiro é produto direto do trabalho do sonho, enquanto que o conteúdo latente é resultado da interpretação, isto é, enquanto o conteúdo manifesto se fundamenta principalmente no relato que o indivíduo é capaz de fazer acerca de seu sonho, o conteúdo latente só se torna acessível à consciência por meio do emprego rigoroso das técnicas de interpretação que permitem ao analista relacionar os conteúdos manifestos à história clínica do indivíduo.

Nesse contexto, também é importante considerar que, antes de Freud, o trabalho de interpretação do sonho era feito somente com base no conteúdo manifesto, sem qualquer preocupação com a relação deste com a história individual daquele que relata o sonho. A partir dos trabalhos de Freud, um novo dado psíquico passa a colaborar com tal trabalho, a saber, o conteúdo latente que se expressa por meio dos pensamentos do sonho e, com efeito, compreende o sentido do sonho.

Segundo Freud (1900, p. 303), o material que emerge no curso da interpretação dos sonhos não é todo do mesmo valor. Ele chega a essa assertiva a partir de suas tentativas de estruturar esses materiais por meio da síntese dos pensamentos que o indivíduo associa aos diferentes elementos presentes no sonho. Para Freud (1900), “os pensamentos do sonho e o conteúdo do sonho nos são apresentados como duas versões do mesmo assunto em duas linguagens diferentes.” No entanto, por intermédio do trabalho de interpretação, é possível chegar aos pensamentos do sonho que permaneceram ocultos à consciência do indivíduo durante o seu relato.

Diante do exposto, também é válido nos reportarmos à relevância do simbolismo onírico para a interpretação dos sonhos, a qual é admitida por Freud em vários momentos, com a ressalva de tal simbolismo ser empregado com base na história clínica do indivíduo e não em pressupostos místicos ou na simples decodificação estática dos símbolos presentes no sonho.

¹² Por conteúdo manifesto, de acordo com a teoria psicanalítica freudiana, entende-se o relato do sonho feito pela pessoa deste, isento de um processo interpretativo.

¹³ Resumidamente, de acordo com Laplanche e Pontalis (1995), pode-se definir o conteúdo latente enquanto: “o conjunto de significações a que chega a análise de uma produção do inconsciente, particularmente do sonho”.

No trabalho de interpretação dos sonhos, o simbolismo é empregado como forma de expressão dos pensamentos latentes. Freud diz que seria necessário ir muito além do âmbito da interpretação para se fazer justiça à importância dos símbolos e, ainda, para examinar os numerosos problemas relacionados a essa problemática, especialmente no que se refere ao conceito de símbolo. Todavia, ele adverte que não se deve restringir o trabalho de interpretação à tradução de símbolos, desconsiderando, assim, a técnica de associação do próprio sonhador. Ele nos diz que ambas as técnicas (simbolismo e associação) devem ser utilizadas de forma complementar. Porém, atribui uma importância mais fundamental às associações do sonhador, considerando, portanto, a tradução de símbolos como um método auxiliar daquele trabalho.

Em “O manejo da interpretação de sonhos na psicanálise”, Freud (1911) procura mostrar de que maneira a “arte de interpretação dos sonhos” deve ser inserida no tratamento psicanalítico. Para ele, a interpretação dos sonhos enquanto parte do método analítico tende, por vezes, a induzir o analista a restringir seu trabalho quase que exclusivamente a esse método, já que em muitos casos os sonhos se encaixam de forma bastante adequada no contexto do tratamento. No entanto, Freud atenta para o fato de que a análise de um sonho pode se tornar muito extensa, comprometendo assim, o trabalho analítico como um todo, em função de o analista abandonar a técnica da associação livre, deixando passar despercebido o conteúdo que aparece na superfície da mente do paciente, inclusive as resistências. Nesse caso, o tratamento poderá perder o contato com a atualidade e, conseqüentemente, o analista se distanciará do objetivo terapêutico.

Freud também sugere que, se caso um sonho não tenha sido interpretado ou trabalhado o suficiente em uma única sessão, então, ele não deve ser retomado na sessão posterior, pois a atenção do analista deverá estar voltada para a análise da primeira associação feita pelo paciente naquela sessão. Afirma também que o analista não deve demonstrar um interesse demasiado sobre os sonhos do paciente, porque isso pode ser um fator propício para desencadear resistências por parte do paciente e, até mesmo, provocar uma interrupção no trabalho dos sonhos. Ainda que essa ressalva apresentada por Freud sugira que agindo assim o analista possa deixar passar despercebidos materiais valiosos para o seu trabalho de interpretação, é preciso considerar que as produções oníricas contêm praticamente “todo material patogênico do caso” e, em consequência disso, a simples tentativa de interpretar os sonhos acionam resistências que até então permaneceram latentes e que poderão barrar o processo interpretativo de forma a “estabelecer limites para a sua compreensão”. Em vista disso, Freud (1969 [1911], p.124) adverte que “a interpretação dos sonhos não deve ser

perseguida no tratamento analítico como arte pela arte, mas que seu manejo deve submeter-se àquelas regras técnicas que orientam a direção do tratamento como um todo”.

Para os fins do tema desta tese, é importante salientar também a participação dos desejos inconscientes na gênese dos sonhos. De onde se originam os desejos que se realizam nos sonhos? Na tentativa de buscar resposta para tal questão, Freud (1900) divide os sonhos em dois grupos distintos: o primeiro refere-se aos sonhos que se apresentam de forma explícita como realizações de desejos conscientemente percebidos pelo indivíduo e o segundo grupo refere-se aos sonhos em que a realização se apresenta de forma distorcida ou disfarçada.

Freud ainda distingue três fontes de origem para os desejos que aparecem nos sonhos: a) desejos despertados ao longo do dia e que, por qualquer motivo, não tenham sido satisfeitos, sendo que o desejo se mantém latente e se expressa no sonho durante o período de sono; b) desejos que surgiram ao longo do período de vigília e que foram repudiados pelo indivíduo e que se mantém no inconsciente e conseguem vazão durante o período de atividade onírica; c) desejos sem quaisquer ligações com os acontecimentos provenientes dos vestígios da vida diurna imediata e que somente durante o período de sono com atividade onírica conseguem vazão, muitas vezes de forma distorcida, para o consciente do indivíduo.

Com efeito, a satisfação disfarçada de um desejo, uma das principais características do sonho, nos leva a entendê-lo, segundo Ricoeur (1977), no contexto de uma “hermenêutica da decodificação”. Ele diz que, no trabalho do sonho, é função da interpretação substituir “a treva do desejo pela luz do sentido”. Em um processo de análise, segundo esse autor, é o texto do relato do sonho que deve ser interpretado e não o sonho em si; o objetivo do analista é substituir tal texto por um outro que irá revelar a “palavra primitiva do desejo”.

Desse modo, o movimento de uma análise se dá por meio da passagem e da articulação de um sentido a outro sentido, sendo, portanto, a linguagem do desejo, a chave do processo. Logo, para ele, o sonho pode ser considerado como um paradigma da interpretação, por ser um representante de todas as astúcias provenientes do desejo. Entretanto, vejamos o que diz Wollheim:

Em primeiro lugar, portanto, temos que os sonhos são realizações de desejos. Isso, como se pode apreciar, já é em si mesmo uma tese divisível, pois atribui a origem dos sonhos a desejos e afirma que esses desejos pertencem ao processo primário. Quer dizer, eles pertencem àquele modo de funcionamento mental em que, caracteristicamente, nenhuma distinção é observada entre um desejo e a sua satisfação; de fato, até o emprego desses termos talvez seja anacrônico, na medida em que a diferença ainda nem se manifestou sequer. Para o indivíduo que alimenta o desejo, a experiência é unitária e, por conseguinte, não se pode dizer que os sonhos

expressem meramente um desejo, dado que, sempre que o desejo pertença ao conteúdo do sonho, também a realização do desejo pertencerá. (WOLLHEIM, 1976, p. 73)

Nesse contexto, pode-se dizer que a prática psicanalítica pode ser caracterizada pela interpretação¹⁴, que segundo Laplanche e Pontalis (1996, p. 45), encontra-se no centro da doutrina e da técnica freudianas. O objetivo último da interpretação é explicação do “verdadeiro”, o qual, para a psicanálise, está no retorno do reprimido e pode ser revelado por meio de um lapso de memória, um sonho, um ato falho, uma resistência, um sintoma e, também, pela transferência na prática psicanalítica.

Os sonhos podem ser entendidos, portanto, como uma expressão de desejos inconscientes. No entanto, na prática psicanalítica, não basta que tais desejos sejam comunicados ao paciente, dado que a repressão poderá persistir e a resistência atenuar-se. Logo, o trabalho de interpretação dos sonhos consiste em decifrar o sentido oculto dos sonhos em sentido manifesto. Talvez possamos pensar a interpretação dos sonhos como “exploração de sentidos”. Vejamos o que Taylor (1975) afirma no seguinte trecho:

(...) o comportamento compreende-se, por conseguinte, de acordo com o seu sentido intencional. No entanto, também sofre a ação causal, em conseqüência de um campo de forças que deformam as imagens intencionais, que deslocam o desejo de seu verdadeiro objetivo para um fim secundário (...). É por isso, que [na psicanálise] uma simples leitura pelo sentido não é nunca suficiente. Porque o nosso comportamento, os nossos pensamentos contêm sempre uma boa parte do insensato, o contraditório, ou mesmo incompreensível. (...) o fato é que o texto sensato de nossa vida é constantemente cruzar não-senso e contra-senso. Sofremos forças que brotam de nós mesmos e que não compreendemos, nem dominamos. (TAYLOR, 1975, p.130-131)

É importante lembrarmos que, na prática psicanalítica, embora o conceito de interpretação seja utilizado para designar formas de intervenção verbal e não verbal, do analista em relação ao analisando, é importante enfatizar que, na obra freudiana, as primeiras referências sobre o tema da interpretação são aquelas que dizem respeito à interpretação dos sonhos.

¹⁴ Segundo Laplanche e Pontalis (1996, p. 247) “(...) do ponto de vista terminológico, o termo *interprétation* [assim como o termo português interpretação] não se ajusta exatamente ao termo alemão *Deutung*. O termo francês [e o português] orienta sobretudo o espírito para o que há de subjetivo, e até mesmo de forçado, de arbitrário, no sentido que é atribuído a um acontecimento, a uma palavra. *Deutung* parece mais próximo de explicação, de esclarecimento, e apresenta em menor grau, para a consciência lingüística comum, o tom pejorativo que o termo francês [e o português] pode assumir. A *Deutung* de um sonho [por exemplo] consiste, escreve Freud, em determinar sua *Bedeutung*, a sua significação.”

3.2 O “Caso Dora” e as construções metapsicológicas¹⁵

Os casos clínicos freudianos¹⁶ contribuíram de maneira significativa para a construção e o desenvolvimento da teoria psicanalítica. Dentre eles, está o famoso “*Caso Dora*”, uma paciente de 18 anos de idade que Freud analisou durante três meses no ano de 1900. Vale lembrar que “Dora” é o nome fictício que Freud usou para fazer o relato do caso, pois o verdadeiro nome dela era “Ida Bauer”. Esse caso foi publicado somente em 1905 com o seguinte título: “*Fragmentos da Análise de um caso de Histeria*”. No entanto, é importante ressaltar que, a princípio, o título provisório atribuído ao caso foi “*A Histeria e o Sonho*”, pois o intuito de Freud era que este estudo fosse concebido como um complemento à “*A Interpretação dos Sonhos*” (1900), devido ao fato de conter ilustrações sobre sua técnica interpretativa. Ele pretendia, a partir desse trabalho, mostrar como a interpretação dos sonhos pode colaborar com o tratamento analítico, já que fornece elementos que podem completar as lacunas deixadas por amnésias e, ainda, esclarecer a procedência de alguns sintomas.

(...) Hoje, como naquela época [A interpretação dos sonhos 1900], devo insistir em que o aprofundamento nos problemas do sonho é um pré-requisito indispensável para a compreensão dos processos psíquicos da histeria e das outras psiconeuroses, e que ninguém que pretenda furtar-se a esse trabalho preparatório tem a menor perspectiva de avançar um único passo nesse campo. (FREUD, 2006/1905, p. 22)

Enfim, com o “Caso Dora”, Freud consegue expor algumas de suas teses referentes à sintomatologia da histeria e explicar os processos psíquicos que acometem esta última. Entretanto, é importante lembrar que tais teses foram elaboradas, a princípio, nos textos “*Estudos sobre a Histeria*” (1895) e em “*A etiologia da Histeria*” (1896).

A publicação do livro acerca do caso foi demorada porque Freud quis preservar a paciente. Além disso, nas notas preliminares, ele revela certo desconforto no que diz respeito aos relatos de seus casos clínicos. Por um lado, ele queria compartilhar

¹⁵ Nosso objetivo nesta parte do trabalho é expor e compreender as construções metapsicológicas presentes no Caso Dora; portanto, não faremos um relato descritivo detalhado acerca do referido caso, apenas serão expostas algumas informações convenientes para a explicação do objetivo proposto.

¹⁶ De acordo com Peter Gay (1992, p.199): “Em meio aos volumosos escritos de Freud: os casos clínicos compõem, de fato, uma vasta figura, seja como relatos das variedades de sofrimento mental passíveis de tratamento psicanalítico, seja como exemplos – bem ou mal sucedidos – dessa mesma forma de tratamento. Redigidos com sutilidade e grande beleza, esses relatos se constituem em instrumentos didáticos de primeira ordem, e como tal jamais perderam sua eficácia”.

suas descobertas com a comunidade científica, e demonstrar como tais casos contribuíram para a construção de sua teoria. Porém, por outro, ele se preocupava com a preservação da história de vida do paciente. Vejamos o que ele diz sobre isso:

Foi sem dúvida incômodo para mim ter de publicar os resultados de minhas investigações, aliás, de natureza surpreendente e pouco gratificante, sem que meus colegas tivessem possibilidade de testá-los e verificá-los. Não menos embaraçoso, porém, é começar agora a expor ao juízo público parte do material em que se basearam aqueles resultados. Não deixarei de ser censurado por isso. Só que, se antes fui acusado de não comunicar nada sobre meus pacientes, agora dirão que forneço sobre eles informações que não deveriam ser comunicadas. Espero apenas que sejam as mesmas pessoas a mudarem assim de pretexto para suas censuras e, desse modo, renuncio antecipadamente a qualquer possibilidade de algum dia eliminar suas objeções. (FREUD, 2006/1905, p. 19)

Porém, o tratamento foi precocemente interrompido por Dora e, conseqüentemente, Freud não conseguiu alcançar os objetivos esperados a partir desse caso. Restaram, portanto, muitos pontos enigmáticos acerca dessa análise, enquanto outros não puderam ser adequadamente concluídos. Logo, o tema que Freud escolheu para o caso: “Fragmentos da análise de um caso de histeria”, é totalmente justificado:

Ante o caráter incompleto de meus resultados analíticos, não me restou senão seguir o exemplo daqueles descobridores que têm a felicidade de trazer à luz do dia, após longo sepultamento, as inestimáveis embora mutiladas relíquias da antiguidade. Restaurei o que faltava segundo os melhores modelos que me eram conhecidos de outras análises, mas, como um arqueólogo consciencioso, não deixei de assinalar em cada caso o ponto onde minha construção se superpõe ao que é autêntico. (FREUD, 2006/1900, p.23-24)

Para termos algumas elucidações acerca do caso clínico em questão, vale lembrar que Dora nasceu em Viena e era a filha caçula de um casal da burguesia judia. Ela tinha apenas um irmão, um ano e meio mais velho do que ela, o qual era o preferido da mãe. A paciente apresenta sintomas psicossomáticos desde a infância como: tosse nervosa, dispnéia e afonia, entre outros. De acordo com Freud, tratava-se de uma “*petite histerie*”. A mãe de Dora sofria do que Freud denominara de “psicose de dona-de-casa”, pois ela era extremamente preocupada com a ordem e a limpeza da casa. Além disso, apresentava recorrentes dores abdominais, sintoma que, aliás, Dora também desenvolvera posteriormente. O desenvolvimento da histeria de Dora reflete-se na própria estrutura familiar. Vejamos o que diz Freud na seguinte nota acerca do presente caso:

Decerto não me situo no ponto de vista segundo o qual a hereditariedade é a única etiologia da histeria, mas, justamente por ser referência a algumas de minhas publicações anteriores, como “A Hereditariedade e a Etiologia das Neuroses”(1896), nas quais combati a referida tese, não desejo dar a impressão de subestimar a importância da hereditariedade da histeria ou de julgá-la inteiramente dispensável. No caso de nossa paciente, as informações que dei sobre seus pais e sobre os irmãos deste último indicam uma considerável carga patológica hereditária, pode-se considerar a hereditariedade desse caso convergente. (FREUD, 2006/1905, p. 31)

Freud conheceu a família em questão, ao ser chamado para tratar o pai, de uma afecção sífilítica, que produzia sintomas de paralisia e confusão mental. Foi devido a esse encontro de Freud com o pai de Dora, que posteriormente ela foi encaminhada a Freud para fazer um tratamento psicanalítico. Tal fato se deu após o pai de Dora encontrar uma carta da filha na qual ela falava em suicídio.

Dora ficava aos cuidados de uma governanta, com a qual estabelece um relacionamento bastante complexo, permeado por sentimentos ambíguos. Tal governanta ensinava à garota, por meio de literatura específica, como se dava a vida sexual. Essa senhora teve um papel fundamental na história de vida dessa paciente de Freud, no entanto, anos mais tarde, após um sério desentendimento entre ambas, Dora a dispensou.

Um outro fato significativo para o enredo desse caso é a amizade do pai de Dora com um casal Sr. e Sra. K, a partir da qual Freud consegue obter dados significativos para confirmar a estrutura histórica de sua paciente. Durante uma viagem com o casal, Dora diz que foi assediada pelo Sr. K, o qual lhe fez uma proposta amorosa. O pai de Dora, ao relatar este caso para Freud, atribui toda a sintomatologia desenvolvida pela filha a esse possível episódio de sedução, o qual ele entende como uma fantasia da filha e não como fato ocorrido.

Segundo Freud, o episódio de sedução do Sr. K. em relação à Dora pode ser entendido como a gênese do trauma psíquico responsável pelo desencadeamento da patologia histórica. No decorrer da análise, ela apresentou um sentimento de repugnância em relação ao Sr. K. e, a partir disso, a relação de apego que ela tinha com o pai é, novamente, reativada. Esse apego pode ser entendido como uma tentativa de omissão de seu envolvimento afetivo com o Sr. K. No entanto, quando tal fato foi revelado na análise, ela, a princípio, o negou, e em seguida abandonou o tratamento. Devido a esse fato, Freud atenta para a seguinte observação:

Quando se penetra na teoria da técnica analítica, chega-se à concepção de que a transferência é uma exigência indispensável. (...) Interpretar os sonhos, extrair das associações do enfermo os pensamentos e lembranças inconscientes, e outras artes similares de tradução são fáceis de aprender: o próprio doente sempre fornece o texto para elas. Somente a transferência é que se tem de apurar quase que

independentemente, a partir de indícios ínfimos e sem incorrer em arbitrariedades. (FREUD, 2006/1905, p. 111-112)

Um outro fato marcante na história clínica de Dora é quanto às suposições que ela fazia em torno de um possível envolvimento afetivo entre seu pai e a Sra.K., das quais, também, derivava um sentimento de ciúmes, e conseqüentemente, a atração de Dora por essa senhora, ou seja, a questão da homossexualidade emerge a partir de então, ainda, que Freud, na época do tratamento, não tenha conseguido perceber algo tão imprescindível para a condução adequada do caso. Como Freud disse, era evidente, nos relatos de Dora, a inveja que ela sentia de seu pai, por ele possuir o amor da Sra. K. No entanto, o que Dora expressava em tais relatos era justamente o oposto, já que tentava demonstrar que a inveja que sentia era proveniente da posse da Sra. K. em relação a seu pai. Enfim, esse movimento de Dora foi impulsionado pelo ciúme que sentiu da Sra. K. e, também, por não sentir-se amada por ela. Portanto, exige que o pai termine o caso com amante e, ainda, ameaça suicidar-se.

De acordo com Freud: “A moção de ciúme feminino estava ligada, no inconsciente, ao ciúme que um homem sentiria. Essas correntes de sentimentos masculinos devem ser consideradas típicas da vida amorosa inconsciente das moças histéricas”(FREUD, 2006/1905, p. 66):

(...) a Sra. K. também não a amava [Dora] por causa dela mesma. E sim por causa do pai. Ela a havia sacrificado sem nenhum momento de hesitação para que seu relacionamento com o pai de Dora não fosse perturbado. Essa ofensa talvez a tenha tocado mais de perto e tido um efeito patogênico. (...) Creio não estar errado, portanto em supor que a seqüência hipervalente de pensamentos de Dora, que a fazia ocupar-se das relações entre o pai e a Sra. K., destinava-se não apenas a suprimir seu amor pelo senhor K., que antes fora consciente, mas também a ocultar o amor pela Sra. K., que era inconsciente num sentido mais profundo. (FREUD, 2006/1905, p. 66)

Logo, a pergunta crucial que gira em torno do Caso Dora é: “O que é ser uma mulher?”, a razão da busca por essa resposta é um dos motivos de seu apego pela Sra. K., pois esta última incorpora a função feminina e, conseqüentemente, sabe o que é necessário para agradar a um homem.

Um mecanismo psíquico comum que deve ser observado no caso Dora é que, frequentemente, a formação de sintomas se dava por meio de processos de *deslocamentos*. O mais comum era o deslocamento de sensações, como no exemplo da cena do beijo que Dora recebeu do Sr. K. Nesse caso, ocorreu uma transformação de afetos, isto é, uma possível excitação sexual configurou-se em uma sensação de extrema repugnância. Fato comum,

quando se trata de comportamentos provenientes de estruturas históricas. Nesse sentido, Freud diz:

Eu tomaria por histérica, sem hesitação, qualquer pessoa em quem uma oportunidade de excitação sexual despertasse sentimentos preponderante ou exclusivamente desprazerosos, fosse ela ou não capaz de produzir sintomas históricos. Esclarecer o mecanismo dessa inversão de afeto é uma das tarefas mais importantes e, ao mesmo tempo, uma das mais difíceis da psicologia das neuroses. (FREUD, 2006/1905, p. 37)

O caso Dora foi escrito com base em um tratamento analítico de curta duração. No entanto, grande parte do seu desenvolvimento se deu com a análise que Freud fez de dois sonhos relatados pela paciente em questão. Tais sonhos forneceram subsídios para que ele pudesse compreender melhor os processos psíquicos presentes na histeria e, também em outras psiconeuroses. De fato, segundo Freud, esse foi um caso privilegiado no que se refere ao uso da técnica interpretativa dos sonhos. Para ele, é fundamental que todo psicanalista aprenda a traduzir a linguagem dos sonhos em linguagem do pensamento, pois os sonhos fornecem subsídios para que o material psíquico possa emergir, novamente, à consciência, já que em algum momento esse conteúdo tornou-se patogênico em função do recalque que sofreu. Logo, ele diz que: “O sonho é, em suma, um dos *desvios por onde se pode fugir ao recalque*, um dos principais recursos do que se conhece como modo indireto de representação no psíquico”. (FREUD, 2006/1905, p. 26)

Vejamos o relato do primeiro sonho de Dora: “*Uma casa estava em chamas. Papai estava ao lado da minha cama e me acordou. Vesti-me rapidamente. Mamãe ainda queria salvar sua caixa de jóias. Mas papai disse: ‘Não quero que eu e meus dois filhos nos queimemos por causa de sua caixa de jóias’.* Descemos as escadas às pressas e, logo que me vi do lado de fora, acordei.” (Freud, 2006/1905, p. 67)

Segundo Freud, esse sonho era recorrente e, por isso, deveria conter dados importantes a serem analisados. A análise que Freud faz desse sonho é extensa e contém muitos detalhes, portanto, nos centraremos apenas em alguns pontos que consideramos relevantes para o propósito da nossa discussão:

O desejo infantil e hoje inconsciente de colocar o pai no lugar do estranho é uma potência formadora dos sonhos. Havendo uma situação passada e uma situação presente, embora tendo por diferente essa substituição de pessoas, ela passa a ser a situação principal do sonho. E tal situação de fato existiu; justamente como fizera o Sr.K. na véspera, seu pai estivera um dia em frente à cama dela e a acordara; quem

sabe com um beijo, talvez como o Sr.K. tivesse pretendido fazer. Portanto, o propósito de fugir da casa, por si só, não seria formador do sonho, mas transformou-se nisso ao se associar com outro propósito fundamentado num desejo infantil. O desejo de substituir o Sr.K pelo pai forneceu a força impulsora [pulsional] para o sonho. Relembro aqui a interpretação que me compeliu, em Dora, a cadeia reforçada de pensamentos sobre as relações de seu pai com a Sra. K.. essa reviravolta na vida anímica de Dora é o que sonho revela. (FREUD, 2006/1905, p. 86)

Essa análise feita por Freud requer um pouco de perspicácia e sutileza para uma possível compreensão a respeito de como se dá a estruturação das formações oníricas, pois, o desejo revelado por Dora de que seu pai ocupasse o lugar do Sr.K. não remete, necessariamente, a um conteúdo proveniente de lembranças infantis, mas acionou um processo de rememoração que estava catexizado com a supressão desse desejo. Desse modo, Dora recalçou o sentimento que tinha pelo Sr. K. por temer as consequências de dessa experiência, isto é, de um “gozo sexual imaturo”, segundo Freud. Assim, de acordo com a constituição as estrutura histórica dessa paciente o desfecho da história, não poderia ser outro dentre os seguintes tipos de conduta, como explica Freud (2006/1905, p.87): “(...) uma entrega plena à sexualidade, sem nenhuma resistência e beirando à perversão, ou, por reação, o repúdio da sexualidade no adoecimento neurótico.” Nesse caso, ele diz que em consequência de fatores constitucionais, educacionais e morais, o psiquismo de Dora abarcou a segunda opção.

Em relação ao segundo sonho de Dora, o qual ocorreu duas semanas após o primeiro, Freud diz que com a análise e a resolução do mesmo, houve a interrupção do tratamento. No entanto, esse sonho não foi tão esclarecedor como o primeiro, porém trouxe à tona informações importantes sobre Dora. Desse modo, Freud conseguiu compreender, ainda mais, a gênese da sintomatologia produzida em função da constituição histórica da paciente em questão.

Vamos ao sonho relatado por Dora: *“Eu estava passeando por uma cidade que não conhecia, vendo ruas e praças que me eram estranhas. Cheguei então a uma casa onde eu morava, fui até meu quarto e ali encontrei uma carta de mamãe. Dizia que, como eu saíra de casa sem o conhecimento de meus pais, ela não quisera escrever-me que papai estava doente. ‘Agora ele morreu e, se quiser, você pode vir.’ Fui então para a estação [Bahnhof] e perguntei umas cem vezes: ‘Onde fica a estação?’ Recebia sempre a resposta: ‘Cinco minutos.’ Vi depois à minha frente um bosque espesso no qual penetrei, e ali fiz a pergunta a um homem que encontrei. Disse-me: ‘Mais duas horas e meia.’ Pediu-me que o deixasse acompanhar-me. Recusei e fui sozinha. Vi a estação à minha frente e não conseguia alcançá-*

la. Aí me veio o sentimento habitual de angústia de quando, nos sonhos, não se consegue ir adiante. Depois, eu estava em casa; nesse meio tempo, tinha de ter viajado, mas nada sei sobre isso. Dirigi-me à portaria e perguntei ao porteiro por nossa casa. A criada abriu para mim e respondeu: `A mamãe e os outros já estão no cemitério. [Friedhof].” (FREUD, 2006/1905, p. 93)

No âmbito do tratamento analítico, Freud apresentou muita dificuldade para analisar esse sonho. Após esse segundo sonho, a cena do lago também retorna como conteúdo para análise e, mais uma vez, se faz presente devido à relevância que teve na história de vida dessa paciente de Freud. Vejamos a seguinte passagem:

Pedi a Dora que me descrevesse a cena minuciosamente. A princípio ela não revelou grandes novidades. O Sr.K. fizera uma introdução razoavelmente séria, mas ela não o deixara terminar, mal compreendeu do que se tratava, deu-lhe uma bofetada no rosto e se afastou às pressas. Eu queria saber que palavras ele empregara, mas Dora só se lembrou de uma de suas alegações: “Sabe, eu não tenho nada com minha mulher”. Naquele momento, para não tornar a encontrá-lo, ela quisera voltar para L ____, contornando o lago a pé, e perguntou a um homem com quem cruzou a que distância ficava. Antes a resposta “duas horas e meia”, desistiu dessa intenção e voltou em busca do barco, que partiu logo depois. O Sr. K. também estava lá novamente, aproximou-se dela e lhe pediu que o desculpasse e não contasse nada sobre o incidente. Mas ela não lhe deu resposta alguma... (FREUD, 2006/1905, p. 97)

Um dos pontos mais significativos do segundo sonho, para Freud, era a fantasia de defloração que foi revelada e o conseqüente desejo de vingança de Dora em relação a seu pai. De acordo com o conteúdo da carta, o pai estava morto e ela saiu de casa por vontade própria. Freud associa essa carta à carta de despedida de Dora para os pais, na qual seu intuito era ameaçá-lo caso não rompesse seu relacionamento amoroso com a Sra. K. O tema da morte, dela ou do pai, se faz presente novamente.

No entanto, quando Freud comunica essa construção para Dora, ela reage e se lembra de mais uma parte do sonho, que não havia relatado, a saber: “*Eu me via com singular nitidez subindo a escadas*”, e “*Depois de ouvir a resposta dela fui para o meu quarto, mas sem nenhuma tristeza e ali me pus a ler um livro grande que estava sobre a minha escrivaninha*”. De acordo com as interpretações que foram feitas, o grande livro poderia ser uma enciclopédia na qual ela procuraria realizar suas curiosidades em relação à vida sexual sem coerção alguma. E, além disso, Freud também faz a seguinte interpretação à Dora: “*Como vê, seu amor pelo Sr.K. não terminou com aquela cena, mas como afirmei, persistiu até o dia de hoje, embora em seu inconsciente*”. (FREUD, 2006/1905, p. 101).

Já em no que diz respeito às horas que apareceram no sonho, Freud fez a seguinte associação; a análise do segundo sonho ocupou o tempo de duas sessões de análise, isto é, duas horas e na próxima sessão, a terceira, Dora comunica a Freud o fim da análise e, por sinal, já tinha isso como fato decidido há 15 dias atrás. Em síntese, pensando a respeito do trabalho clínico, Freud afirma que:

Nunca se pode calcular para que lado penderá a decisão no conflito entre os motivos, se para a eliminação ou o reforço do recalçamento. A incapacidade para o atendimento de uma demanda amorosa real é um dos traços mais essenciais da neurose; os doentes são dominados pela oposição entre a realidade e a fantasia. Aquilo por que mais intensamente anseiam em suas fantasias é justamente aquilo de que fogem quando lhes é apresentado pela realidade, e com maior gosto se entregam a suas fantasias quando já não precisam temer a realização delas. A barreira levantada pelo recalçamento, no entanto, pode cair sob assalto de excitações violentas de causa real; a neurose ainda pode ser derrotada pela realidade. Mas não podemos avaliar genericamente em quem e de maneira essa cura seria possível. (FREUD, 2006/1905, p. 106)

É importante atentarmos também para o posfácio do caso Dora, no qual Freud chama a atenção dos que classificam sua teoria acerca da histeria como uma teoria essencialmente psicológica e menosprezam sua eficácia para a solução de problemas patológicos. Ora, a partir desse caso, poderão, pois, perceber que tal crítica não tem fundamento, já que as características que atribuem, nesse sentido, à teoria são, de fato, referentes à técnica.

Concluindo, a análise dos sonhos de Dora, por exemplo, possibilitou, segundo Freud (2006/1905, p.87), “o acesso a detalhes de vivências patogenicamente ativas que, de outro modo, teriam sido inacessíveis à memória ou pelo menos, à reprodução.” Logo, ele diz que:

Apenas a técnica terapêutica é puramente psicológica; a teoria de modo algum deixa de apontar para as bases orgânicas da neurose, muito embora não as procure em alguma alteração anatomopatológica e substitua provisoriamente pela função orgânica a alteração química esperada, mas ainda impossível de conceber atualmente. Ninguém há de querer negar o caráter do fator orgânico da função sexual, na qual vejo a fundamentação da histeria e das psiconeuroses em geral. (FREUD, 2006/1905, p. 109)

Freud, em seu texto “*Recordar, repetir e elaborar*” (1914), descreve a transferência como uma condição artificial que se estabelece entre a patologia psíquica e a realidade do paciente. É, portanto, nesse campo transferencial que tanto as construções quanto as interpretações do analista podem ter algum efeito significativo para o paciente, ou seja:

A transferência cria, assim, uma região intermediária entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para a outra é efetuada. A nova condição assumiu todas as características da doença, mas representa uma doença artificial, que é, em todos os pontos, acessível a nossa intervenção. Trata-se de um fragmento da experiência real, mas um fragmento que foi tornado possível por condições especialmente favoráveis, e que é de natureza provisória. A partir das reações exibidas na transferência, somos levados ao longo dos caminhos familiares até o despertar das lembranças, que aparecem sem dificuldade, após a resistência ter sido superada. (FREUD, 2006/1914, p. 170)

É preciso enfatizar que, na análise do Caso Dora, o trabalho de transferência teve papel fundamental para o entendimento de Freud acerca de várias questões peculiares que apareceram durante o tratamento. No entanto, a interrupção precoce da análise foi consequência de falhas que Freud admite ter cometido em sua prática por não conseguir detectar a tempo o enredo real do caso, que se refletia na relação transferencial com sua paciente:

Desde o início ficou claro que em sua fantasia eu substituía seu pai, o que era fácil de compreender em vista de nossa diferença de idade. Dora chegou até a me comparar com ele conscientemente (...) Depois de surgir o primeiro sonho, no qual ela se alertava a abandonar o tratamento tal como antes deixara a casa do Sr. K. , eu mesmo deveria ter me precavido, dizendo: “Agora você faz uma transferência do Sr.K para mim”(…). Então a atenção dela ter-se-ia voltado para algum detalhe do nosso relacionamento, em minha pessoa ou nas minhas condições, por trás do qual se esconderia algo análogo, mas incomparavelmente mais importante, a respeito do Sr.K.; e mediante a resolução dessa transferência a análise teria obtido acesso um novo material mnêmico, provavelmente, ligado a fatos reais. (FREUD, 2006/1905, p. 113)

A partir dessa breve exposição do Caso Dora, foi possível perceber como as representações metapsicológicas, presentes na teoria freudiana, são aplicadas na prática clínica. A ilustração dessas representações está explícita nos conceitos de deslocamento, pulsão, recalque e, inclusive, na análise dos sonhos que é onde Freud consegue utilizar e aplicar todos esses conceitos a fim de elaborar suas construções e explicações acerca dos mesmos. Portanto, é necessário explicitarmos e discutirmos, ainda, como se articulam os diferentes níveis teóricos da psicanálise freudiana. Para tanto, analisaremos, a seguir, a *teoria da defesa* e a *idéia de pulsão*, enquanto conceitos fundamentais para a compreensão dessa psicanálise.

3.3 Dimensões da metapsicologia freudiana

O conceito de defesa se constitui na obra de Freud a partir dos primeiros estudos sobre a histeria. Esses estudos forneceram subsídios para que Freud, por meio da observação clínica, elaborasse suas primeiras idéias acerca do referido conceito.

A teoria da defesa engloba duas dimensões fundamentais que toda metodologia científica deve ter, quais sejam: a observação de determinados fenômenos empíricos e a consequente explicação destes. Foi desse modo que Freud desenvolveu a teoria da defesa, isto é, quando conseguiu correlacionar a ideia de defesa psíquica com a formação de sintomas.

Nesse contexto, vale lembrar que a teoria em questão foi o pivô da separação teórica entre as ideias de Freud e de Breuer, especialmente, em relação ao mecanismo psíquico da histeria, que consiste em uma retenção de cargas afetivas geradas por situações traumáticas. Caso essas cargas afetivas não consigam meios para serem exteriorizadas, provocarão uma constante excitação psíquica e, conseqüentemente, serão deslocadas para as vias somáticas e expressas como resíduos do trauma, ou seja, como sintomas. Portanto, pode-se dizer que o fator que promove tal excitação está contido nas operações do inconsciente, a partir do qual processos mnêmicos provenientes de fatos traumáticos emergem caso uma experiência atual os acionem novamente.

Ora, para Freud, a estrutura da mente não deveria ser explicada somente com base em um sistema físico-químico. Para ele, a explicação para as patologias mentais, em termos de causas e motivos, estava além de processos fisiológicos, ou seja, tal explicação poderia ser encontrada em processos psicológicos, principalmente naqueles de natureza inconsciente. Diante de tal fato, Freud afirmou que:

Breuer dava preferência a uma teoria que era, se poderia dizer, até certo ponto fisiológica; tentava explicar a divisão mental nos pacientes histéricos pela ausência de comunicação entre vários estados mentais (“estados de ‘consciência’”, como chamávamos naquela época), e construiu então a teoria dos “estados hipnóides” cujos produtos se supunham penetrar na “consciência desperta” como corpos estranhos não assimilados. Eu via a questão de forma menos científica; parecia não discernir por toda parte senão tendências e motivos análogos aos da vida cotidiana, e encarava a própria divisão psíquica como o efeito de um processo de repulsão que naquela época denominei de “defesa”, e depois de “repressão”. (FREUD, 1996h [1914], p. 21)

Logo, pode-se dizer que a construção da teoria da defesa ocorreu por meio da estruturação dos níveis das hipóteses psicanalíticas nas seguintes categorias: a primeira é o dos sintomas, isto é, aqueles níveis que se encontram próximos à base fenomênica, e por meio

dos quais procura-se entender a relação causal trauma-sintoma (histeria); e a segunda categoria é a da formação das hipóteses metapsicológicas, ou seja, a dos níveis que se encontram vinculados a um campo explicativo de inclinação mais abstrata.

O conceito de defesa é um conceito chave para o desenvolvimento da psicanálise. Ele se constitui a partir de uma análise minuciosa e metódica acerca da prática clínica. Além disso, é importante lembrarmos aqui que a teoria da defesa também veio para substituir a teoria da hipnose e para preencher as lacunas deixadas por esta última. Desse modo, Milidoni (1993, p.15) faz a seguinte observação acerca da estruturação da teoria da defesa:

Constata-se, que na sua teoria da defesa, Freud não mais verá os estados hipnóides enquanto “substrato” a partir do qual derivar-se-ia (...) uma divisão da consciência; no novo esquema explicativo, ele irá colocar, na raiz dessa divisão, que é acompanhada da formação de “grupos psíquicos separados”, “um ato de vontade” por parte do sujeito, “cujo motivo pode ser especificado”. (MILIDONI, 1993, p. 15)

A partir da análise do Caso Dora, foi possível constatar que, como Freud já havia dito em “*A Etiologia da histeria*” (1976/1896, p. 223) “(...) nenhum sintoma histérico emerge de uma experiência real isolada, mas (...) em todos os casos a lembrança de experiências mais antigas, despertadas em associação com ela, atua na causação do sintoma”.

Para entendermos como Freud estabeleceu a relação causal entre a defesa e produção de sintomas, é necessário compreendermos, primeiramente, como se dá a relação da defesa com o inconsciente, pois os sintomas são provenientes de lembranças que operam inconscientemente.

(...) a repressão não impede que o representante pulsional continue a existir no inconsciente, se organize ainda mais, dê origem a derivados [sintomas], e estabeleça ligações. Na verdade, a repressão só interfere na relação do representante pulsional com um único sistema psíquico, a saber, o do inconsciente. (FREUD, 1996j [1915b], p. 153-154)

A teoria da defesa tornou-se um ponto chave para a psicanálise freudiana, e, portanto, Freud, em seu texto “*História do movimento psicanalítico*” (1914) a explica como: (...) a formulação teórica de um fenômeno que pode ser observado quantas vezes se desejar se se empreende a análise de um neurótico, sem recorrer à hipnose”.

Na medida em que a repressão na histeria só se torna possível pela extensa formação de substitutos, ela pode ser julgada inteiramente destituída de êxito [pelo retorno do

reprimido em forma de substitutos]; contudo, ao lidar com a quota de afeto – a verdadeira tarefa da repressão -, ela geralmente significa um êxito total. Na histeria de conversão, o processo de repressão é completado pela formação do sintoma (...) (FREUD, 1996j [1915b], p.160-161)

Enfim, para a construção da teoria da defesa, Freud precisou recorrer a uma metodologia especulativa a fim de reformular as conclusões das pesquisas feitas por Breuer, no âmbito da fisiologia, acerca dos processos histéricos. Porém, tal reformulação só foi possível porque Freud notou a existência de um mecanismo de resistência à cura proveniente dos pacientes, e esse fato não seria possível somente a partir do método hipnótico.

Além da teoria da defesa, um outro conceito metapsicológico de fundamental importância a ser discutido no contexto desta tese, é o conceito de *Pulsão*, o qual aparece na obra freudiana a partir do texto “*Três ensaios*” (1905). Alguns conceitos como ideias afetivas, excitações e estímulos endógenos, já se faziam presentes nos escritos de Freud, talvez como precursores da idéia de Pulsão. Vejamos o diz Simanke (2006, p.103-104) em seu artigo sobre o problema mente-corpo e o problema mente-mente da metapsicologia:

“Com o desenvolvimento do corpus metapsicológico, Freud passou a atribuir ao conceito de pulsão a função de articular o somático ao psíquico, mas a própria pulsão foi definida em estreita relação com a concepção freudiana da representação, como o representante psíquico dos estímulos somáticos, ficando claro que essa delegação do somático no interior do psíquico se dava pela via da representação. Em outras palavras, a metapsicologia e a concepção sobre a natureza do mental que dela emerge parecem oferecer uma via satisfatória para a abordagem do problema mente-corpo, tornando essa articulação, pelo menos, concebível em princípio, teoricamente abordável e acessível à elaboração conceitual.”

Na carta de Freud a Einstein (1933), ele se refere à teoria das pulsões como a “*mitologia*” da psicanálise: “Talvez você tenha a impressão de que nossas teorias constituem uma espécie de mitologia... Mas toda ciência da natureza não propõe tal espécie de mitologia? Acontece diferentemente com você, na física de hoje?” Strachey, nas notas introdutórias do artigo “*Pulsões e seus destinos*” (1915), de Freud, diz que em consequência da precariedade de material teórico, mediante os quais pudesse se apoiar para fundamentar o conceito de *pulsão*, Freud sempre se mostrou insatisfeito e, não é sem motivos que em seu texto “*Além do princípio do prazer*” (1920), ele concebe as pulsões como ‘o elemento ao mesmo tempo mais importante e mais obscuro da pesquisa psicológica’.

A ideia de *pulsão* está estritamente relacionada ao conceito de *princípio de constância*, o qual Freud formulou a partir de suas investigações sobre o funcionamento do aparelho psíquico, e tem por finalidade “manter a totalidade das excitações num nível

qualitativo o mais baixo possível ou, pelo menos mantê-lo constante” (FREUD, 1996 /1920, p. 18). De acordo com esse princípio, a estrutura psicossomática recebe excitações que geram estados de tensão, que resultam em quantidades de energia excessiva e, portanto, têm que ser eliminadas dessa estrutura.

Logo, a pulsão só pode ser percebida por meio de representações e afetos. Segundo Monzani (1989, p. 250): “A pulsão enquanto tal é e nos será sempre desconhecida. O que nos aparece no plano psíquico é um representante, um seu delegado, o qual é possível (sob certas condições) ser conhecido”. Ainda de acordo com o referido autor, pode-se dizer que:

(...) a pulsão aparece no domínio do psíquico como uma energia que pressiona no sentido da descarga através de um objeto apropriado (que pode ser o próprio corpo do sujeito, eventualmente). É por isso que, no inconsciente, essa energia aparece em estado livre, não ligado, pressionando freneticamente no sentido de sua finalidade. Se o inconsciente se caracteriza por um estado livre e selvagem da energia, com uma quase total mobilidade, é porque está inscrito na natureza da pulsão. (MONZANI, 1989, p. 185)

Então, o que seria a pulsão? Ela é um fator que atua na descarga dos estados excessivos de tensão e sua natureza reside em processos dinâmicos provenientes do organismo, os quais constituem uma pressão que exerce uma força constante e, conseqüentemente, situa-se na fronteira entre o somático e o psíquico.

Ao falar sobre o papel da ficção para a construção do conhecimento psicanalítico, Assoun (1996) afirma que a ficção deve ser entendida como a apresentação metapsicológica (*Darstellung*). Ele parte da premissa de que o conceito metapsicológico pertence à ficção e, portanto, questiona que gênero de ficção é esse, e a que tipo de racionalidade se reporta.

Ora, se a função principal do conceito metapsicológico é dar conta do material clínico: “a ficção não é mais nem menos, aqui, que o produto desse ‘ficcionalismo’ que é o *Phantasieren* metapsicológico: logo, é sua especificidade que se deve demarcar, através dos fins que a legitimam e das modalidades que exigem sua produção ‘em situação’”. (ASSOUN, 1996, p. 56)

Segundo Assoun (1996), a metapsicologia se reflete na construção do saber clínico acerca dos processos inconscientes, ou seja, um procedimento reflexivo que visa ao desenvolvimento singular da experiência “até um certo ‘universal’ que se torne visível ou legível”. Para ele, “A relação a ser pensada entre metapsicologia e clínica parece ser da

seguinte natureza: a arte metapsicológica nada mais é que a reconstituição rigorosa dessa imagem reflexiva de um certo processo clínico”. (p.50)

No texto “Construções em análise” (1937), Freud questiona como que uma conjectura do analista se transforma em uma convicção do analisando e, portanto, enfatiza que esse trabalho de construção é apenas o trabalho preliminar de um processo analítico, sendo que essa construção pode proporcionar o retorno do reprimido, assim como sua reedição no processo de transferência. Segundo Assoun (1996, p. 70) “Ali onde é possível ‘adivinhar’, tem-se o direito de reconhecer o trabalho do *Phantasieren*: a ‘construção’ é, pois, a forma de ‘fantasiar’ necessária ao processo analítico.” Logo, pode-se dizer que esse pesquisador entende a *construção* enquanto *ficção*:

A “sanção” da construção é o próprio evento do retorno do passado reconstruído na cena do presente – o que se produz ocasionalmente quando um surto de lembranças percebidas de modo quase alucinatório (ecmnésico) volta aos próprios olhos do sujeito como que para vir “confirmar” em ato de veracidade da construção. É daí que a “construção”. É daí que a “construção” colhe seu “poder de convicção”. Se o próprio delírio tem um núcleo de verdade histórica, a construção interpretativa conjura sua tentação “delirante” pela “resposta” do sujeito. (ASSOUN, 1996, p. 70)

Após a obra de Freud “*A interpretação dos sonhos*” (1900), ficou difícil discordar do fato de que *a metapsicologia depende da emergência de uma nova psicologia*. Nesse sentido, de acordo com Assoun (1996, p. 59), não é possível transcrever essa “descrição” por meio de algum “modelo explicativo” já estabelecido. Para ele, é necessário buscar outro “fundamento explicativo”, não disponível no “armazém” científico. Diante de tal fato, tem-se em Freud que:

Não há possibilidade de *explicar* os sonhos como um processo psíquico, uma vez que explicar algo significa fazê-lo remontar a alguma coisa já reconhecida, e não há, no momento, nenhum conhecimento psicológico estabelecido a que possamos subordinar aquilo que o exame psicológico dos sonhos nos habilita a inferir como base de sua explicação. (FREUD, 2006/1996, p. 543)

Devido à singularidade do objeto de estudo da psicanálise freudiana, talvez o mais adequado fosse falar em “caso metapsicológico” em vez de “caso clínico”, pois o intuito de Freud ao publicar o “Caso Dora”, por exemplo, era compartilhar os novos conhecimentos que ele adquiriu a partir daquela prática clínica, e mostrar como se dá, de fato, a construção e a aplicação dos conceitos metapsicológicos e, conseqüentemente, o desenvolvimento da teoria. Logo, o que o Freud tenta fazer ao relatar um caso clínico é elaborar,

concomitantemente, um caso metapsicológico, o qual poderá servir de fonte de subsídios teórico-práticos para a construção do conhecimento psicanalítico.

Enfim, a partir da análise do “*Caso Dora*” e do trabalho que Freud realizou acerca dos processos oníricos, especialmente, no capítulo VII da obra “*A interpretação dos sonhos*”, foi possível averiguar como os conceitos fundamentais da metapsicologia se estruturam por meio de uma prática científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da extensão e da complexidade teórica que o tema desta pesquisa envolve, não é possível almejarmos uma “conclusão” para a mesma. Logo, faremos apenas algumas considerações a fim de encadear as principais questões aqui tratadas.

Decidido a investigar fenômenos e processos de natureza inconsciente, Freud, enquanto neurofisiologista, não poderia abstrair o rigor metódico da pesquisa científica. Nesse sentido, ele desenvolveu uma metodologia fundamentada numa construtiva interação entre abstração racional e experiência condicionada. Logo, não se verificará na psicanálise um processo de quantificação matemática de invariâncias no comportamento de fenômenos mentais laboratorialmente condicionados. O que se verificará é a detecção de invariâncias por meio não de análises metafísicas da estrutura da alma, mas de uma arquitetura conceitual, isto é, da metapsicologia instruída e erigida pelas observações da prática clínica.

Em vista disso, pode-se dizer que Freud foi investigador bastante perspicaz e compreendeu como poucos as condições ontológicas e epistemológicas relacionadas à formação e ao funcionamento da mente humana. Tal sutileza intelectual se expressa claramente nas sofisticadas metodologias empregadas por ele para associar suas descobertas metapsicológicas ao seu conhecimento em neurofisiologia numa estrutura teórica capaz de elucidar processos psíquicos e endopsíquicos.

Nesta investigação, constatamos que há na epistemologia freudiana uma estreita relação entre explicação clínica e explicação metapsicológica, isto é, entre o campo propriamente terapêutico-experimental e o propriamente teórico, que derivam do estatuto particular dessa área do saber. A dinâmica que caracteriza os processos metapsicológicos da psique está intrinsecamente ligada à explicação clínica dada por Freud às diferentes psicopatologias com as quais trabalhou, já que esses processos devem ser articulados sistematicamente a fim de que possa se constituir efetivamente uma psicanálise. Nesse sentido, o presente estudo contribuiu para a compreensão da maneira como a teoria metapsicológica se estruturou enquanto representação dos fenômenos psíquicos.

Assim, é possível dizer que a epistemologia da psicanálise não se fundamenta em uma dicotomia, pois a mesma não se reduz a uma de suas partes, pois se constitui tanto na metapsicologia como na teoria clínica. Logo, a tese que argumenta que os princípios clínicos e a metapsicologia pertencem a universos diferentes do discurso não se sustenta, pois, como

vimos, a explicação dos princípios clínicos em psicanálise depende de uma metapsicologia e a interação entre ambos é o que caracteriza e fundamenta a epistemologia em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALEXANDER, P. *O comportamento racional e a explicação psicanalítica*. In: Freud: uma coletânea de ensaios críticos. Tomo II. (Org.) Richard Wollheim. Arte Nova, 1976, p. 95-110.

ASSOUN, P.L. *Metapsicologia freudiana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

_____ *Introdução à Epistemologia Freudiana*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

_____ *Freud: a filosofia e os filósofos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

BARRON, J.W.; EAGLE M. N.; WOLITZKY, D. L. *Interface of psychoanalysis and psychology*. Washington D.C: American Psychological Association, 1992.

BUCCI, W. *Psychoanalysis and Cognitive Science: a multiple code theory*. New York: The Guilford Press, 1997.

CAROPRESO, F. S. *O nascimento da metapsicologia*. São Carlos: Edufscar e FAPESP, 2008.

_____ *Metapsicologia, Psicologia, Neuropsicologia: considerações acerca do sentido da reflexão metapsicológica no pensamento freudiano*. In: Filosofia da Psicanálise: autores, diálogos e problemas. Org. Richard Theisen Simanke...[et al.]. São Carlos: EDUFSCar, 2010.

CAVELL, M. *The psychoanalytic mind: from Freud to philosophy*. Harvard University Press: Cambridge, Massachusetts, and London, England, 1993.

FREUD, S. *O manejo da interpretação dos sonhos na psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1969 (1911). v.12.

_____ *As neuropsicoses de defesa*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976 (1894). v.3.

_____ *Cinco lições de psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1980 (1910). v.11.

_____ *Um estudo autobiográfico*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974 (1925). v.20.

_____ *O futuro de uma ilusão*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1974. v.21.

_____ *Além do princípio do prazer*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1920) v.18.

_____ *Inibições, Sintomas e Ansiedade*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1926 /1925) v.20.

_____ *Psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1926) v.20.

_____ *Construções em análise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1937) v.23.

_____ *Análise terminável e interminável*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1937b) v.23.

_____ *Esboço de Psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1938) v.23.

_____ *Algumas lições elementares de psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006 (1940) v. 23.

_____ *A história do movimento psicanalítico*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1914). v.14.

_____ *Os instintos e suas vicissitudes* (Pulsões e seus destinos). Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1915). v.14.

_____ *Repressão*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1915). v.14.

_____ *O inconsciente*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1915). v.14.

_____ *Por que a guerra?* In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1933) v.22.

_____ *Novas conferências introdutórias sobre a psicanálise*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1932) v.22.

_____ *A interpretação dos sonhos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1900) v. IV e V.

_____ *A interpretação dos sonhos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006 (1900) v. IV e V.

_____ *Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 2006 (1900) v. VII.

FULGÊNCIO, L. *As especulações metapsicológicas de Freud*. In: *Natureza Humana* 5(1): p.129-173, jan - jun., 2003

_____ *O método especulativo de Freud*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2008.

GABBI, Jr, *É possível uma clínica psicanalítica sem metapsicologia?* Rio de Janeiro: *Psicanalítica* 12(1): 65-73, 2000.

GARCIA-ROZA, L.A. *O mal radical em Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

GILL, M. *Metapsycology is not Psychology*. In: Gill e Hozman, 1976, pp. 71-105.

GLYMOR, C. *Freud, Kepler e as Provas Clínicas*. In: Freud: uma coletânea de ensaios críticos. Tomo II. (Org.) Richard Wollheim. Arte Nova, 1976, p. 75-93.

GREEN, A. *Propédeutique. La metapsicologie revisitée*. Seysel. Camp Vallon, 1995.

_____ *O discurso vivo: a conceituação psicanalítica do afeto*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1982.

_____ *Entrevista com André Green*. In: Revista da SPPA (Sociedade Psicanalítica de Porto Alegre), 1995, número 1, v.2. (Entrevista concedida em 31 de outubro de 1994).

GRÜNBAUM, A. *The foundations of psychoanalysis: a philosophical critic*. Berkeley: University of California Press, 1984.

HEMPEL, C.G. *Aspects of scientific explanation*. New York: The Free Press, 1970.

_____ *Filosofia da Ciência Natural*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

_____ *Explicação científica*. In: In: Filosofia da Ciência. (Org. Sidney Morgenbesser). São Paulo: Cultrix, 1967, p. 159-169.

HOLT, R.R. *Freud reappraised*. New York: The Guilford Press, 1989.

HULL, D. *Filosofia da ciência biológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

LAGACHE, D. *A Psicanálise*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

LAPLANCHE, J. *A psicanálise como anti-hermenêutica*. In: Revista Psicanalítica: Publicação do Centro Psicanalítico de Pernambuco, ano 3, número 3, dezembro de 1995, p.71- 84.

_____ *Problemáticas I – A Angústia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____ *Problemáticas III – A sublimação*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____ *Interpretar (com) Freud*. In: Teoria da sedução generalizada e outros ensaios. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988, p.21-32.

_____ *Vocabulário da Psicanálise: Laplanche e Pontalis*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOPARIC, Z. *Um olhar epistemológico sobre o inconsciente freudiano*. In: Knobloch, F. (org.) *O inconsciente: várias leituras*. São Paulo: Escuta, 1991, pp. 43-58.

_____. *Além do inconsciente: sobre a desconstrução heideggeriana da psicanálise*. In: *Freud na Filosofia Brasileira*. (Orgs.) Leopoldo Fulgêncio, Richard Theisen Simanke. São Paulo: Escuta, 2005.

MACKAY, N. *Motivation and Explanation. An essay on Freud's philosophy of science*. Psychological Issues. Monograph 56. Madison, Connecticut: International Universities Press, 1989.

MEZAN, R. *Metapsicologia: por que e para que*. In: *Tempo de Muda*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MILIDONI, C.B. *Heurística Freudiana no "Projeto para uma psicologia científica"*. Tese de doutoramento apresentada no IFCH da Unicamp, em maio de 1993.

_____ *Metapsicologia freudiana e ciência cognitiva: os riscos da Interdisciplinaridade*. In: *Encontro com as Ciências Cognitivas*, (Org. Maria Eunice Quilici Gonzalez e outros). Marília: Unesp-Marília, 2001. v.3, p.3-11.

_____ *Algumas considerações sobre o estatuto do psicológico no "Projeto" freudiano*. In: *Trans/Form/Ação*. São Paulo, 17:151-166, 1994.

MINHOT, L. *La ontología del psicoanálisis*. In: *Natureza Humana: Revista de Filosofia e Psicanálise*. São Paulo: Educ. Vol. 8, número especial 1, outubro de 2006. p. 63-89.

MISCHEL, T. *A respeito do comportamento racional e da Explicação Psicanalítica*. In: *Freud: uma coletânea de ensaios críticos*. Tomo II. (Org.) Richard Wollheim. Arte Nova, 1976, p. 111-120.

MONZANI, L.R. *Freud: o movimento de um pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

NAGEL, T. *O antropomorfismo de Freud*. In: *Freud: uma coletânea de ensaios críticos*. Tomo I (Org.) Richard Wollheim. Arte Nova, 1976, p. 25-38.

NAGEL, E. *Ciência: natureza e objetivo*. In: *Filosofia da Ciência*. (Org. Sidney Morgenbesser). São Paulo: Cultrix, 1967, p. 13-24.

POLITZER, G. *Críticas aos fundamentos da psicologia*. Ed. Presença, 1976.

POPPER, K. R. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 1972.

_____ *Conjecturas y Refutaciones*. Buenos Aires: Paidós, 1967.

_____ *Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

PRADO, B. JR. (org.). *Filosofia da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

RICOEUR, P. *Da interpretação: ensaio sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

RITVO, L. B. *A influência de Darwin sobre Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

SALMON, W. C. *Teoria psicanalítica e provas*. In: Wollheim, R. (org.) *Freud: Uma coletânea de ensaios críticos*. Tomo II. Rio de Janeiro: Artenova, 1976, p.61-73.

SIMANKE, R. T. *A psicanálise freudiana e a dualidade entre as ciências naturais e as ciências humanas*. In: *Scientiae Studia*. São Paulo: Apr/June 2009. vol.7 no. 2.

_____ *O problema mente-corpo e o problema mente-mente da metapsicologia: pontos de convergência entre a psicanálise freudiana e as ciências cognitivas*. In: *Natureza Humana: Revista de Filosofia e Psicanálise*. São Paulo: Educ, 2006, v.8 (esp.1): p. 93-117.

_____ *Realismo e anti-realismo na interpretação da metapsicologia freudiana*. No prelo (2008).

SPENCE, D. P. *A metáfora freudiana: para uma mudança paradigmática na psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

STRACHEY, J. *Notas introdutórias ao artigo de Freud Os instintos e suas vicissitudes*. In: Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996 (1915) v.14.

STRENGER, C. *Between hermeneutics and science. An essay on the epistemology of psychoanalysis*. Madson, Connecticut: Internacional Universities Press, 1994.

SHERWOOD, M. *The logic of explanation in psychoanalysis*. New York: Academic Press, 1969.

TAYLOR, C. *Force et sens: les deux dimensions irréductibles de'une science de l'homme*. In: *Sens et Existence: en hommage a Paul Ricoeur*. (Org. Gary Brent Madison) Paris: Éditions du Seuil, 1975.

WAKEFIELD, J. *Freud and Cognitive Psychology: the Conceptual Interface*. In: BARRON, J., EAGLE, M. N. e WOLITZKY, D. L (orgs.). *Interface of Psychoanalysis and Psychology*. Washington: American Psychological Association, 1991.

WISDOM, J.O. *Testando uma interpretação durante a sessão*. *Freud: uma coletânea de ensaios críticos*. Tomo II. (Org.) Richard Wollheim. Arte Nova, 1976, p. 121- 137.